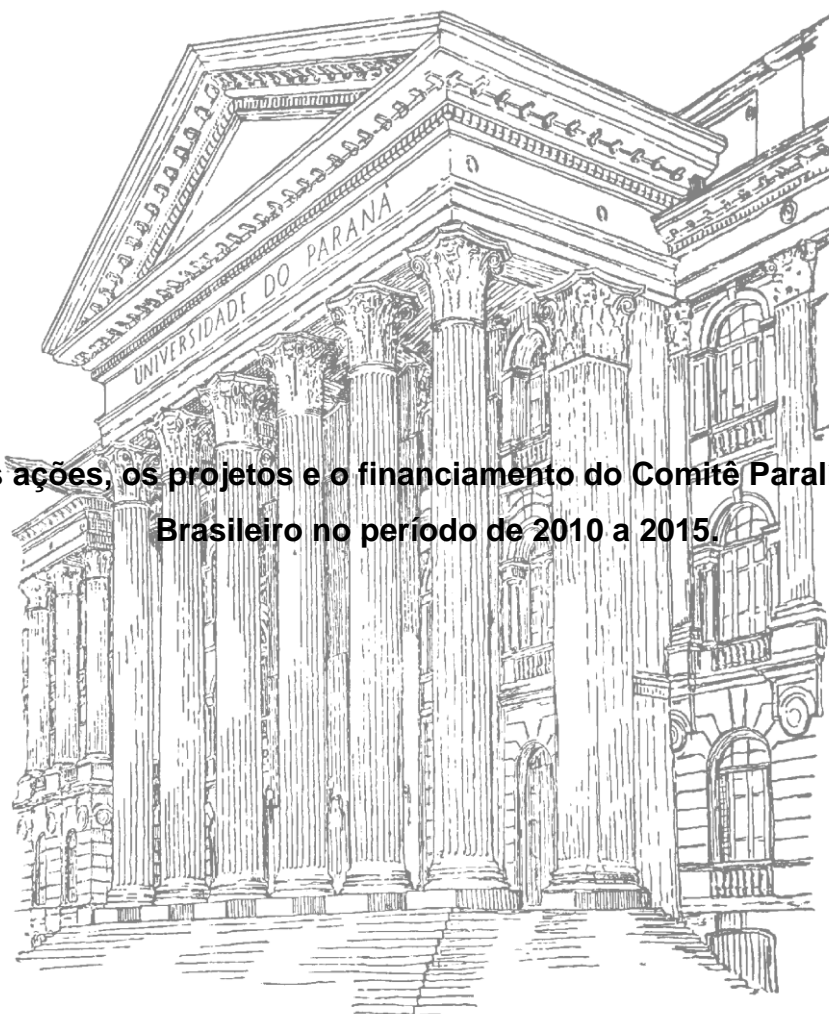


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SABRINA FURTADO

**As ações, os projetos e o financiamento do Comitê Paralímpico
Brasileiro no período de 2010 a 2015.**



SABRINA FURTADO

**As ações, os projetos e o financiamento do Comitê Paralímpico
Brasileiro no período de 2010 a 2015**

Dissertação apresentada ao curso de Pós- Graduação em Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação Física.

Orientadora: Prof^a Dra. Doralice Lange de Souza

CURITIBA

2017

Universidade Federal do Paraná
Sistema de Bibliotecas

Furtado, Sabrina

As ações, os projetos e o financiamento do Comitê Paralímpico Brasileiro no período de 2010 a 2015. / Sabrina Furtado. – Curitiba, 2016. 126 f.: il. ; 30cm.

Orientador: Doralice Lange de Souza

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Educação Física.

1. Esportes para deficientes 2. Esportes - Financiamento 3. Olimpíadas 4. Planejamento estratégico I. Título II. Souza, Doralice Lange de III. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Educação Física.

CDD (20. ed.) 796.0456



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências Biológicas
Programa de Pós-Graduação em Educação Física



TERMO DE APROVAÇÃO

SABRINA FURTADO

“As ações, os projetos e o financiamento do Comitê Paralímpico Brasileiro no período de 2010 a 2015”

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação Física, Área de Concentração Exercício e Esporte, Linha de Pesquisa de Esporte, Lazer e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Educação Física do Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte Banca Examinadora:

Professora Doutora Doralice Lange de Souza
Presidente / Orientadora

Professor Doutor Renato Francisco Rodrigues Marques
Membro Interno

Professora Doutora Márcia Greguol
Membro Externo

Curitiba, 17 de Fevereiro de 2017.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho àqueles que,
presentes ou ausentes, trilharam
este caminho comigo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer meus pais, Tânia e Irineu, por ao longo de todos esses anos serem meu porto seguro, para onde eu sempre pude retornar, e sempre retornarei. Minha irmã Mariana, com quem dividi todas as alegrias e angustias desta caminhada e quem me mostra que um novo sonho é sempre possível! A toda minha família, onde o amor e a cumplicidade sempre estiverem presentes. Obrigada!

Agradeço aos amigos de longa data, que nunca deixaram faltar felicidade, comemorações e brindes nas conquistas ao longo do caminho, mas que mais importante, sempre estiveram dispostos a compartilhar ideias, conselhos e a dividir um ombro amigo quando necessário. Ainda que a grande parte desses estivesse longe, saber que tenho vocês comigo, fez com que essa estrada ficasse mais bonita. Aos amigos que esta etapa da vida me trouxe, obrigada por aparecerem e permanecerem em meu caminho. As discussões acadêmicas, as reuniões extra oficiais, os encontros de boteco e os cafés filosóficos só me fizeram crescer enquanto pesquisadora, acadêmica e como pessoa! Que nossos caminhos continuem próximos por muito tempo ainda.

A minha orientadora Dora, obrigada pela oportunidade de trabalhar e conviver com você! Obrigada por abrir as portas da vida acadêmica para mim, e por dividir comigo todas as dúvidas e incertezas que esse mundo novo me trouxe. Obrigada aos colegas de grupo de pesquisa, os quais estiverem sempre prontos para ajudar, colaborar e tornar menos solitária a vida de pesquisadora em Curitiba. Obrigada também aos professores do Departamento de Educação Física da UFPR, ao secretário do curso de Pós-Graduação, e aos demais membros do CEPELS/UFPR, por contribuírem com a minha formação acadêmica.

Enfim, obrigada a todos aqueles que em algum momento compartilharam este sonho comigo!

Nas tardes calmas de primavera,
Quando silenciosa a chuva cai,
Dá o poeta expansão ao que encerra
E um novo sonho, então, lá se vai...

(GEME, 1959)

RESUMO

O Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), foi fundado em 1995, e reconhecido por meio da Lei nº 9.615/1998 (Lei Pelé) como a entidade matriz do segmento paralímpico no Brasil. Esta instituição tem a responsabilidade de elaborar e executar ações referentes ao esporte paralímpico em âmbito nacional. O intuito deste trabalho foi o de investigar as prioridades do CPB frente ao seu planejamento estratégico (PE) 2010- 2016 e à legislação desportiva vigente. Para isto, mapeamos as fontes de financiamento e os valores recebidos pelo mesmo; identificamos suas principais metas tais como descritas no PE 2010-2016; identificamos seus programas e projetos; identificamos os seus repasses financeiros e prioridades; e contrastamos o seu financiamento e ações com o seu PE e legislação esportiva vigente. O desenvolvimento desta pesquisa quanti-qualitativa, de cunho exploratório, se deu através de análises documentais e entrevistas semiestruturadas com profissionais do CPB. O CPB é uma instituição privada, sem fins lucrativos e que tem como finalidade a representação e coordenação do segmento esportivo paralímpico brasileiro. Com relação ao financiamento da instituição, verificamos que o volume de recursos captados foi crescente, chegando a somar um total de R\$ 390 milhões no final do período analisado. Deste montante, R\$ 200 milhões provêm de recursos públicos. Dos 18 projetos propostos no PE, 12 foram implementados. Desses, 10 eram voltados ao treinamento e à preparação de atletas de alto rendimento para os JP de Londres 2012 e Rio 2016. Apenas um projeto que foi executado se voltou ao esporte escolar. Não detectamos nenhuma ação voltada às pessoas com deficiência em idade adulta e que praticassem o EP fora do ambiente de alto rendimento. Outra constatação foi a de que modalidades individuais como o atletismo e a natação receberam mais recursos e incentivos do que outras modalidades. Ao privilegiar determinadas modalidades em detrimento de outras e ao focar o esporte de alto rendimento, o CPB contrariou princípios de sua missão tais como o de promover o desenvolvimento das diversas modalidades paralímpicas e a universalização da prática esportiva para pessoas com deficiência. Ao investir o maior montante de seus recursos em programas e projetos do alto rendimento, através de um financiamento majoritariamente público, o CPB também contrariou o seu status de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público que prevê a prestação de um serviço abrangente e universal à população brasileira. O modelo de financiamento público da instituição via Lei Agnelo Piva e o enfoque da mesma no esporte de alto-rendimento também contrariam o princípio constitucional de que prioridade deve ser dada ao esporte educacional. Como o Ministério do Esporte também não promove ações especificamente voltadas às pessoas com deficiência fora do âmbito do alto-rendimento, este público tem ficado desamparado em seu direito de acesso ao esporte.

Palavras-chave: Comitê Paralímpico Brasileiro; Financiamento; Planejamento Estratégico.

ABSTRACT

The Brazilian Paralympic Committee (CPB) was founded in 1995, and recognized through Law 9.615 / 1998 (Lei Pelé) as the governing institution of the Paralympic sector in Brazil. This institution has the responsibility of elaborating and executing actions related to the paralympic sport at national level. The aim of this study was to investigate CPB's priorities in relation to its strategic planning (SP) 2010-2016 and the current Brazilian's sports legislation. Therefore, we mapped the sources of financing and the amounts received by the institution, identified its main goals as described in SP 2010-2016, identified its programs and projects, identified your financial transfers and priorities, and contrasted its funding and actions with its SP and current Brazilian sports legislation. This exploratory quantitative and qualitative study took place through documentary analyzes and semi-structured interviews with CPB professionals. The CPB is a private, non-profit institution whose purpose is to represent and coordinate the Brazilian Paralympic sport segment. With regard to the funding of the institution, we verified that the volume of funds raised was increasing in each of the years, totaling R\$ 390 million at the end of the analyzed period. Of this amount, R\$ 200 million came from public resources. Of the 18 projects proposed in the SP, 12 were implemented. Of these, 10 were focused on the training and preparation of high-performance athletes for the Paralympic Games of London 2012 and Rio 2016. Only one project that was implemented focused on school sport. We did not identify any action focused at adults with disabilities that practiced paralympic sports outside the high-performance environment. Another finding was that individual sports such as athletics and swimming were given significantly more resources and incentives than others. By emphasizing certain sports to the detriment of others and focusing on high-performance sports, the CPB contradicted principles of its mission such as promoting the development of various paralympic sports and the universalization of sports practice for people with disabilities. By investing the largest amount of its resources in high-performance programs and projects, through mostly public financing, the CPB ended up contradicting what its Organization of Civil Society of Public Interest titling claims; the provision of an embracing and universal service to the Brazilian population. The public financing model of CPB via the Agnelo/Piva Law and its focus on high performance also presents a contradiction to the aims of the Federal Constitution, which would be the use of these resources as a priority for educational sport. Understanding that the Ministry of Sport in Brazil also does not have sports activities specifically aimed at people with disabilities, this population has been marginalized in their right to access sport.

Keywords: Brazilian Paralympic Committee; Funding; Strategic planning;

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – RELAÇÃO DAS CONFEDERAÇÕES BRASILEIRAS QUE ADMINSTRAM MODALIDADES PARALÍMPICOS COM O CPB.....	22
TABELA 2 – RECURSOS REPASSADOS AO CPB ATRAVÉS DA LEI PELÉ ENTRE 2010 E 2015.....	26
TABELA 3 – RECURSOS REPASSADOS AO CPB ATRAVÉS DA LEI AGNELO/ PIVA ENTRE 2010 E 2015.....	28
TABELA 4 – CONVÊNIOS FIRMADOS ENTRE CPB E MINISTÉRIO DO ESPORTE ENTRE 2010 E 2015.....	30
TABELA 5 – RECEITAS ORIUNDAS DE PATROCINADORES DO CPB ENTRE 2010 E 2015.....	32
TABELA 6 – DESPESAS CPB POR AÇÃO ENTE 2010 E 2015.....	37
TABELA 7 – REPASSE DO CPB ÀS CONFEDERAÇÕES E FEDERAÇÕES FILIADAS.....	40
TABELA 8 – METAS INSTITUIDAS PELO CPB PARA OS CICLOS DE 2010- 2012 E 2013- 2016.....	47
TABELA 9 – CONFIGURAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CPB PARA OS ANOS DE 2010 A 2016.....	48
TABELA 10 – EDIÇÕES DAS PARALIMPÍADAS ESCOLARES DE 2009 A 2015.	54
TABELA 11- PROJETO CLUBE ESCOLAR PARALÍMPICO DE 2010 A 2013.....	59
TABELA 12 – CONVÊNIOS FIRMADOS ENTRE O CPB E O M.E. PARA PREPARAÇÃO DAS SELEÇÕES PARALÍMPICAS PERMANENTES.....	63
TABELA 13 – PROJETO OURO PARALÍMPICO.....	67
TABELA 14 – TIME SÃO PAULO 2011/2012	70
TABELA 15 – TIME SÃO PAULO 2013/ 2016.....	72
TABELA 16 – TIME RIO 2012/2016.....	75
TABELA 17 – CURSOS DE FORMAÇÃO DE ÁRBTIROS ENTRE 2010 E 2015... ..	80
TABELA 18 - CIRCUITO BRASIL LOTERIAS CAIXA ENTRE 2010 E 2015.....	87
TABELA 19 – ATRIBUIÇÕES DA APB.....	89
TABELA 20 – CURSOS PARA FORMAÇÃO DE TREINADORES 2010-2015.....	90

LISTA DE SIGLAS

- ABDA – Associação Brasileira de Desporto para Amputados
- ABDC – Associação Brasileira de Desporto para Cegos
- ABDEM – Associação Brasileira de Desportos para Deficientes Mentais
- ABRC – Associação Brasileira de Rúgbi em Cadeira de Rodas
- ANDE – Associação Nacional de Desporto para Deficientes
- APB – Academia Paralímpica Brasileira
- CBBC – Confederação Brasileira de Basquetebol em Cadeira de Rodas
- CBC – Confederação Brasileira de Ciclismo
- CBCa – Confederação Brasileira de Canoagem
- CBDV – Associação Brasileira de Deficientes Visuais
- CBDV – Confederação Brasileira de Voleibol para Deficientes
- CBH – Confederação Brasileira de Hipismo
- CBR – Confederação Brasileira de Remo
- CBT – Confederação Brasileira de Tênis
- CBTARCO – Confederação Brasileira de Tiro com Arco
- CBTM – Confederação Brasileira de Tênis de Mesa
- CBTri – Confederação Brasileira de Triathlon
- CBVA – Confederação Brasileira de Vela Adaptada
- CEF – Caixa Econômica Federal
- COB – Comitê Olímpico Brasileiro
- CPB – Comitê Paralímpico Brasileiro
- CPN – Comitês Paralímpicos Nacionais
- DITEC – Departamento Técnico do CPB
- EP – Esporte Paralímpico
- IPC – Comitê Paralímpico Internacional
- JO – Jogos Olímpicos
- JP – Jogos Paralímpicos
- ME – Ministério do Esporte
- ONE – Organizações Nacionais do Esporte
- OSCIP – Organização Civil de Interesse Público
- PE – Planejamento Estratégico
- SE/SP – Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência
- SICONV – Sistema de Convênios do Governo Federal

SND – Sistema Nacional do Desporto

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	18
3	O COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO.....	22
3.1	INFORMAÇÕES GERAIS.....	22
3.2	FINALIDADE E MISSÃO DO CPB.....	23
3.3	ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL.....	26
4	RECURSOS FINANCEIROS DO CPB.....	30
4.1	FONTES DE RECURSOS FINANCEIROS DO CPB.....	30
4.1.1	Lei Pelé (Lei nº 9.615/1998).....	30
4.1.2	Lei Agnelo/ Piva (Lei nº10.264/2001).....	31
4.1.3	Convênios com Ministério do Esporte (ME).....	34
4.1.4	Patrocinadores	36
4.2	APLICAÇÕES DOS RECURSOS	41
4.2.1	Despesas por ação.....	41
4.2.2	Repasses às confederações.....	44
5	O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CPB PARA O PERÍODO DE 2010 A 2016 E AS AÇÕES IMPLEMENTADAS A PARTIR DE 2010	50
5.1	PROGRAMAS E PROJETOS.....	56
5.1.1	Área de desenvolvimento	57
5.1.1.1	Programa Estudantil Paralímpico	57
5.1.1.1.1	Projeto Escolar Paralímpico	58
5.1.1.1.2	Projeto Universitário de Capacitação Paralímpica	58

5.1.1.1.3	Paralimpíadas Escolares.....	59
5.1.1.1.4	Clube Escolar Paralímpico	65
5.1.1.2	Programa Renovar Paralímpico	67
5.1.1.3	Programa de Classificação Paralímpica	68
5.1.2	Área de Alta Performance.....	69
5.1.2.1	Seleções Paralímpicas Permanentes.....	69
5.1.2.2	Projeto Ouro Paralímpico- Londres 2012.....	73
5.1.2.3	Programa Medalha Londres 2012 e Programa Futuro Rio 2016.....	76
5.1.2.4	Centros de Referência e Centro Paralímpico Brasileiro.....	84
5.1.2.5	Programa de Formação Técnica Internacional.....	87
5.1.3	Área de Serviços para a Performance.....	88
5.1.4	Área de Suporte aos Atletas.....	90
5.1.4.1	Projeto de acompanhamento estudantil e profissional.....	90
5.1.4.2	Projeto de acompanhamento financeiro.....	92
5.1.5	Área de Eventos Esportivos.....	93
5.2	ACADEMIA PARALÍMPICA BRASILEIRA.....	96
5.3	AÇÕES DE MARKETING E COMUNICAÇÃO.....	100
6.	AS PRIORIDADES DO CPB FRENTE AO SEU PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E À LEGISLAÇÃO ESPORTIVA VIGENTE	107
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
8	REFERÊNCIAS	119

1. INTRODUÇÃO

O Brasil participou pela primeira vez de uma edição dos Jogos Paralímpicos¹ (JP) no ano de 1972, com uma delegação de 20 atletas distribuídos em 4 modalidades, sendo que nesse ano o país não conquistou nenhuma medalha. A partir dessa primeira participação, o Brasil vem participando de todas as edições do referido evento, realizadas a cada quatro anos. Na última edição dos Jogos realizada no Rio de Janeiro em 2016, o país foi representado por uma delegação de 285 atletas que conquistaram um total de 72 medalhas, levando o país a 8ª posição no quadro de medalhas dos Jogos (BRASIL 2016, 2016). Entre a participação brasileira nos JP de Heidelberg (Alemanha) em 1972 e a última edição desses em 2016, o esporte paralímpico tem avançado tanto em termos de conquistas esportivas, quanto em termos de administração dessa manifestação esportiva no Brasil (MARQUES; FLEURY, 2013; MIRANDA, 2011; REIS, 2014).

A recente história do esporte adaptado no Brasil tem seus primeiros registros na década de 50. Estes registros mostram que essa prática foi introduzida por pessoas com paraplegia que tiveram contato com o esporte em cadeira de rodas (basquetebol em cadeira de rodas) fora do país, mais especialmente, nos Estados Unidos (ARAÚJO, 1997). A primeira instituição fundada no Brasil voltada especificamente ao esporte adaptado surgiu no ano de 1975 com o nome de Associação Nacional de Desporto para Deficientes (ANDE). A partir de então, outras entidades voltadas a esta manifestação esportiva foram surgindo: Associação Brasileira de Desporto para Cegos (ABDC), em 1984; a Associação Brasileira de Desportos de Deficientes Mentais (ABDEM) em 1989; e em 1990, a Associação Brasileira de Desporto para Amputados (ABDA). O esporte adaptado pode ser entendido como aquele que sofre adaptações em sua essência, a fim de que pessoas com algum tipo de limitação possam praticá-lo (ARAÚJO, 1997; WINNICK, 1990). Dessa forma, o basquetebol em cadeira de rodas, primeira modalidade praticada no Brasil por pessoas com deficiência, foi uma modalidade esportiva adaptada para que pessoas com paraplegia pudessem praticá-lo. Já o esporte paralímpico, manifestação

¹ Em 2011 houve uma mudança na grafia da palavra paraolímpico, buscando padronizar mundialmente a mesma, dessa forma a letra “o” foi suprimida resultando na palavra “paralímpico” (MELLO; WINCKLER, 2012). Optamos por redigir o presente trabalho de acordo com a terminologia utilizada desde 2011 até o presente.

esportiva tema da presente dissertação, é um universo esportivo menos abrangente, o qual está dentro deste primeiro, o esporte adaptado. Conforme explica Marques (2016), o esporte paralímpico é um ambiente restrito, dentro do esporte adaptado, pois abarca apenas modalidades contempladas dentro dos JP.

Juntamente com a institucionalização do esporte adaptado no país, as delegações paralímpicas que representaram o Brasil nas edições seguintes dos JP foram tornando-se mais expressivas, tanto em número de participantes quanto em resultados em termos de medalhas. As mesmas conquistaram a primeira medalha paralímpica do Brasil nos Jogos de Montreal/1976.

Quase meio século após os primeiros registros sobre a prática do esporte adaptado no país, foi criado o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). Este foi fundado no ano de 1995, através de uma solicitação feita pelo Comitê Paralímpico Internacional (IPC), no ano de 1993, para que os países membros instituíssem Comitês Paralímpicos Nacionais (CPN's), a fim de tornarem-se interlocutores entre o IPC e seus países (MIRANDA, 2011). Desde então, o CPB é a entidade que lidera o movimento paralímpico no Brasil.

O CPB é reconhecido na legislação brasileira, através da Lei nº 9.615/1998 (Lei Pelé), como instituição constituinte do Sistema Nacional do Desporto (SND) (BRASIL, 1998), e denominada pelo seu estatuto como entidade matriz do segmento esportivo paralímpico brasileiro (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2009a). Conforme Almeida (2010), a referida Lei complementa a constituição brasileira de 1988 quando essa trata do esporte, uma vez que, de forma genérica, a mesma aponta como dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais como direito de cada um (BRASIL, 1988). A Lei Pelé estabelece diretrizes acerca das manifestações do esporte (educacional, de participação, de rendimento e de formação), das fontes de financiamento esportivo e também da organização do esporte no Brasil. A partir da criação desta Lei, o CPB passa a fazer parte do SND brasileiro e a ter direito ao repasse de verba pública, cabendo a ele o planejamento das atividades esportivas relativas ao seu subsistema² (BRASIL, 1998).

O Movimento Paralímpico, ainda que em um estágio de reconhecimento e aceitação bem posterior ao do Movimento Olímpico, tem ampliado sua visibilidade e

² Segundo a Lei 9.615/1998, são subsistemas do Sistema Nacional do Desporto nacional o COB, o CPB e as entidades nacionais de administração do desporto, que lhes são filiadas ou vinculadas (Confederações, Federações ou Associações esportivas).

legitimidade perante a sociedade brasileira (MARQUES et al., 2009). Questões relacionadas ao desenvolvimento e a estruturação de políticas públicas de acesso à prática esportiva para pessoa com deficiência começam a ser alvo de pesquisas no país (ARAÚJO, 1997; AZEVEDO, 2004; REIS, 2014).

No ano de 2009, após o país ser eleito sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, o CPB, junto às entidades filiadas, organizou o primeiro planejamento estratégico do esporte paralímpico brasileiro, compreendendo o período entre os anos de 2010 a 2016 (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2009a). Conforme apontam Montana e Charnov (2010), o PE de uma instituição compreende questões gerais como o propósito da organização e ações a serem priorizadas. Através de uma análise do ambiente no qual está inserida, a instituição pode determinar a direção na qual a mesma seguirá, em um longo prazo (acima de cinco anos). Dessa forma, o documento formulado pelo CPB em 2009, explicita as ações a serem realizadas em prol do pleno desenvolvimento do esporte paralímpico no país, bem como as metas a serem alcançadas pelo movimento no Brasil tanto na área de Base e Desenvolvimento, quanto na área de Alta Performance

O fato de o Brasil ser a sede dos JP de 2016 também influenciou o CPB na formulação do PE. Isto porque a realização das Paralimpíadas no Brasil foi vista como uma oportunidade tanto para o esporte paralímpico brasileiro, quanto para a instituição em si (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2009a). O Comitê assim decidiu mapear a situação da manifestação esportiva no país, seus problemas e limitações e também propor soluções em busca da dissolução desses problemas. Essas soluções se dariam através de novos mecanismos gerenciais de análise, investimento, controle e verificação: o Planejamento Estratégico 2010-2016.

Diante do panorama exposto, nos propusemos a desenvolver uma pesquisa, de cunho quanti-qualitativo e exploratório cujo objetivo foi **investigar as prioridades do CPB frente ao seu planejamento estratégico 2010- 2016 e à legislação desportiva vigente**. Para isto, estabelecemos os seguintes objetivos específicos: (1) mapear as fontes de financiamento e os valores recebidos por esta instituição; (2) identificar as principais metas do CPB, descritas no planejamento estratégico 2010-2016; (3) identificar programas, projetos e demais ações desenvolvidas pela entidade (4) identificar os repasses financeiros e prioridades do CPB para o esporte paralímpico; (5) contrastar o financiamento e ações do CPB durante o período analisado com as premissas instituídas em seu planejamento estratégico e legislação

esportiva vigente. Embora o planejamento estratégico tenha sido elaborado para o período 2010 -2016, não pudemos realizar a análise dos dados referentes a este último ano, uma vez que os dados relativos a 2016 ainda não estavam disponíveis nas bases pesquisadas durante a coleta de dados. Este ano, portanto, foi subtraído da pesquisa.

Ainda que a produção acadêmica acerca do esporte paralímpico venha crescendo, existe uma carência de estudos que se proponham a analisar a estrutura administrativa e gerencial dessa manifestação esportiva no país. Entendemos que o CPB, sendo a entidade matriz desse segmento, possui um papel relevante no desenvolvimento do EP brasileiro. Dessa forma, julgamos ser necessário verificar quais ações vêm sendo executadas por este órgão e quais são as diretrizes e leis que regulamentam a gestão deste no país, assim como analisar os meios de financiamento que mantem a instituição. Entendemos também que por ser uma entidade financiada por recursos públicos, o CPB possui uma reponsabilidade social para com a sociedade brasileira. O seu planejamento e ações, portanto, precisam ser mapeados e analisados, no sentido de se gerar subsídios para avaliações do papel que a instituição tem desempenhado.

Iniciamos este trabalho com um detalhamento dos processos metodológicos da pesquisa. Passamos então para o terceiro capítulo onde apresentamos a finalidade e a legislação que regulamenta o CPB. Seguimos depois para o quarto capítulo, no qual apresentamos e analisamos os dados financeiros da instituição. No quinto capítulo apresentamos os dados referentes ao PE 2010- 2016 da instituição, e demais ações desenvolvidas pelo CPB no período. Em seguida tecemos o sexto capítulo estabelecendo relações entre o CPB, o estatuto da instituição e a legislação esportiva brasileira, onde buscamos entender quem são os principais beneficiados nesse meio. Por fim apresentamos nossas considerações finais no sétimo capítulo.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa se caracteriza como quanti-qualitativa e exploratória. Quantitativa, pois a partir de documentos, extraímos dados numéricos acerca do financiamento do CPB, os quais nos permitiram fazer análises descritivas sobre os recursos captados pela instituição, as fontes desses e onde esses recursos são investidos. Qualitativa porque levantamos informações sobre os projetos e ações do CPB através de entrevistas semiestruturadas, bem como através da análise de notícias e materiais audiovisuais, buscando interpretar estes materiais da forma mais aprofundada possível (CRESSWELL et al., 2003). Exploratória porque investigamos uma temática ainda pouco estudada.

Este estudo faz parte de um projeto maior denominado “Legados esportivos dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos no Brasil”, o qual foi aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa do Setor de Saúde da Universidade Federal do Paraná (Registro CEP/SD 1148.073.11.06 - CAAE 0074.0.091.000-11) (ANEXO 01). O mesmo também foi aprovado pela Academia Paralímpica Brasileira (APB) com o título de “Desenvolvimento do Esporte Paralímpico no Brasil: perspectivas e ações do Comitê Paralímpico Brasileiro” (ANEXO 02).

Para mapear as fontes de financiamento e os repasses feitos pelo CPB, assim como para identificar os programas, projetos e demais ações desenvolvidas pela entidade, fizemos uma pesquisa documental. Coletamos os dados através de visitas ao site do CPB³, consultas às edições da Revista Brasil Paraolímpico⁴, documentos fornecidos pelo departamento técnico da instituição e leis e estatutos relativos ao esporte no país.

Extraímos os dados referentes aos convênios firmados com o Ministério do Esporte (M.E.) através do “Portal da Transparência⁵” do governo federal, consultando o local de busca denominado de “Transferência de Recursos”. Realizamos as buscas com a utilização do nome do conveniente “Comitê Paralímpico Brasileiro” e também pelo número do CNPJ do órgão, para cada um dos anos do recorte analisado (2010-

³Acesso através de: <http://www.cpb.org.br/>.

⁴O acesso às edições da revista foi feito através do site do CPB (<http://www.cpb.org.br/>), por meio da ferramenta de busca do mesmo, onde efetuamos buscas com o termo “Revista Brasil Paraolímpico”. As edições consultadas foram todas as disponíveis. Porém as edições utilizadas na presente pesquisa foram as de nº 32, 34, 35 e 37, por conterem informações da pertinência de nosso estudo.

⁵Acesso através de: <http://transparencia.gov.br/>.

2015). Também efetuamos buscas utilizando o nome completo e abreviado do CPB em sites do Senado Federal, através do Portal SIGA Brasil, assim como no “Sistema de Convênios do Governo Federal” (SICONV).

Outra fonte de dados financeiros relativos ao Comitê Paralímpico Brasileiro foi o próprio site da instituição no link “FINANCEIRO”. Neste link encontramos os Balanços Financeiros do órgão, de cada um dos anos analisados. Os dados referentes às receitas arrecadadas pelo CPB anualmente foram extraídos desses documentos. Optamos por essa fonte de informação, uma vez que a mesma identifica o nome da fonte do recurso e o valor repassado por cada uma das fontes. Outra informação que foi possível extrair desses documentos foi o valor da despesa executada pelo CPB para as áreas especificadas através da Lei 9.615/1998, que são o fomento, a formação de recursos humanos, a preparação técnica e a participação de atletas em eventos esportivos.

No link “OUTROS” da página do CPB, encontramos documentos como o Estatuto do CPB e também o Planejamento Estratégico 2010-2016. Pesquisamos também o site do Ministério do Esporte, porém não encontramos dados diferentes dos já encontrados nos outros portais citados. Efetuamos buscas também no Portal da Lei de Incentivo⁶, através do *link* “projetos aprovados aptos à captação”, onde não encontramos projetos aprovados pelo CPB. Os balanços financeiros, convênios, leis, estatutos e sites analisados a partir das diferentes fontes citadas contêm informações sobre as fontes de recursos do CPB, convênios firmados pelo órgão, repasses feitos e também características institucionais e de gerenciamento do órgão analisado.

Também realizamos entrevistas semiestruturadas com quatro profissionais do Comitê Paralímpico Brasileiro lotados nos seguintes departamentos: departamento técnico (entrevistados nº 1 e nº 2), departamento de marketing (entrevistado nº 3) e departamento de comunicação (entrevistado nº 4). Tentamos, em diferentes circunstâncias e através de diferentes formas e meios agendar entrevistas com representantes de outros departamentos, mas não obtivemos sucesso. Um dos motivos alegados foi a indisponibilidade de tempo, dentre outras razões, em virtude da realização dos Jogos Paralímpicos no Rio. Utilizamos o modelo de entrevista semiestruturada porque a mesma permite flexibilidade para adicionar perguntas ao roteiro proposto no intuito de aprofundar e esclarecer questões relacionadas com os

⁶ Acessado através de: <http://portal.esporte.gov.br/leiIncentivoEsporte/>

objetivos do estudo. O intuito das entrevistas para a parte que cabe a este projeto foi investigar quais as ações, programas e projetos estão sendo desenvolvidos pela instituição no período que precede a realização dos JP Rio-2016. Outro objetivo das entrevistas foi o de investigar as prioridades traçadas para o esporte paralímpico no Brasil, bem como as perspectivas desses agentes para a fase que se iniciará após a realização dos jogos no país.

O roteiro inicial das entrevistas para esta pesquisa – parte de um projeto maior de pesquisa, conforme informado anteriormente - continha as seguintes questões: (1) Quais os programas, projetos e estratégias do CPB e/ou seu setor / área têm sido desenvolvidos para promover o desenvolvimento do esporte paralímpico? (2) Quais têm sido as prioridades do CPB / setor / áreas para o desenvolvimento do esporte Paralímpico? (3) Quais as perspectivas do CPB / setor / área para o esporte paralímpico para o período pós-realização dos Jogos Paralímpicos? Para fins deste estudo, incluímos também as seguintes questões: Os recursos utilizados nos projetos desenvolvidos em sua área são provenientes de alguma fonte específica? Qual o público alvo dos projetos desenvolvidos em sua área? Os projetos desenvolvidos em sua área deverão continuar sendo desenvolvidos após a realização dos JP Rio 2016? Ressaltamos que ao iniciarmos este estudo, tínhamos a intenção de relacionar o planejamento estratégico, as ações, projetos e o financiamento do CPB com a realização dos Jogos Paralímpicos Rio 2016. No entanto, na fase de levantamento de dados percebemos que não teríamos como estabelecer uma relação direta com os referidos Jogos. Consequentemente, decidimos não estabelecer esta relação, optando por aprofundar as nossas análises apenas nas ações e projetos identificados no período analisado.

Selecionamos os participantes da pesquisa com base na indicação de uma secretária da Academia Paralímpica Brasileira. Aqueles que aceitaram o convite para participar foram consultados sobre o modo de realização das entrevistas (pessoalmente, via Skype ou Hangout) e sobre a data e horário de maior conveniência para a realização das mesmas. Antes do início das entrevistas, os participantes receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e foram orientados a lê-lo, e caso estivessem de acordo, assiná-lo (Anexo 03). Nas entrevistas que realizamos via internet, enviamos os TCLE's via email aos entrevistados, e solicitamos aos mesmos que caso estivessem de acordo, assinassem aqueles via digital. Realizamos um total de 04 entrevistas. Duas foram

com membros que integram o departamento técnico do CPB, e outras duas com membros do departamento de comunicação e de marketing. Duas entrevistas foram realizadas pessoalmente, durante a realização da Etapa Regional Sul dos Circuitos Loterias de Caixa de Natação e Atletismo, na cidade de Curitiba. As demais foram realizadas via Skype. As entrevistas duraram aproximadamente 30 minutos. Estas foram gravadas e transcritas na íntegra para análise, que por sua vez foi baseada nos principais temas que emergiram da fala dos entrevistados. Os dados extraídos foram organizados com base na temática do roteiro proposto para estas entrevistas. Não trabalhamos com categorias pré-definidas. Para garantir a anonimidade dos participantes, os mesmos receberam pseudônimos.

Salientamos que a fonte primária dos dados utilizados nesta pesquisa foi documental. As entrevistas realizadas serviram como complemento aos dados obtidos por meio de consulta às fontes citadas anteriormente. Inicialmente a intenção era utilizarmos as entrevistas como fonte de dados também, porém devido a dificuldade de acesso à pessoas do CPB, assim como a falta de dados e respostas evasivas obtidas nas entrevistas realizadas, estas não puderam incorporadas ao presente trabalho.

3. O COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO

3.1 INFORMAÇÕES GERAIS

Os primeiros passos no sentido da estruturação do esporte paralímpico no Brasil foram dados ainda na década de 1970, através da criação da Associação Nacional de Desporto para Deficientes (ANDE). Fundada no ano de 1975, pelo senhor Aldo Miccolis, a associação tinha o objetivo de agregar todas as modalidades praticadas por pessoas com diferentes tipos de deficiência (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA DEFICIENTES, 2012). Quase dez anos após esse marco, novas instituições de organização do esporte paralímpico foram surgindo devido à demanda criada pela categorização das modalidades por deficiência. Dessa forma, surgiu em 1984 a Associação Brasileira de Desporto para Cegos (ABDC) (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS PARA CEGOS, 2015), e também a Associação Brasileira de Desportos em Cadeira de Rodas (ABRADECAR) (ARAÚJO, 1997), em 1989 a Associação Brasileira de Desportos de Deficientes Mentais (ABDEM) (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTES PARA DEFICIENTES MENTAIS, 2015) e em 1990 a Associação Brasileira de Desporto para Amputados (ABDA). Foram essas quatro instituições, acima citadas, que em 1995 fundaram o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB).

A criação do CPB se deu pela solicitação feita em 1993 pelo Comitê Paralímpico Internacional (IPC), para que os países membros criassem os respectivos Comitês Paralímpicos Nacionais (CPN's) (MIRANDA, 2011). O primeiro presidente do CPB foi João Batista Carvalho e Silva, o qual ficou no cargo até 2001. (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2010d)

O segundo presidente do CBP foi Vital Severino Neto. Durante o primeiro ciclo de sua gestão, os principais objetivos da instituição foram o de consolidar o esporte paralímpico no país e o de obter um resultado expressivo em Atenas em 2004 (MIRANDA, 2011). Durante esse período, a Lei Agnelo/Piva que, conforme explicaremos posteriormente, garante um repasse anual fixo para o CPB, passou a fazer parte do orçamento do CPB, o que trouxe uma maior estabilidade financeira à instituição. O segundo ciclo da gestão de Vital Severino (2005 a 2008) foi marcado pela efetivação do Circuito Brasil Paraolímpico. Tal circuito permitiu um calendário fixo

de competições para as modalidades de atletismo e natação, possibilitando dessa forma, a detecção de grandes talentos nestas modalidades (MIRANDA, 2011).

No ano de 2009, Andrew Parsons assumiu a presidência do CPB e trouxe um novo modelo de gestão para o órgão. Formado em Comunicação Social, Andrew foi responsável pela proposição da formulação do primeiro planejamento estratégico da instituição, elaborado para cobrir dois ciclos paralímpicos (2010- 2012 e 2013-2016). Novos programas e projetos foram delineados através de um planejamento de longo prazo. Durante essa gestão os projetos como as Paralimpíadas Escolares, Clube Escolar Paralímpico e Academia Paralímpica Brasileira foram elaborados e implementados. Foi no início da primeira gestão, do até então presidente Andrew Parsons, que aconteceu a I Conferência do Esporte Paralímpico Brasileiro, a qual reuniu representantes das entidades responsáveis pelo desenvolvimento do esporte paralímpico no país e representantes do governo, para juntos traçarem um plano de ação para o Movimento Paralímpico no Brasil (MIRANDA, 2011).

A atual gestão do CPB busca articular-se com demais instituições como os governos municipais, estaduais e federal, também com o COB e ME, a fim de ter participação na formulação de políticas públicas para o esporte paralímpico. Além de estar presente em debates nacionais, Andrew Parsons é uma figura ativa em âmbito internacional, compondo comissões junto ao IPC desde o ano de 2009. O mesmo também foi presidente do Comitê Paralímpico das Américas de 2005 a 2009, e no ano de 2013 foi eleito vice-presidente do IPC, cargo que ocupa até o presente momento (INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE, 2016; MIRANDA, 2011).

3.2 FINALIDADE E MISSÃO DO CPB

O CPB desde sua criação teve três diferentes estatutos, sendo o terceiro o que está em vigor atualmente. Na passagem de um documento para o outro, algumas mudanças quanto à finalidade e os objetivos do órgão foram realizadas.

No primeiro estatuto do CPB, de junho de 1995, em seu artigo 3º, ficou instituído que o objetivo do CPB era o de representar o Brasil na área dos desportos para pessoas com deficiência junto ao IPC. Dessa forma os incisos derivados deste artigo tratavam de questões de filiação do órgão ao seu superior (IPC), assim como da organização da delegação que representaria o país nos JP e em eventos mundiais

do esporte paralímpico , como congressos, simpósios e reuniões (COMITÊ PARAOLÍMPICO BRASILEIRO, 1995). Os objetivos do recém-criado comitê para os anos de 1995 a 2000, segundo Miranda (2011, p. 38) eram “a estruturação administrativa do órgão, a preparação da delegação que representaria o país nos jogos de 1996 em Atlanta, e também a democratização do esporte adaptado”. Já para o ciclo de 2001 a 2004, os objetivos do órgão passaram a ser, conforme apontado por Miranda (2011, p. 72), “resultado técnico expressivo nos Jogos Paralímpicos de Sidney 2004 e a consolidação do esporte paralímpico”. No período de 2004 a 2008, o presidente que estava a frente do CPB elencou como metas da instituição a estruturação da gestão administrativa e esportiva da mesma, um aumento no número de modalidades paralímpicas praticadas no Brasil e o aumento da visibilidade no esporte paralímpico na mídia (MIRANDA, 2011).

O segundo estatuto do órgão foi oficializado em junho de 2008, e apresenta uma estruturação bastante robusta em comparação com o primeiro. Foram instituídas novas competências ao CPB, além das já apresentadas no primeiro estatuto. Essas foram incorporadas uma série de objetivos à instituição. De acordo com o artigo 3º do seu 2º estatuto, o CPB tem por finalidade “representar, dirigir e coordenar [...] o segmento esportivo paraolímpico brasileiro, tanto em nível nacional, quanto internacional” (COMITÊ PARAOLÍMPICO BRASILEIRO, 2008, p. 1). As competências do órgão nessa versão do estatuto aparecem bastante similares ao que antes eram os objetivos do mesmo, como: normatização, regulamentação e fiscalização de todas as manifestações do esporte paralímpico no país, realizar a representação do movimento paralímpico em eventos internacionais e perante o IPC. Já os objetivos institucionais passaram a ser: promover e apoiar:

- I- As ações que deem oportunidades ao envolvimento e o desenvolvimento de pessoas com deficiência, em especial:
 - a) Na participação em competições de alto-rendimento;
 - b) Na inclusão, reabilitação e socialização destas, por meio do esporte;
 - c) Na organização e participação em competições do esporte escolar e universitário
- I- As ações que visem a realização de eventos esportivos regionais, nacionais e internacionais, assim como eventos político-administrativos, técnico-científicos e outras atividades afins
- II- As ações que visem oferecer às suas filiadas a estrutura administrativa e organizacional indispensável para o seu funcionamento;
- III- As ações que visem oferecer às suas filiadas a participação eventos político-administrativos, técnico-científicos e em competições desportivas nacionais e internacionais;

- IV- As ações voltadas para o fomento e o desenvolvimento de atividades do segmento esportivos paraolímpico junto às escolas do ensino fundamental, media e instituições de ensino superior, em todo o Brasil
- V- As ações que visem a capacitação, formação e especialização de recursos humanos, nas áreas técnicas e gerenciais do segmento esportivo paraolímpico
- VI- Ações de incentivo a estudos e pesquisas [...]
- VII- As ações que visem à captação de recursos financeiros, humanos e técnicos para o segmento esportivo paraolímpico brasileiro, constituindo, se necessário para o apoio institucional e operacional, fundações, institutos ou congêneres, objetivando o acesso das entidades desse segmento, aos acordos, convênios e parcerias firmados com órgãos ou entidades publicas ou privadas, empresas publico ou privadas, instituições de ensino, associações, clubes, federações e confederações desportivas nacionais e internacionais (COMITÊ PARAOLÍMPICO BRASILEIRO, 2008, p. 6)

O atual estatuto do Comitê, ao tratar das finalidades e objetivos da instituição é similar ao 2º, apresentado acima. O mesmo não apresenta mudanças significativas.

A atual missão instituída pelo CPB busca englobar as finalidades e objetivos do então estatuto da instituição, acima citados, constituindo-se em: 1) Exercer a representação legítima do desporto paralímpico brasileiro; 2) Organizar a participação do Brasil em competições continentais, em mundiais e em Jogos Paralímpicos; 3) Promover o desenvolvimento dos diversos esportes paralímpicos no Brasil, em articulação com as respectivas organizações nacionais; e 4) Promover a universalização do acesso das pessoas com deficiência à prática esportiva em seus diversos níveis (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2014).

É possível identificar que desde a criação do CPB até o presente, a questão da representação em nível internacional do esporte paralímpico brasileiro e a organização das missões brasileiras em JP, Jogos Parapan-Americanos e em Mundiais sempre estiveram presentes enquanto finalidade do órgão. Essa característica está associada ao fato de que a criação do Comitê se deu devido a uma demanda do o IPC, órgão máximo de organização e representação do Movimento Paralímpico no mundo. Dessa forma a instituição brasileira possui suas diretrizes e missão alinhadas com o órgão internacional. É notório que, ao passo em que o CPB foi se consolidando, suas metas e objetivos foram tornando-se mais abrangentes. Dessa forma, ainda que a finalidade da instituição seja a representação, organização e estruturação do EP em nível nacional e internacional, ela elenca entre seus objetivos no atual estatuto e em sua missão a democratização do acesso de pessoas com deficiência aos diversos níveis da prática esportiva, assim como se compromete em promover ações que garantam a reabilitação e inclusão de pessoas com deficiência na sociedade por meio do esporte. Estes pontos também estão alinhados

com a missão do IPC de promover o desenvolvimento de oportunidades de prática e competição esportiva para pessoas com deficiência, desde o nível de base, até o de alto rendimento (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2014; INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE, 2003).

3.3 ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Conforme o seu estatuto, o Comitê Paralímpico Brasileiro caracteriza-se como uma organização civil de interesse público (OSCIP) sem fins lucrativos. Cabe lembrar que a qualificação de OSCIP, aferida a determinadas instituições do terceiro setor no Brasil, é expedida através do Ministério da Justiça do Brasil às instituições de direito privado sem fins lucrativos que cumprem uma série de requisitos instituídos pela referida lei, e que de uma forma geral atuam em áreas associadas ao setor público.

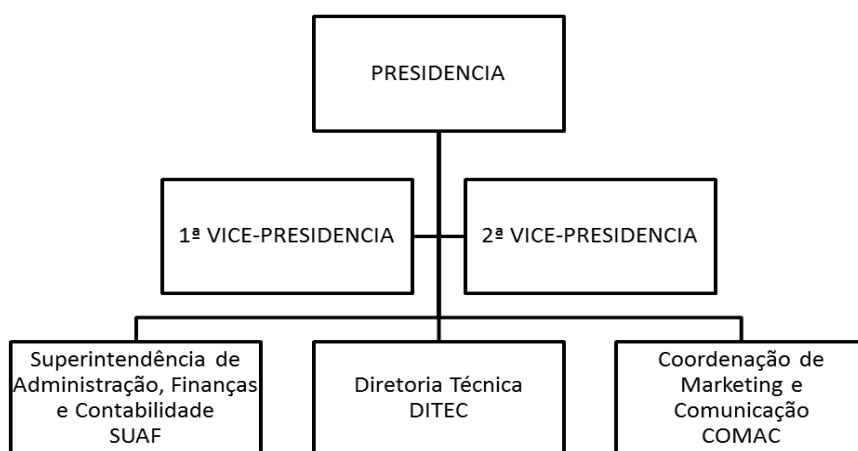
As instituições qualificadas como OSCIP's a princípio devem atuar em campos sociais onde o Estado, por si só, não é capaz de suprir a demanda por serviços (CARDOSO, 2014). A relação que se estabelece entre as esferas pública e privada via OSCIP na formulação de políticas pode se dar de diversas formas. Em campos sociais onde o aparelho estatal não detém competências, a instituição pode funcionar como um instrumento formulador de estratégias e políticas atuando de forma complementar ao Estado. Como instituição privada e autônoma, esta pode trabalhar na construção de seus próprios projetos, e caso haja itens de comum interesse com o Estado, pode atuar em parceria com esse, recebendo incentivos. Ou ainda, as OSCIP's podem, através de suas ações e atividades, atuar como fontes de pressão para mudanças nas políticas públicas de governo (FERRAREZI, 2007). Segundo Violin (2010), as OSCIP's, ao realizarem tais ações em prol da sociedade, teriam um caráter altamente profissional e qualificado para desempenharem as funções as quais se propõem, pois para atenderem os requisitos legais para a titulação as mesmas, têm de adotar uma gestão estratégica que contemplem mecanismos de planejamento, execução e avaliação das ações realizadas com recursos públicos. Ao receberem esse título, as instituições privadas sem fins lucrativos seriam beneficiadas com recursos públicos por meio da celebração de Termos de Parceria, os quais apresentariam processos menos burocráticos para

serem efetivados, e também sofreriam um maior controle e fiscalização de suas ações e dos recursos recebidos através do governo (VIOLIN, 2010).

Ainda que ligado ao setor público por meio de convênios e leis que exigem transparência na gestão dos recursos do órgão, assim como em sua gestão administrativa, o CPB possui a autonomia de uma empresa privada. Ou seja, pode governar-se pelas suas próprias leis (MEZZANOTTI, 2003), o que no presente caso, se dá a partir de seu próprio estatuto.

De acordo com o seu estatuto, o CPB tem como finalidade representar, dirigir e coordenar o esporte paralímpico brasileiro em nível nacional e também internacional (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2014). Ainda de acordo o mesmo, a Diretoria Executiva do órgão deve ser composta por três membros eleitos, sendo eles: presidente, 1º vice-presidente e 2º vice-presidente; e três membros de livre nomeação: superintendente de administração, finanças e contabilidade, secretário geral e diretor técnico. Visto que dentro do estatuto do CPB não consta a estrutura administrativa a ser adotada pelo órgão, a mesma foi definida através da portaria 001/2009 pelo então presidente Andrew Parsons. Dessa forma, a partir da vigência dessa portaria, a estrutura administrativa do Comitê é composta pela Superintendência de Administração, Finanças e Contabilidade- SUAFC, a qual é diretamente subordinada à diretoria executiva, a Diretoria Técnica- DITEC, e Coordenação de Marketing e Comunicação- COMAC, conforme mostra a figura 01.

FIGURA 01- Organograma CPB



Fonte: Portaria 001/2009, Comitê Paralímpico Brasileiro.

Elaboração: autora, 2017.

Além de coordenar o esporte paralímpico brasileiro, o CPB também é responsável pela administração direta de cinco modalidades, sendo elas: atletismo, natação, halterofilismo, esgrima em cadeira de rodas e tiro esportivo. As outras quinze modalidades são geridas por federações ou confederações, que cuidam especificamente do esporte paralímpico ou então que agregaram a modalidade adaptada à mesma instituição que gerencia a modalidade olímpica. Dessa forma, a administração do esporte paralímpico no Brasil se configura de acordo com a tabela e explicações abaixo:

TABELA 1- RELAÇÃO DAS CONFEDERAÇÕES BRASILEIRAS QUE ADMINISTRAM MODALIDADES PARALÍMPICAS COM O CPB.

SITU. CPB	SIGLA	INSTITUIÇÃO	MODALIDADE
Filiada	ABDEM	Associação Brasileira de Desportos Para Deficientes Intelectuais	Atletismo e Natação (Def. Intelectuais)
Filiada	ABRC	Associação Brasileira de Rugby em Cadeira de Rodas	Rugbi em Cadeira De Rodas
Filiada	ANDE	Associação Nacional de Desporto Para Deficientes	Bocha
			Futebol De 7
Filiada	CBBC	Confederação Brasileira de Basquetebol em Cadeira de Rodas	Basquete m Cadeira de Rodas
Reconhecida	CBCa	Confederação Brasileira de Canoagem	Canoagem
Filiada	CBC	Confederação Brasileira de Ciclismo	Ciclismo
Filiada	CBDV	Associação Brasileira de Deficientes Visuais	Futebol De 5
			Goalball
			Judô
Reconhecida	CBH	Confederação Brasileira de Hipismo	Hipismo
Reconhecida	CBR	Confederação Brasileira de Remo	Remo
Filiada	CBT	Confederação Brasileira de Tênis	Tênis Em Cadeira De Rodas
Filiada	CBTM	Confederação Brasileira de Tênis de Mesa	Tênis De Mesa
Reconhecida	CBTARCO	Confederação Brasileira de Tiro com Arco	Tiro C/ Arco
Reconhecida	CBTri	Confederação Brasileira de Triathlon	Triathlon

Filiada	CBVA	Confederação Brasileira de Vela Adaptada	Vela
Filiada	CBVD	Confederação Brasileira de Voleibol para Deficientes	Vôlei Sentado
	CPB	CPB	Atletismo
	CPB	CPB	Halterofilismo
	CPB	CPB	Esgrima
	CPB	CPB	Natação
	CPB	CPB	Tiro Esportivo

Fonte: Comitê Paralímpico Brasileiro, 2015.
Elaboração: autora (2016).

Das 15 entidades listadas acima que se encontram vinculadas ao CPB, 10 são filiadas e as outras 5 são reconhecidas. Essa caracterização é dada de acordo com os critérios estabelecidos no estatuto do órgão supracitado. De acordo com este estatuto, as instituições filiadas deverão ser entidades nacionais de administração do esporte paralímpico por área de deficiência, ou então por modalidade esportiva. Ainda de acordo com o mesmo, para que uma instituição nacional possa ser filiada ao CPB, essa precisa dentre outras obrigações: ser filiada a uma organização internacional correlata que por sua vez seja filiada ao IPC; a modalidade administrada por essa precisa ter integrado o quadro dos últimos Jogos Paralímpicos de verão/ inverno; e ter organizado no mínimo quatro campeonatos nacionais, com a participação de no mínimo cinco estados brasileiros, de três regiões distintas do país. As instituições filiadas deverão todos os anos ao final do mês de maio, prestar contas ao CPB através de balanço financeiro, patrimonial e contábil. Já para que uma instituição seja reconhecida pelo Comitê, essa deverá ser: instituição nacional ou estadual, liga regional ou municipal, ou entidade de prática esportiva (clube) que não atenda aos requisitos para se filiar ao CPB. A principal diferença entre os dois tipos de vinculação entre as instituições e o Comitê, é que as instituições filiadas têm direito a participar das assembleias gerais do CPB, bem como apresentar moções nas mesmas. Elas podem também indicar chapas para concorrer à Diretoria Executiva, assim como indicar candidatos para os cargos de conselheiros para os Conselhos Deliberativo e Fiscal.

4. RECURSOS FINANCEIROS DO CPB

4.1 FONTES DE RECURSOS FINANCEIROS DO CPB

O direito ao esporte e lazer é assegurado a todos os cidadãos brasileiros pela constituição de 1988, legislação vigente no país atualmente. Na referida lei, podemos observar no artigo 217 do texto que é dever do estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um (BRASIL, 1988). Como essa lei é bastante ampla, outras foram sendo criadas a fim de balizar as políticas públicas e regulamentar as fontes de financiamento para o esporte no Brasil (Lei Pelé, nº 9.615/1998, Lei Agnelo/Piva, nº 10.264/2001, Lei de Incentivo ao Esporte, nº 11.438/2006 e Lei do Bolsa Atleta, nº 10.891/2004). Além dos repasses públicos advindos das leis federais, o CPB conta também com o financiamento de empresas públicas e privadas por meio de patrocínios e também com verbas provenientes de convênios firmados com órgãos públicos, como o Ministério dos Esportes, Secretarias de Esporte estaduais e também municipais.

De acordo com os dados disponíveis nos balanços financeiros e patrimoniais do CPB, o Comitê apresentou um constante crescimento em suas receitas. No primeiro ano analisado (2010), o órgão recebeu recursos que somaram R\$ 37 milhões de reais, já no último ano (2015), esse valor chegou a R\$ 79 milhões de reais. As fontes de recursos explicitadas nos balanços analisados serão descritas a seguir.

4.1.1 LEI PELÉ (LEI 9.615/1998)

A lei 9.615 de 1998, mais conhecida como Lei Pelé, foi segundo Miranda (2011, p. 56), a responsável por “legitimar o esporte paralímpico no país”. Na referida Lei, a sessão que trata sobre a destinação de recursos ao esporte é a sessão II intitulada “Dos recursos do Ministério dos Esportes”. Em seu artigo 7º sobre a destinação desses recursos, é previsto na sessão VIII o “apoio ao desporto para pessoas portadoras de deficiência”. No que diz respeito ao repasse de recursos, assegurado pela lei, ressaltamos o artigo 9º:

Art. 9º Anualmente, a renda líquida total de um dos testes da Loteria Esportiva Federal será destinada ao Comitê Olímpico Brasileiro-COB, para treinamento e competições preparatórias das equipes olímpicas nacionais. (Vide Decreto nº 5.139, de 2004)

§ 1º Nos anos de realização dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Pan-Americanos, a renda líquida de um segundo teste da Loteria Esportiva Federal será destinada ao Comitê Olímpico Brasileiro-COB, para o atendimento da participação de delegações nacionais nesses eventos.

§ 2º Ao Comitê Paraolímpico Brasileiro serão concedidas as rendas líquidas de testes da Loteria Esportiva Federal nas mesmas condições estabelecidas neste artigo para o Comitê Olímpico Brasileiro-COB. (BRASIL, 1998).

Dessa forma, fica assegurada ao CPB a destinação de recursos provenientes de um teste da Loteria Esportiva Federal por ano, e em anos de Jogos Paralímpicos e Jogos Parapan-Americanos, dois testes da Loteria Esportiva Federal.

Apesar de os repasses advindos da referida lei constarem nos balanços patrimoniais do CPB, não é possível detectar quais foram os testes da Loteria esportiva Federal que deram origem a esses recursos. A falta dessa informação foi encontrada também por Almeida (2010) ao analisar os repasses recebidos pelo COB através da lei. A seguir apresentamos os valores repassados ao CPB por meio da Lei Pelé entre os anos de 2010 a 2015.

TABELA 2- RECURSOS REPASSADOS AO CPB ATRAVÉS DA LEI PELÉ ENTRE 2010 E 2015.

Lei Pelé/ANO	VALOR (R\$)
2010	160.137,55
2011	351.970,21
2012	519.508,13
2013	250.347,91
2014	383.001,54
2015	440.145,28

Fonte: CPB 2015
Elaboração: autora (2016)

4.1.2 LEI AGNELO/ PIVA (LEI Nº 10.264/2001)

A lei 10.264/2001, mais conhecida como Lei Agnelo/Piva, foi a primeira fonte fixa de recursos para o CPB. Isso porque a Lei Pelé, conforme citado anteriormente,

destina ao CPB a renda de um teste da LEF por ano, porém não identifica o teste específico do qual o recurso será repassado. Dessa forma, a Lei Agnelo/Piva trouxe algumas complementações no texto da Lei Pelé, mais especificamente no tocante ao financiamento para o esporte. Através dela, ficaram especificadas as porcentagens dos repasses, de que forma e a partir de onde seriam retirados os recursos repassados ao COB e CPB, bem como de que forma esses recursos deveriam ser aplicados. Esta lei estabeleceu também qual o órgão seria responsável pela sua fiscalização.

Em 2015, a presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto Brasileiro da Pessoa com Deficiência), Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, lei esta que modificou os percentuais de repasse para o CPB através da Lei Agnelo/Piva⁷.

Art. 56. Os recursos necessários ao fomento das práticas desportivas formais e não-formais a que se refere o art. 217 da Constituição Federal serão assegurados em programas de trabalho específicos constantes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além dos provenientes de:
[...]

~~VI — dois por cento da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares cuja realização estiver sujeita a autorização federal, deduzindo-se este valor do montante destinado aos prêmios. (Incluído pela Lei nº 10.264, de 2001)~~

VI - 2,7% (dois inteiros e sete décimos por cento) da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares cuja realização estiver sujeita a autorização federal, deduzindo-se esse valor do montante destinado aos prêmios;

~~§ 1º Do total de recursos financeiros resultantes do percentual de que trata o inciso VI do caput, oitenta e cinco por cento serão destinados ao Comitê Olímpico Brasileiro e quinze por cento ao Comitê Paralímpico Brasileiro, devendo ser observado, em ambos os casos, o conjunto de normas aplicáveis à celebração de convênios pela União. (Incluído pela Lei nº 10.264, de 2001).~~

§ 1º Do total de recursos financeiros resultantes do percentual de que trata o inciso VI do **caput**, 62,96% (sessenta e dois inteiros e noventa e seis centésimos por cento) serão destinados ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e 37,04% (trinta e sete inteiros e quatro centésimos por cento) ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), devendo ser observado, em ambos os casos, o conjunto de normas aplicáveis à celebração de convênios pela União

§ 2º Dos totais de recursos correspondentes aos percentuais referidos no § 1º, dez por cento deverão ser investidos em desporto escolar e cinco por cento, em desporto universitário. (Incluído pela Lei nº 10.264, de 2001)

⁷ Os trechos que sofreram alteração pelo Estatuto Brasileiro da Pessoa com Deficiência encontram-se riscados e seguidos pelos trechos que estão em vigor desde a data em que a Lei foi sancionada.

§ 3º Os recursos a que se refere o inciso VI do caput:(Incluído pela Lei nº 10.264, de 2001)

I – constituem receitas próprias dos beneficiários, que os receberão diretamente da Caixa Econômica Federal, no prazo de dez dias úteis a contar da data de ocorrência de cada sorteio;(Incluído pela Lei nº 10.264, de 2001)

II – serão exclusiva e integralmente aplicados em programas e projetos de fomento, desenvolvimento e manutenção do desporto, de formação de recursos humanos, de preparação técnica, manutenção e locomoção de atletas, bem como sua participação em eventos desportivos.(Incluído pela Lei nº 10.264, de 2001)

§ 4º Dos programas e projetos referidos no inciso II do § 3º será dada ciência aos Ministérios da Educação e do Esporte e Turismo.(Incluído pela Lei nº 10.264, de 2001)

§ 5º Cabe ao Tribunal de Contas da União fiscalizar a aplicação dos recursos repassados ao Comitê Olímpico Brasileiro e ao Comitê Paralímpico Brasileiro em decorrência desta Lei.(Incluído pela Lei nº 10.264, de 2001) (BRASIL, 2001).

Devido a legislação citada, o percentual de repasse de recursos por meio da Lei ao CPB que antes era de 15%, passou a ser, a partir de 2015, de 37,04%, do total de 2,7% da arrecadação bruta dos concursos prognósticos e loterias federais. O que irá configurar um aumento considerável nas receitas da instituição a partir do ano de 2016. Os outros 62,96% são repassados ao COB. Do valor total desses 37,04%, ainda por força de lei, 10% devem ser repassados ao desporto escolar e 5% ao desporto universitário. Cabe ao Tribunal de Contas da União fiscalizar a aplicação dos recursos captados pelo CPB.

O recorte da presente pesquisa contemplou os anos de 2010 a 2015, dessa forma os repasses que estavam em vigor através da Lei Agnelo/ Piva até o presente ano eram de: 2% da arrecadação bruta do concurso de prognósticos e loterias federais para o COB e CPB, sendo que desse total o CPB recebia um repasse de 15%. Os valores repassados ao CPB no recorte analisado podem ser visualizados na tabela a seguir.

TABELA 3- RECURSOS REPASSADOS AO CPB ATRAVÉS DA LEI AGNELO/PIVA ENTRE 2010 E 2015.

Agnelo/Piva- ANO	VALOR (R\$)
2010	25.183.175,44
2011	27.623.957,92
2012	29.367.179,37
2013	32.451.455,44

2014	38.575.385,26
2015	43.183.346,59

Fonte: CPB 2015
Elaboração: autora (2016)

De acordo com os balanços patrimoniais disponibilizados no site da instituição, a lei Agnelo/Piva é a maior fonte de recursos do órgão. Os recursos garantidos por esta lei apresentaram valores crescentes desde o primeiro ano aqui pesquisado, 2010. Essa configuração também se faz presente nos recursos pactuados pelo Comitê Olímpico Brasileiro, conforme identificado por Almeida (2010). Esses dados demonstram que no Brasil, o desenvolvimento do esporte de alto rendimento através dos Comitês Olímpico e Paralímpico é majoritariamente dependente do financiamento estatal. A dependência do CPB do fomento público para o desenvolvimento de suas ações confere certa estabilidade financeira à instituição, porém impõe a essa uma série de normas e responsabilidades para a aplicação desses recursos.

4.1.3 CONVÊNIOS COM MINISTÉRIO DO ESPORTE (ME)

Como citado anteriormente, o CPB possui o título de OSCIP, o que facilita a celebração de convênios com as esferas governamentais, diminuindo a burocracia e agilizando o processo de análise e provação desses projetos. No período analisado (2010-2015) o Comitê firmou um total de 16 convênios com o M.E., distribuídos da seguinte forma:

TABELA 4- CONVÊNIOS FIRMADOS ENTRE CPB E M.E. DE 2010 A 2015.

Nº	Nº do Convênio	Início	Fim	Programa	Valor liberado R\$
1	823178/2015	12. 2015	12. 2016	Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 (Plano Brasil Medalhas 2016)	4.415.166,51
2	813850/2014	12. 2014	10. 2015	Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016	1.869.850,10
3	795228/2013	12. 2013	11. 2014	Preparação de atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento.	603.970,41
4	795227/2013	12. 2013	05. 2014	Preparação de atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento.	958.504,80
5	776593/2012	12. 2012	08. 2016	Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016	31.754.308,96
6	774245/2012	10. 2012	06. 2013	Preparação de Atletas	1.186.263,55
7	762186/2011	12. 2011	04. 2013	Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016	8.595.380,75
8	761301/2011	12. 2011	02. 2013	Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016	3.461.712,01
9	755699/2011	08. 2011	05. 2012	Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016	876.541,55
10	752298/2010	12. 2010	05. 2012	SNEAR - Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016	810.391,88
11	752255/2010	12. 2010	05. 2012	SNEAR - Apoio a implantação de infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016	426.511,04
12	751952/2010	12. 2010	04. 2012	SNEAR - Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016	207.358,52
13	751778/2010	12. 2010	07. 2012	SNEAR - Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016	1.345.882,08
14	751775/2010	12. 2010	08. 2012	SNEAR - Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016	723.237,28
15	751773/2010	12. 2010	03. 2012	SNEAR - Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016	1.407.724,44
16	751772/2010	12. 2010	12. 2012	SNEAR - Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016	1.422.391,76

Fonte: SICONV⁸
Elaboração: autora (2016)

Ao analisarmos os convênios firmados entre o CPB e o M.E., verificamos que houve três principais objetivos apresentados por estes. O primeiro deles, alvo de 8 dos 16 convênios, foi a preparação de Seleções Paralímpicas Permanentes (nº 5, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15). Discutiremos esta ação no próximo capítulo que será dedicado à descrição dos programas do P.E. e seus respectivos financiamentos. Já o segundo objetivo foi a participação da delegação brasileira em Jogos Para-Pan Americanos, sendo firmado um convênio para o Para-Pan de 2011 (nº 16), e outro para o Para-Pan de 2015 (nº 2). Três convênios visaram a realização de campeonatos de Basquetebol em Cadeira de Rodas buscando a identificação de novos talentos na modalidade (nº 3, 4 e 6). Os outros três convênios tiveram objetivos bastante específicos: um para a aclimatação da delegação brasileira em Manchester, para os J.P de Londres/2012 (nº 8); um voltado ao intercambio de varias seleções de diferentes modalidades para treinamento fora do país (nº 7); e o mais recente convênio (nº1) firmado tem o objetivo de apoiar os atletas beneficiados pelo Plano Brasil Medalha 2016 / Programa Bolsa Pódio com a contratação de Profissionais para equipes multidisciplinares das 12 modalidades contemplados.

Todos os 16 convênios foram firmados com o ME através da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR). Os convênios ficaram concentrados em quatro ações dessa secretaria, como pôde ser visualizado na tabela 4. A ação que predominou foi a de Preparação e Organização dos Jogos Rio/2016, o que reafirma o objetivo de todos os convênios encontrados, que focavam a preparação de seleções e atletas para os JP de 2016.

4.1.4 PATROCINADORES

Durante o período analisado, o número de patrocinadores do CPB variou devido a entrada e saída de investidores.. Os valores recebidos através destes também variaram de ano a ano. Os valores repassados ao CPB por ano de acordo com o patrocinador podem ser visualizados na tabela 5.

⁸ SICONV, acessado através de: <https://portal.convenios.gov.br/>

TABELA 5: RECEITAS ORIUNDAS DE PATROCINADORES DO CPB DE 2010 A 2015

ANO/ EMPRESA	2010 (R\$)	2011(R\$)	2012(R\$)	2013(R\$)	2014(R\$)	2015(R\$)	TOTAL (R\$)
CEF	8.927.100	9.600.000	11.365.000	28.000.000	29.000.000	31.000.000	117.892.100
INFRAERO	450.000	200.000	300.000	x	x	x	950.000
EMBRATEL	x	x	80.000	280.000	144.000	144.000	648.000
MACKENZIE	x	x	258.000	224.400	190.575	207.900	880.875
NISSAN	x	x	x	x	18.500	64.350	82.850
SE/SP	570.000	900.000	1.600.000	2.840.450	x	x	5.910.450
BRASKEM S/A	x	x	x	x	x	4.000.000	4.000.000
Receita patrocinadores*	x	x	1.089.488	x	x	167.378	1.256.866
TOTAL	9.947.100	10.700.000	14.692.488	31.344.850	29.353.075	35.583.628	x

Fonte: Comitê Paralímpico Brasileiro 2015

Elaboração: autora (2016)

* Descrita conforme consta no balanço patrimonial da instituição.

Os dados retirados dos balanços patrimoniais do CPB referentes aos anos analisados mostram que dentre os patrocinadores apresentados no documento, os que investem os maiores valores no patrocínio no CPB são empresas públicas (Caixa Econômica Federal, INFRAERO e Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de SP)⁹. Eles mostram também que com exceção da Caixa Econômica Federal, os demais patrocinadores não tiveram uma perenidade em seus contratos com o CPB (os anos em que as empresas citadas não contribuíram, segundo informações constantes nos balanços patrimoniais do CPB, estão marcados com "x"). Foi possível identificar também uma discrepância nos valores repassados pelas diferentes instituições. Em 2014, por exemplo, enquanto a NISSAN efetuou um repasse de R\$18.500,00, a Caixa Econômica Federal (CEF) investiu R\$ 29 milhões.

A CEF é patrocinadora oficial do CPB desde 2004. O patrocínio é proveniente de recursos do Fundo para o Desenvolvimento das Loterias (FDL) (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, [s.d.]). Além de patrocinar o Comitê diretamente, a Caixa ainda patrocina outras sete modalidades paralímpicas através de repasses diretos às federações das respectivas modalidades: vôlei sentado, bocha, goalball, futebol de sete, futebol de cinco, rugby em cadeira de rodas e vela. A Caixa foi o

⁹ Em consulta ao site dessas instituições não foi possível encontrar informações referentes aos repasses através do patrocínio ao Comitê, dessa forma não foi possível contrastar os dados encontrados nos balanços financeiros do CPB com outras fontes.

único patrocinador do Comitê que esteve presente ao longo dos cinco anos analisados. Com exceção do financiamento provindo da Lei Agnelo/Piva, o patrocínio deste banco federal é a maior fonte de recursos do órgão.

A presença perene de empresas de capital público como patrocinadores no âmbito esportivo foi identificada também no Comitê Olímpico do Brasil (COB). Almeida (2010) verificou que durante o ciclo olímpico de 2005 a 2008, o COB obteve o patrocínio de seis empresas estatais (Infraero, Eletrobrás, Petrobrás, Banco do Brasil, Correios e CEF). Ao realizarmos uma comparação entre os recursos angariados pelo CPB através de recursos públicos (via leis e convênios) e os provenientes através de patrocínios, fica evidente a dependência financeira do órgão do governo federal. Tal configuração também foi apontada por Marques e Gutierrez (2014) ao analisarem as especificidades do esporte paralímpico no país. Os autores salientam que ainda que o número de patrocinadores privados venha crescendo, a estabilidade e a sustentação deste subcampo esportivo no Brasil, é proveniente de recursos públicos.

A falta de interesse das empresas privadas em patrocinar o esporte paralímpico é verificada também no âmbito internacional. Cottingham, Gearity e Byon (2013) apontam a dificuldade em se atrair patrocinadores para uma manifestação esportiva com um número de expectadores e consumidores relativamente baixo. Essa barreira, relacionada a baixa visibilidade do esporte paralímpico, também foi identificada pela entrevistado nº 03 em nossa pesquisa. O mesmo aponta que o público, de forma geral, ainda não tem conhecimento sobre o movimento paralímpico no Brasil, ainda que o país seja uma potência no paradesporto mundial. De acordo com o mesmo, a falta de patrocinadores privados no CPB pode estar atrelada ao desconhecimento do público – e de possíveis patrocinadores - a respeito do esporte paralímpico. Conforme ele explicou, o Brasil foi 7º colocado no quadro geral de medalhas das Paralímpiadas de Londres, apresentando um desempenho muito superior ao esporte olímpico brasileiro (22º colocado). Porém, ainda assim, o EP não apresenta a mesma visibilidade deste perante a mídia.

Exemplo do que foi dito acima pode ser observado nas últimas Olimpíadas realizadas no Rio de Janeiro. Enquanto os Jogos Olímpicos tiveram cobertura televisiva ao vivo de três canais da TV aberta (Band, Globo e Record) e 23 canais de TV fechada (Sportv com 16 canais, Espn com três, Fox Sports com dois, Bandsports

e Record News com um cada) (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016; TORCEDORES, 2016), os JP foram transmitidos ao vivo apenas por uma emissora de TV aberta (TV Brasil) e quatro canais na TV fechada (todos da Sportv). As emissoras Globo, Band e Record apenas noticiaram os melhores momentos (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016).

Conforme aponta Brittain (2010), existe uma estreita ligação entre a visibilidade midiática do esporte paralímpico e a capacidade dos órgãos gestores desse, de levantar fundos, conquistar patrocinadores e de melhorar as condições de marketing da manifestação paraesportiva. A comercialização da marca paralímpica ainda está muito aquém do patamar alcançado pelo movimento olímpico.

O IPC tem adotado uma série de estratégias para alavancar o alcance comercial do movimento paralímpico, visando aumentar a entrada de recursos financeiros na instituição. Os recursos provenientes de marketing, patrocinadores e angariação de fundos corresponderam a cerca de 73% da receita total do órgão no ano de 2007 (BRITTAİN, 2010). Para o IPC, uma chave é essencial para otimizar esse resultado: o reconhecimento global do esporte paralímpico. No intuito de alcançar esse reconhecimento, o IPC traçou em seu planejamento estratégico a proposta de tornar a marca paralímpica clara e objetiva quanto a sua finalidade, reconhecida no âmbito esportivo, bem aceita pelos seus expectadores e pela mídia e valorizada enquanto produto comercial (INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE, 2003). O CPB, enquanto subordinado dessa instituição, segue um caminho similar quanto as estratégias criadas para a comercialização do movimento paralímpico no Brasil, e conseqüentemente, atrair mais patrocinadores para a instituição. Tais estratégias serão discutidas nos capítulos seguintes.

Outra questão ligada à falta de patrocinadores privados no CPB, conforme apontado pelo entrevistado nº 4, é a falta de conhecimento do público acerca do esporte paralímpico e a falta de reconhecimento de que o mesmo também se manifesta no nível do alto rendimento. Marques e Gutierrez (2014) revelam que o entendimento de que o esporte paralímpico também manifesta-se no alto rendimento é relativamente recente. Foi somente após os Jogos de Seul, em 1988, é que os atletas paralímpicos passaram a ser vistos como atletas, e não apenas como pessoas com deficiência. De acordo com o entrevistado citado acima, esse fator também pode afastar possíveis patrocinadores, que por sua vez, tendem a querer atrelar as suas marcas tanto a padrões de força, potência e sucesso já consolidados

socialmente, bem como à modalidades esportivas com maior visibilidade entre os consumidores esportivos. Hardin (2003) identifica essa questão também em âmbito internacional. A autora aponta que a construção social em torno do esporte exclui desse ambiente os atletas com deficiência. Para a pesquisadora, os corpos dos atletas com deficiência não atendem aos requisitos endereçados aos corpos atléticos veiculados pela mídia e, portanto, os mesmos não são reconhecidos enquanto atletas. A crença de que apenas corpos vistos como “normais” podem ser considerados atléticos, e em consequência, que apenas essas pessoas podem ser consideradas atletas é explicada por Coakley (2014). O autor usa o conceito de “império da normalidade”¹⁰ para explicar a maneira pela qual a mídia acaba por excluir dos modelos esportivos por ela veiculados, pessoas com deficiência.

O fato de o esporte paralímpico e também de os atletas paralímpicos não serem amplamente conhecidos pelo público brasileiro, contribui para a escassez de patrocinadores no âmbito do esporte paralímpico. Segundo Matias (2013), os atletas e modalidades que alcançam sucesso esportivo, não só representam um clube ou um país, mas acabam por incorporar à sua imagem, a marca ou o nome da empresa pela qual são patrocinados. Quando a modalidade ou o atleta em si, não possui uma imagem reconhecida nacionalmente, ou até mundialmente, esse acaba por não divulgar a marca de seu patrocinador de forma ampla para o público. Conforme Almeida e Marchi Júnior (2011) o mesmo acontece com modalidades olímpicas, que não são tão amplamente difundidas socialmente, ou politicamente estabelecidas no país. Para os autores essas modalidades tornam-se dependentes do financiamento público, ao contrário do futebol ou do vôlei que são modalidades mais exploradas pela mídia, e que possuem fontes de financiamento privadas.

Apresentamos acima algumas hipóteses discutidas na literatura, para explicar os motivos pelos quais o CPB, apesar de apresentar bons resultados em competições internacionais, ainda não possui um expressivo valor comercial enquanto marca/ produto. Conforme apontado por Marques *et al.*(2009), o movimento paralímpico ainda está em um estágio de desenvolvimento anterior ao

¹⁰ Segundo Coakley (2014), o “Império da Normalidade” (“Empire of the Normal”, no título original), se configura em uma suposta realidade onde as pessoas que julgam não possuir deficiências e que se consideram “normais” imaginam viver. As pessoas que possuem algum tipo de deficiência física ou intelectual são abstraídas desta suposta realidade, onde imagens de corpos saudáveis, atléticos e de modelos tradicionais de beleza, são veiculados como ideais.

movimento olímpico, e portanto não alcançou a projeção mundial que esse último apresenta.

4.2 APLICAÇÕES DOS RECURSOS

4.2.1 Despesas por Ação

A aplicação dos recursos recebidos pelo Comitê Paralímpico Brasileiro por meio da Lei 9.615/1998, é regulamentada pelo Decreto nº 7.984/2013. Este em seu artigo 10º estipula que estes deverão ser aplicados em projetos e programas de fomento, desenvolvimento e manutenção do desporto; formação de recursos humanos; preparação técnica, manutenção e locomoção de atletas; e participação em eventos esportivos. Nesta normativa, cada uma destas modalidades é definida da seguinte forma:

I - fomento, desenvolvimento e manutenção do desporto: todas despesas necessárias à promoção das práticas desportivas formais a que se refere o art. 217 da Constituição;

II - formação de recursos humanos: todas despesas necessárias à capacitação, instrução, educação, treinamento e habilitação na área do desporto, inclusive por meio de cursos, palestras, congressos, seminários, exposições e outras formas de difusão de conhecimento, bem assim o custeio de pesquisas e desenvolvimento de técnicas e práticas técnico-científicas ligadas ao esporte olímpico e paraolímpico;

III - preparação técnica, manutenção e locomoção de atletas: todas despesas necessárias ao preparo, sustentação e transporte de atletas, bem assim os gastos abaixo relacionados, desde que imprescindíveis ao objetivo deste inciso: a) aquisição e locação de equipamentos desportivos, para atletas, técnicos e outros profissionais; b) serviços médicos, odontológicos e psicológicos, para atletas e técnicos e outros profissionais; c) alimentação e nutrição, para atletas, técnicos e outros profissionais; d) moradia e hospedagem, para atletas e outros profissionais, no caso de equipes e seleções permanentes;

IV - participação de atletas em eventos desportivos: todas despesas necessárias para efetivação do deslocamento e acomodação de atletas, técnicos e dirigentes, inclusive gastos com premiações. (BRASIL, 2004)

De acordo com Meira, Bastos e Bohme (2012), o item “I- Projetos de fomento, desenvolvimento e manutenção do desporto” envolve ações como elaboração de candidaturas para sediar eventos internacionais no país, compra e aquisição de materiais esportivos/ administrativos, e o desenvolvimento (desde a

sua criação a sua manutenção) de centros de treinamento esportivo e unidades de cultura Olímpica. Ainda de acordo com o artigo 217 da Constituição Federal de 1988 a que se refere o item, é dever do estado fomentar práticas formais e não formais, como direito de cada um, sendo observada a destinação prioritária de recursos públicos ao esporte educacional, e em casos específicos ao esporte de alto rendimento. Já os itens II, III e IV são autoexplicativos em relação aos seus objetivos e finalidades.

O CPB através de seus balanços financeiros, patrimoniais e contábeis, prestou contas no período analisado dos recursos advindos da referida lei, apresentando os seguintes valores:

TABELA 6- DESPESAS CPB POR TIPO

DESPESAS/ANO	2010 R\$	2011 R\$	2012 R\$	2013 R\$	2014 R\$	2015 R\$
FOMENTO, DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO	15.442.694	14.453.373	22.679.332	*	*	*
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	218.158	417.204	431.231	*	*	*
PREPARAÇÃO TÉCNICA E MANUTENÇÃO	1.768.006	2.387.013	3.183.325	*	*	*
PARTICIPAÇÃO DE ATLETAS	8.593.552	12.138.909	21.013.267	24.585.953	23.828.399	27.189.157
DESPESAS GERENCIAS CPB	7.386.200	11.747.191	11.873.977	15.858.721	8.574.234	10.504.427
TOTAL DESPESAS	33.408.610	41.143.690	59.181.132	40.444.674	32.402.633	37.693.584

Fonte: Comitê Paralímpico Brasileiro

Elaboração: autora

* Dados não disponibilizados no balanço financeiro do referido ano

A prestação de contas dos recursos repassados ao Comitê via Lei Agnelo/Piva de acordo com o decreto supracitado, é obrigatório. Entretanto ao analisarmos os balanços patrimoniais disponibilizados pela instituição, verificamos que a cada ano o modelo desse documento variou, sendo que a partir do ano de 2013 alguns dos itens deixaram de constar ou então mudaram de nomenclatura. Dessa forma, não pudemos identificar os recursos investidos em: fomento, desenvolvimento e manutenção; formação de recursos humanos; e preparação técnica e manutenção nos anos de 2013, 2014 e 2015. As mudanças apresentadas nesses documentos dificultaram a identificação, e por consequência, análises dos

investimentos de recursos do CPB em cada um dos itens expressos no Decreto supracitado. A prestação de contas do CPB é analisada por meio do Tribunal de Contas da União (TCU). Ao pesquisarmos a aprovação ou não das contas apresentadas via CPB ao TCU, identificamos que o TCU abriu processos de acompanhamento e análise dessas contas, por conta de supostos superfaturamentos em licitações abertas pelo Comitê, pagamentos indevidos a funcionários da entidade e falta de transparência na solicitação de recursos adicionais à administração desta (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2016a, 2016b).

No site da instituição, há uma página onde os dados sobre o financiamento do CPB estão disponíveis. Nesta página é possível acessar o resumo das receitas ¹¹ do Comitê. As tabelas que apresentam estes dados são especificadas por ano, e os dados revelam as fontes das receitas do Comitê, bem como o volume de recursos aplicados a cada uma das modalidades especificadas via Decreto 7.984/2013. Entretanto, ao contrastarmos esses dados com aqueles encontrados nos balanços financeiros da instituição disponibilizados no site da mesma, há diferenças significativas nos valores apresentados pelos dois documentos. O volume de recursos captados pela instituição em todos os anos analisados, de acordo com as tabelas do site, foi maior do que os valores apresentados nos balanços financeiros. Essa diferença chega a quase R\$ 100 milhões em 2015 (na tabela online o montante total arrecadado aparece como R\$173 milhões, e no balanço financeiro da instituição no mesmo ano R\$ 79 milhões). Nas tabelas online não são especificadas as origens dos recursos. Aparece apenas a designação genérica “outras fontes”. Outro agravante dessa fonte de dados é o fato de que as tabelas online apresentam dados apenas a partir do ano de 2013, não sendo possível analisarmos dados anteriores a essa data. Ao constatarmos essas diferenças, entramos em contato com o CPB a fim de solicitarmos esclarecimentos sobre as tabelas apresentadas. Fomos instruídos a enviarmos um email ao departamento responsável (Departamento de Contabilidade), e após enviarmos o e-mail não obtivemos retorno. Considerando o fato de os dados publicados por meio das tabelas online não estarem claros, optamos por não utilizarmos estes, e sim os balanços financeiros desta por detalharem as fontes dos recursos, assim como o volume de recursos

¹¹ http://gestaorecursos.cpb.org.br/outras_receita.php?id=2013

investidos em cada modalidade do decreto, salvo alguns anos, conforme exposto na tabela 6.

O CPB ao apresentar a prestação de contas da instituição, não especifica quais as fontes dos recursos aplicados nos gastos referentes aos itens da tabela 6. Ou seja, não é possível identificar se o recurso utilizado é proveniente de repasses públicos via Leis, ou de patrocínio. Uma vez que o decreto acima citado regulamenta apenas os recursos advindos da Lei Agnelo/Piva, os recursos provenientes de outras fontes não são regidos pelas mesmas diretrizes. Como não conseguimos mapear a origem do financiamento de cada um desses itens, tivemos dificuldade para analisarmos os dados e para compará-los com outras realidades, como a do COB, por exemplo, pois este presta conta apenas dos recursos recebidos via Lei Agnelo/Piva.

4.2.2 Repasses às Confederações

As entidades vinculadas ao CPB, filiadas ou reconhecidas, recebem repasses desse, de acordo com a Lei nº 9.615/1998 (Lei Pelé), regulamentada através da Lei 12.395/2011. Esta em seu artigo 56, inciso VI, parágrafo 9º estipula que os recursos recebidos através da Lei Pelé deverão ser geridos diretamente pelo CPB, ou de forma descentralizada pelas instituições nacionais de administração e prática do esporte paralímpico, nesse caso as instituições citadas na tabela 1 (Brasil, 2011).

O CPB, através do Regulamento de Prestação de Contas de Convênios, normatizou e sistematizou os processos de gestão administrativa para a descentralização e repasse desses recursos às instituições a ele filiadas (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2009b). Os valores recebidos por cada uma das 15 instituições vinculadas ao Comitê no período de 2010 a 2015 podem ser visualizados na tabela a seguir:

Tabela 7- REPASSE CPB ÀS CONFEDERAÇÕES E FEDERAÇÕES FILIADAS

ANO/ INSTIT.	2010			2011			2012			2013			2014			2015		
	R\$	%R.	%AG	R\$	%R.	%AG	R\$	%R	%AG	R\$	%R	%AG	R\$	%R	%AG	R\$	%R	%AG
ABDEM	620.928,00	8,1	2,5	745.113,60	8,0	2,7	819.624,96	7,7	2,8	868.802,46	7,8	2,7	955.682,70	7,6	2,5	1.036.233,10	7,6	2,4
ABRC	*			*			*			*			409.578,30	3,2	1,1	439.614,04	3,2	1,0
ANDE	1.152.152,00	15	4,6	1.383.782,40	14,8	5,0	1.522.160,64	14,4	5,2	1.613.490,28	14,5	5,0	1.774.839,30	14,2	4,6	1.946.862,19	14,2	4,5
CBBC	798.336,00	10	3,2	958.003,20	10,2	3,5	1.053.803,52	9,9	3,6	1.117.031,73	10,0	3,4	1.228.734,91	9,9	3,2	1.350.243,13	9,9	3,1
CBCa	*			106.444,80	1,1	0,4	117.089,28	1,1	0,4	124.114,64	1,1	0,4	136.526,10	2,3	0,4	314.010,03	2,3	0,7
CBC	266.112,00	3,5	1,1	319.334,40	3,4	1,2	351.267,84	3,3	1,2	372.343,91	3,3	1,1	409.578,30	3,2	1,1	439.614,04	3,2	1,0
CBDV	1.862.784,00	24	7,4	2.235.340,80	23,9	8,1	2.458.874,88	22,6	8,4	2.543.179,16	22,0	8,0	2.692.116,72	21,0	7,4	2.875.061,70	21,0	6,7
CBH	443.520,00	5,8	1,8	532.224,00	5,7	1,9	585.446,40	6,1	2,0	682.630,50	5,6	1,9	682.630,50	5,5	1,8	753.624,08	5,5	1,7
CBR	354.816,00	4,7	1,4	425.779,20	4,5	1,5	468.357,12	4,4	1,6	496.458,55	4,5	1,5	546.104,40	4,4	1,4	596.619,06	4,4	1,4
CBT	443.520,00	5,8	1,8	532.224,00	5,7	1,9	585.446,40	6,1	2,0	682.630,50	5,6	2,1	682.630,50	5,5	1,8	753.624,08	5,5	1,7
CBTM	443.520,00	5,8	1,8	532.224,00	5,7	1,9	585.446,40	6,1	2,0	682.630,50	5,6	2,1	682.630,50	5,5	1,8	753.624,08	5,5	1,7
CBTARCO	266.112,00	3,5	1,1	319.334,40	3,4	1,2	351.267,84	3,6	1,2	409.578,30	3,3	1,3	409.578,30	3,2	1,1	439.614,04	3,2	1,0
CBTRI	*			106.444,80	1,1	0,4	117.089,28	1,2	0,4	136.526,10	1,1	0,4	136.526,10	2,3	0,4	314.010,03	2,3	0,7
CBVA	443.520,00	5,8	1,8	532.224,00	5,7	1,9	585.446,40	6,1	2,0	682.630,50	5,6	2,1	682.630,50	5,5	1,8	753.624,08	5,5	1,7
CBVD	532.224,00	7	2,1	638.668,80	6,8	2,3	702.535,68	7,3	2,4	819.156,60	6,7	2,5	819.156,60	6,7	2,1	910.629,09	6,7	2,1
TOTAL	7.627.544,00	100	30,3	9.367.142,40	100	33,9	10.303.856,64	100	35,1	11.231.203,73	100	34,6	12.248.943,73	100	32,2	13.677.006,77	100	31,7

Fonte: Comitê Paralímpico Brasileiro- 2015

Elaboração: autora

%R. = percentual do repasse total para as confederações no ano.

%AG = percentual relativo ao repasse da Lei Agnelo/Piva no respectivo ano

* = A confederação ainda não havia sido criada, ou vinculada ao CPB

É possível verificar que os valores repassados às confederações apresentaram crescimento ou mantiveram-se os mesmos durante os anos analisados, não havendo redução nesses ao longo do período. Esse crescimento está diretamente ligado aos valores também crescentes repassados ao CPB através da Lei Agnelo/ Piva, uma vez que esta fonte de recursos é a base para os repasses às instituições. Entretanto, o percentual total dos recursos repassados relativos à Lei, oscilou durante os anos, chegando a 35,1% em 2012 e caindo para 31,1% em 2015. Ainda que o repasse efetuado pelo CPB às suas filiadas seja regulamentado pela referida Lei, não há um percentual mínimo estipulado para a efetivação dessa ação. Quem define os percentuais a serem repassados a cada uma das instituições filiadas é o Conselho Deliberativo do CPB, com base na aprovação ou não dos projetos enviados por essas instituições. Esse modelo de descentralização de recursos, identificado também no COB, é apontado por Almeida e Marchi Jr. (2011) como centralizador e autoritário, pois cabe somente a instituição maior (CPB e COB) o poder de decisão sobre quais filiadas receberão recursos, quais os percentuais repassados a cada uma delas e qual será o percentual total dos recursos recebidos via Lei Agnelo/Piva que será repassado às confederações. Para esses autores, seria necessário que o COB revisse esse modelo de repasse de verbas às confederações, onde aquelas que já possuem certa estabilidade administrativa e financeira acabam por receber um maior aporte financeiro. Acreditamos que isto deveria ser feito também no caso do CPB.

Ao analisarmos o período de 2010 a 2015, verificamos que o CPB repassou às confederações apenas 32.8% do total arrecadado pela instituição via Lei Agnelo/Piva. Podemos confrontar esse dados com os achados de Teixeira, Matias e Mascarenhas (2013) que analisaram o repasse do COB às confederações a ele filiadas no período de 2005 a 2008, e constataram que cerca de 48% dos recursos advindos dessa Lei eram repassados a essas confederações. Os autores questionam a concentração desses recursos por parte do COB, uma vez que uma das finalidades da promulgação da Lei era o fortalecimento do esporte através do investimento no atleta, e, portanto o recurso deveria ser gerido pelas instituições que estão próximas desses: as confederações. Seguindo essa lógica, percebemos que no caso do CPB a concentração de recursos por parte da instituição é ainda maior. Ou seja, o CPB recebe um valor de recursos menor e repassa às confederações filiadas ainda menos, dificultando em tese o desenvolvimento dessas. Uma das

implicações decorrentes da limitação de recursos nas confederações é a falta de profissionais qualificados para administrar as mesmas. Conforme aponta Ribeiro (2012), para que as confederações esportivas possam desenvolver um trabalho de qualidade e eficiente, é necessário que a instituição conte com gestores profissionalmente capacitados em suas áreas de atuação.

Identificamos diferenças significativas nos percentuais repassados às diferentes confederações. Das 15 entidades listadas, 2 foram constituídas um ano após o início do período por nós analisado (2011) e outra apenas em 2013. Das 12 instituições que faziam parte do quadro de filiadas em 2010, 3 delas receberam mais de 10% do valor total repassado às confederações e federações, somando um total de cerca de 50% do valor anual. Outras 6 instituições receberam um repasse entre 5% e 10% do total e 3 instituições receberam menos de 5%. Após a entrada da Associação Brasileira de Rúgbi em Cadeira De Rodas e da Confederação Brasileira de Triathlon no ano de 2011, a configuração de repasses não apresentou grandes alterações, sendo que essas confederações receberam apenas 1,1% do valor total repassado para as instituições no ano.

O valor repassado à Associação Nacional de Desportos para Deficientes (ANDE), Confederação Brasileira de Basquetebol em Cadeira de Rodas (CBBC) e a Confederação Brasileira de Deficientes Visuais (CBDV) é significativamente superior ao que é repassado às demais instituições. Um dos fatores que pode estar associado a essa discrepância no caso da ANDE e da CBDV é o fato de que essas instituições são responsáveis pela gerência de mais de uma modalidade (2 e 3 modalidades respectivamente). No caso da ANDE, existem outras hipóteses que também podem explicar o alto valor de repasse, como o fato de a mesma ser precursora do CPB e apresentar uma imagem consolidada dentro do cenário do esporte paralímpico no país. O mesmo acontece com o esporte olímpico, conforme verificado por Almeida e Marchi Júnior (2011). Também conforme Teixeira, Matias e Mascarenhas (2013), as instituições que apresentam uma maior visibilidade dentro da realidade na qual estão inseridas, assim como possuem uma gestão administrativa já consolidada no âmbito esportivo recebem um maior volume de recursos financeiros na realidade do esporte olímpico (TEIXEIRA; MATIAS; MASCARENHAS, 2013). Segundo Almeida e Marchi Jr. (2011) essa relação pode estar ligada ao fato de que tais confederações possuem uma estrutura administrativa

mais desenvolvida, o que levaria as mesmas a aprovarem mais facilmente seus projetos junto ao COB.

No caso da CBBC, ainda que a modalidade de basquetebol em cadeira de rodas seja uma modalidade que exige um investimento de recursos maior por ser uma modalidade coletiva e que depende de equipamento específico para sua prática (cadeira de rodas), quando comparado ao caso da ABRC a qual gere o Rugby em cadeira de rodas, o qual apresenta as mesmas características do basquetebol em cadeira de rodas, é visível a discrepância nos percentuais recebidos pelas mesmas (9.9% repassado à CBBC e 3.2% repassado à ABRC no ano de 2014). Esse dado reforça os apontamentos anteriores acerca da tradição e estabilidade das instituições como fatores determinantes para o recebimento de um volume de recursos maior, visto que a ABRC é uma instituição relativamente nova, criada no ano de 2008, filiando-se ao CPB apenas no ano de 2014, enquanto a CBBC é uma instituição fundada no ano de 1997 e ligada ao CPB desde então.

As confederações responsáveis pela administração do esporte paralímpico podem contar com outros recursos além dos repassados via CPB, por meio da Lei Agnelo/Piva. Esses recursos podem ser oriundos de patrocínios, parcerias e convênios com outras instituições ou com a esfera pública. Ao examinarmos os balanços financeiros dessas instituições, verificamos que quase a totalidade delas não presta contas sobre os dados financeiros de patrocínios ou de convênios. Porém, ao visitarmos os seus sites na internet, identificamos que 6 das 14 confederações possuem patrocínio de empresas estatais (Correios, Infraero, Caixa Econômica Federal) ou privadas (Ecorodovias e Bradesco). Um dado interessante sobre esta realidade é o fato de que as instituições que recebem os maiores repasses através do CPB são também as que possuem algum tipo de patrocínio por outro meio. Um exemplo deste tipo de situação pode ser observado junto à Confederação Brasileira de Desporto para Deficientes Visuais, que além de receber um montante de 24% do total repassado às confederações via Lei Agnelo/ Piva, é patrocinada também por duas empresas estatais. Em contrapartida, confederações como a de Canoagem, que chegou a receber um repasse de no máximo 2,3% do total, não apresenta nenhum patrocinador para a manifestação paralímpica da modalidade.

A realidade acima corrobora com os achados de Almeida e Marchi Jr. (2011) acerca da realidade vivida pelas confederações do esporte olímpico, onde também

aquelas que possuem uma maior visibilidade e estabilidade administrativa no campo, recebem maior repasse de recursos via COB assim como de patrocínios externos. Essa configuração, que privilegia as confederações mais bem sucedidas em detrimento daquelas que ainda não possuem grande representatividade no cenário nacional e internacional, tende a manter a desigualdade entre as instituições de administração do esporte paralímpico no país, e por consequência compromete o desenvolvimento das modalidades que recebem menos recursos.

5 O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CPB PARA O PERÍODO DE 2010 A 2016 E AS AÇÕES IMPLEMENTADAS A PARTIR DE 2010

O planejamento estratégico do CPB para o período de 2010 a 2016 foi criado em parceria com as entidades responsáveis pelo desenvolvimento do esporte paralímpico no país. A elaboração do documento teve início a partir da realização do I Seminário de Planejamento Estratégico, no ano de 2009 (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2009). Neste evento reuniram-se os líderes das associações e confederações nacionais ligadas ao esporte paralímpico, para que juntamente ao CPB discutissem a estrutura organizacional do movimento no país. Com a definição da cidade do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Paralímpicos de 2016, outras necessidades surgiram como pauta do documento. Dessa forma, já no início do ano de 2010 foi realizada a I Conferência Nacional do Esporte Paralímpico, na qual, além da presença das lideranças técnicas e administrativas das entidades que regem o esporte paralímpico no país, reuniram-se também representantes políticos das instâncias legislativa e executiva, federais (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2009a).

Para entendermos o planejamento estratégico do CPB, iremos, no decorrer desta seção, também explicar o que é um planejamento estratégico e como ele deve ser estruturado. O planejamento estratégico de uma instituição se constitui em um processo de elaboração de estratégias institucionais, objetivando inserir a instituição e sua missão no campo no qual está atuando, ou buscará atuar (CHIAVENATO; SAPIRO, 2003). Para Chiavenato e Sapiro (2003) o produto final de um planejamento estratégico é a maximização de resultados e a minimização das deficiências da empresa. Para Tavares (2000) o PE é elaborado com base em projeções futuras, estimadas a partir de indicadores do presente e do passado, buscando apontar onde a instituição deverá chegar ao final do ciclo proposto. De acordo com o CPB, o Planejamento Estratégico de sua instituição visa registrar o coletivo de ações a serem tomadas em prol do desenvolvimento integral do esporte paralímpico no país entre os anos de 2010 a 2016 (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2009).

Uma instituição ao elaborar seu planejamento estratégico, deverá primeiramente definir qual a sua missão. A definição de uma missão clara e concisa é essencial para o estabelecimento de objetivos e a formulação de estratégias eficazes (DAVID, 1999). De acordo com Chiavenato e Sapiro (2003, p. 41), esse é “o elemento que traduz as responsabilidades e pretensões da organização”. No caso do CPB, a missão da instituição descrita no planejamento em questão, foi desmembrada em três tópicos: 1) “Promover o desenvolvimento dos diversos esportes paralímpicos no Brasil, em articulação com as respectivas organizações nacionais”, 2) “Promover a universalização do acesso das pessoas com deficiência à prática esportiva em seus diversos níveis”, e 3) “Organizar a participação do Brasil em competições continentais, mundiais e jogos paralímpicos sempre na busca da excelência da performance esportiva”(COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2009, p. 08).

O segundo ponto apontado por Chiavenato e Sapiro (2003) como indispensável durante a elaboração de um planejamento estratégico, é a avaliação dos fatores externos e internos a/da instituição que podem tanto gerar benefícios a ela, quanto àqueles que podem oferecer algum risco ao pleno desenvolvimento da mesma (CHIAVENATO; SAPIRO, 2003). Os fatores externos que influenciam significativamente o funcionamento das instituições foram divididos por Fred David (1999) em cinco categorias: 1) econômico; 2) social, cultural, demográfico e ambiental; 3) político, governamental, e aparatos legais; 4) tecnologias e 5) competição de mercado. Já os internos contemplam questões relacionadas ao modo com que a empresa realiza sua gestão, marketing, contabilidade, produção e pesquisa (DAVID, 1999). O processo de avaliação de fatores externos e internos pode ser feito de maneira paralela, sendo que no último há a possibilidade de os gerentes e funcionários da instituição atuarem de forma mais intensa, fazendo com que esses compreendam melhor seus papéis no desenvolvimento global da instituição na qual trabalham, assim como possam apontar dificuldades e pontos fortes encontrados durante o desenvolvimento de suas funções em seus setores. No caso do CPB, essa avaliação foi feita de forma a comparar a evolução da participação da delegação brasileira em Jogos Paralímpicos, desde o ano de 1992 até a edição de 2008. Essa avaliação aponta como aspectos internos da instituição o crescimento da representação brasileira em número de atletas participantes nos JP e o crescimento no número de medalhas conquistadas pelo país em JP. Ela também

estabelece uma relação entre o financiamento da instituição e os resultados positivos obtidos em decorrência do aumento de recursos captados pelo CPB. Dentre os fatores externos, o PE da instituição aponta a competitividade dos países participantes dos JP em busca de um maior número de medalhas como o fator onde há maior concorrência. Ele aponta também a necessidade do CPB de continuar buscando maximizar o desenvolvimento do esporte paralímpico no país e localizar novas fontes de recursos a fim de garantir continuidade nas ações propostas.

O terceiro ponto a ser delineado em um planejamento estratégico são os objetivos estratégicos, ou então os objetivos de longo prazo (CHIAVENATO; SAPIRO, 2003; DAVID, 1999). Os autores afirmam que para que os objetivos definidos pela instituição sejam úteis, esses precisam ser mensuráveis, realistas, desafiadores, hierárquicos (uma instituição persegue mais de um objetivo ao mesmo tempo, tem de haver prioridades e urgências de uns sobre os outros) e congruentes com a missão da instituição. O primeiro objetivo do planejamento estratégico do período 2010-2016 do CPB é o de “Estruturar o Departamento Técnico do CPB, com a definição das suas áreas de abrangência, das responsabilidades de seus recursos humanos e da nova abordagem com as Associações e Confederações Nacionais filiadas e vinculadas” (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2009 p.22). Também é objetivo deste PE executar, acompanhar e avaliar ações que estejam direcionadas a: (1) equalizar os objetos do departamento técnico do CPB e as instituições à ele filiadas e vinculadas; (2) incentivar crianças e jovens de todo o Brasil a participarem de atividades esportivas formais; (3) promover o crescimento e evolução de todas as modalidades paralímpicas; (4) garantir meios para a formação de novos atletas de alto rendimento para a participação em JP futuros; (5) preparar atletas paralímpicos de alta performance aptos a disputarem medalhas em campeonatos mundiais e jogos paralímpicos (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, [s.d.]).

Como o planejamento proposto abrange dois ciclos paralímpicos, o CPB instituiu diferentes objetivos táticos para cada ciclo (2010- 2012 e 2013-2016). Os objetivos táticos são aqueles de médio prazo e que estão diretamente ligados a uma função da instituição (DAVID, 1999). No presente caso, o CPB optou por chamar esses objetivos táticos de metas, as quais foram divididas em dois grupos: esporte de base e desenvolvimento e esporte de alta performance. As metas instituídas pelo CPB por ciclo paralímpico e por grupo podem ser visualizadas na tabela 8, a seguir.

TABELA 8- METAS INSTITUÍDAS PELO CPB PARA OS CICLOS DE 2010- 2012 E 2013-2016

ESPORTE DE BASE E DESENVOLVIMENTO		
2010-2012	2013-2016	
1	Estimular a participação dos poderes públicos na promoção de atividades esportivas voltadas para CJD em todas as regiões do país	Ao final do ciclo ter o envolvimento direto de mais de 80% dos governos estaduais do país na promoção e/ou organização de eventos esportivos voltados às crianças, jovens e adultos com deficiência
2	Estimular e ampliar a prática regular do esporte escolar voltado para CJD em todas as regiões do país	Ao final do ciclo ter conseguido consolidar as competições escolares voltadas para CJD em mais de 80% dos estados envolvendo todas as regiões do país
3	Promover a produção e divulgação do conhecimento científico voltado ao esporte paralímpico em todos os meios e segmentos sociais do país	Ao final do ciclo ter desenvolvido uma política consistente de registro de produção do conhecimento científico voltado ao esporte paralímpico nos segmentos acadêmicos e culturais do país
4	Mobilizar os meios de comunicação, as entidades associativas recreativas, as organizações não governamentais e os poderes públicos do país em prol da prática regular do esporte paralímpico para jovens e adultos com deficiência em todas as regiões do país	Ao final do ciclo ter consolidado o envolvimento dos clubes e associações esportivas em todas as regiões na oferta da prática esportiva regular voltada para as pessoas com deficiência no país;
ESPORTE DE ALTA PERFORMANCE		
1	Aumentar o número de modalidades participantes nos JP de Londres, em relação à última participação do país em Pequim 2008	Conquistar medalhas em um maior número de modalidades nos JP Rio 2016 em relação a última participação do país em Londres 2012
2	Aumentar o número de finais disputadas por atletas e equipes do Brasil nos JP de Londres 2012 em relação à última participação do país em Pequim 2008	Aumentar o número de finais disputadas por atletas e equipes do Brasil nos JP Rio 2016 em relação a última participação do país em Londres 2012
3	Conquistar medalhas em um maior número de modalidades nos JP de Londres 2012 em relação à última participação do país em Pequim 2008	Conquistar medalhas com um maior número de atletas nos JP Rio 2016 em relação a última participação do país em Londres 2012;
4	Posicionar o país entre as sete principais forças paralímpicas mundiais, a partir do ranking de medalhas dos JP de Londres 2012	Manter o país entre as cinco principais forças Paralímpicas mundiais, a partir do ranking de medalhas do JP Rio 2016

Fonte: Planejamento Estratégico CPB 2010- 2016

Elaboração: autora (2016)

A estruturação das ações do Comitê no PE, a fim de atingir essas metas, foi agrupada de acordo com cinco grandes áreas do esporte paralímpico, a saber: desenvolvimento, alta performance, serviços para a performance, suporte aos atletas e eventos esportivos. De acordo com PE, a divisão em áreas de abrangência específicas permite que as ações técnicas destinadas aos projetos e programas de cada área sejam focadas no objetivo de cada uma delas. Para Chiavenato e Sapiro (2003), essas ações são chamadas dentro de um PE de objetivos operacionais. Esses se constituem no detalhamento dos objetivos táticos, descritos aqui como metas. No caso da área de Desenvolvimento, o foco está no desenvolvimento

técnico de curto, médio e longo prazo das modalidades paralímpicas. Na Alta Performance, o foco se volta para ações referentes ao alto rendimento das modalidades. Na área de Serviços para Performance estão concentradas todas as ações relacionadas ao suporte do alto rendimento. No caso do Suporte aos Atletas, esta é a área onde é realizado o acompanhamento dos recursos destinados ao suporte dos atletas para o desenvolvimento global desses. Por fim, a área de Eventos Esportivos é responsável pela preparação das equipes brasileiras em eventos internacionais.

As ações desenvolvidas dentro de cada uma das áreas citadas são estruturadas através de programas e, em alguns casos dentro desses, projetos para o esporte paralímpico. A configuração dos programas e projetos estabelecidos de acordo com as áreas de abrangência no planejamento estratégico pode ser visualizada na tabela a seguir:

TABELA 9- CONFIGURAÇÃO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2010-2016 CPB

ÁREA	PROGRAMAS	PROJETOS
Desenvolvimento	Estudantil Paraolímpico	Projeto Escolar Paraolímpico ¹²
		Projeto Universitário de Capacitação Paraolímpica
		Projeto Paraolimpíadas Escolares
		Projeto Clube Escolar Paraolímpico
	Renovar Paraolímpico	Projetos Específicos por Esporte Paraolímpico
	Classificação Paraolímpica	Projetos Específicos por Esporte Paraolímpico Projetos Específicos por Área de Deficiência
Alta Performance	Seleções Paraolímpicas Permanentes	Projetos Específicos por modalidade esportiva
	“Ouro Paraolímpico” – Londres 2012	
	Projeto Medalha Londres 2012	
	Futuro Rio 2016	
	Centros de Referência	Projetos Específicos por modalidade esportiva
	Formação Técnica Internacional	
Serviços para Performance	Orientação Anti-doping	
	Nacional de Desenvolvimento de Tecnologia	

¹² Os projetos listados na tabela foram formulados no ano de 2009 e, portanto estão escritos com a terminologia usada naquele ano.

	Área de Saúde – Medicina e Fisioterapia	
	Ciências do Esporte	
Suporte aos Atletas	Acompanhamento Estudantil e Profissional	
	Acompanhamento Financeiro	
Eventos Esportivos	Planej. e Desenv. Técnico das competições esportivas promovidas pelo CPB.	
	Planej. e preparação das missões (Campeonatos mundiais) das modalidades CPB.	
	Planej. e preparação da Missão brasileira aos Jogos Parapan-americanos e Paraolímpicos.	
	Acompanhamento e Supervisão dos eventos internacionais por modalidade.	
	Contatos com os Comitês Organizadores Locais para as Competições Internacionais	

Fonte: Planejamento Estratégico CPB 2010-2016

Elaboração: autora

A tabela 9 se configura como o produto final de todas as etapas realizadas durante a formulação do PE do CPB, e expõe os programas e projetos que deverão ser desenvolvidos pela instituição para que os objetivos propostos sejam alcançados. Para Chiavenato e Sapiro (2003), os programas devem constituir-se como o “passo a passo” a ser feito pela instituição. Eles devem delinear a alocação de recursos, e mostrarem-se mensuráveis no que tange ao progresso realizado em cada etapa da implementação desses. No caso do PE estruturado pelo CPB, os projetos contam com objetivos bem delineados, o que possibilita a verificação de sua efetivação ou não. Neste planejamento, no entanto, não consta o orçamento para cada projeto.

O modelo de estruturação de futuras ações através de um planejamento estratégico também é utilizado pelo Comitê Paralímpico Internacional (IPC). O documento elaborado pelo CPB possui uma formatação similar ao apresentado pela instituição internacional, sendo que ambas elaboraram um documento abrigando dois ciclos paralímpicos. Os objetivos traçados no PE de ambas as instituições também são similares, sendo os objetivos do IPC: garantir Jogos Paralímpicos de sucesso para todos os participantes; promover oportunidades de crescimento e evolução para os atletas; construir uma maior compreensão e uso da marca paralímpica; garantir financiamento adequado e identificar oportunidades de novas

receitas; melhorar a eficiência das estruturas relacionadas ao esporte paralímpico; e buscar parcerias que possam ampliar o alcance da marca paralímpica (INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE, 2015a).

O PE de uma instituição é um instrumento útil para que haja um alinhamento entre a sua missão e as suas ações. Ele compreende os processos de formulação e implementação de estratégias (TAVARES, 2000). O processo de implementação de um PE envolve superação de barreiras e mudanças organizacionais da instituição como um todo (Chiavenato; Shapiro, 2003). De fato, o ano em que o PE do CPB foi elaborado, foi também o ano em que o presidente Andrew Parsons foi eleito. Andrew trouxe ao Comitê uma nova dinâmica de trabalho, realizando uma reforma administrativa a fim de otimizar as ações realizadas pelo órgão (MIRANDA, 2011). O objetivo dessa nova gestão implantada em 2009 era o de tornar a organização CPB mais engajada socialmente, e mais ativa frente aos poderes públicos.

5.1 PROGRAMAS E PROJETOS

A seguir apresentaremos os programas e projetos previstos no planejamento estratégico 2010-2016 do CPB, de acordo com a área na qual os mesmos estão inseridos. Para algumas das ações propostas que aparecem na tabela 6, não foi possível encontrar informações sobre a implementação (ou não) das mesmas no site do CPB, e em buscas realizadas na internet. Para a efetivação dessas buscas as palavras-chave usadas foram os nomes dos projetos ou programas, conforme apontados no PE e também com o nome atualizado, após a mudança ortográfica da palavra “paraolímpico” para paralímpico. Realizamos buscas tanto em sites de busca¹³ quanto no site do próprio CPB. Efetuamos buscas também em todos os documentos disponíveis que continham dados financeiros de despesas diretas e indiretas¹⁴ do CPB, através do nome dos programas e projetos, a fim de identificar se houve algum repasse para a execução desses, porém não foram encontrados dados referentes a estas buscas. Outra fonte de informações utilizada para a identificação dos projetos implantados foi o livro lançado pelo CPB: “Comitê Paralímpico Brasileiro: Quatro anos de vitórias 2009-2012”, o qual apresenta um

¹³ Site de busca utilizado na pesquisa pode ser acessado no link: <https://www.google.com.br/>

¹⁴ As informações sobre as despesas diretas e indiretas do CPB entre os anos de 2013 a 2015 podem ser verificadas nos seguintes links, respectivamente: http://gestaorecursos.cpb.org.br/desp_diretas.php e http://gestaorecursos.cpb.org.br/desp_indiretas.php

balanço das ações realizadas pelo CPB nesses quatro anos (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, [s.d.]). Essas ações também não foram citadas nas entrevistas realizadas com os gestores do CPB quando os indagamos sobre as ações do CPB, para a presente pesquisa. Os projetos que foram previstos, implementados e divulgados oficialmente estão listados abaixo, juntamente com os seus objetivos, público atendido, período de execução e ações desenvolvidas através do mesmo. Faz-se importante esclarecer que a apresentação que faremos a seguir de cada programa e projeto ficou ora mais robusta e ora menos robusta, dependendo do nível de acesso às informações disponíveis acerca dos mesmos.

5.1.1 Área de desenvolvimento

Como citado anteriormente, a área de desenvolvimento é responsável pelas ações ligadas ao desenvolvimento técnico de curto, médio e longo prazo das modalidades paralímpicas. Dentro dessa área foram previstos três programas, que se subdividem em sete projetos.

5.1.1.1 Programa Estudantil Paralímpico

Dentro deste programa foi previsto o desenvolvimento de quatro projetos. Esses projetos a princípio estariam voltados ao desenvolvimento do esporte paralímpico em escolas e instituições de ensino superior, à capacitação de profissionais que atuam no campo do esporte paralímpico para jovens e adolescentes e também à realização de ações e eventos esportivos para crianças e jovens com deficiência. Essas ações seriam executadas como uma complementação educacional, fator tido como indispensável para o desenvolvimento de novos talentos do esporte paralímpico, para o CPB.

Os projetos desenvolvidos no Programa Estudantil Paralímpico são financiados pelos 15% provenientes dos recursos da Lei Agnelo/Piva, que de acordo com a lei, são para uso exclusivo do esporte educacional (10 % para o nível escolar e 5% para o universitário). Dessa forma, ao se referir a este programa em seu planejamento estratégico, o CPB afirma reconhecer a escola e a universidade como ambientes fundamentais para o desenvolvimento das pessoas com deficiência. Através das ações proposta neste programa, o Comitê busca oportunizar a prática

esportiva a crianças e jovens com deficiências (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, [s.d.]).

5.1.1.1.1 Projeto Escolar Paralímpico

O objetivo desse projeto consistiu em proporcionar intercâmbios nacionais e internacionais para crianças, jovens e adultos que estejam matriculados em redes de ensino reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC). O projeto visava proporcionar a inclusão social de alunos com deficiência, objetivando o desenvolvimento de possíveis futuros atletas paralímpicos no Brasil.

O projeto previa a realização de intercâmbios anuais de “caráter formativo-treinamentos de campo e clínicas esportivas nacionais e internacionais; e de caráter participativo- competições internacionais” (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2009a, p. 38), para as faixas etárias de 12 a 19 anos no caso de alunos de escolas de nível fundamental e médio, e de 18 a 28 anos no caso de alunos de ensino superior. As modalidades contempladas no projeto seriam: atletismo, basquetebol em cadeira de rodas, bocha, ciclismo, esgrima em cadeira de rodas, futebol de 5, futebol de 7, goalball, halterofilismo, hipismo, judô, natação, remo, rugby em cadeira de rodas, tênis de mesa, tênis em cadeira de rodas, tiro com arco, tiro esportivo, vela e voleibol sentado.

A formação das seleções estudantis, compostas pelos alunos incluídos nos critérios supracitados, era de responsabilidade das associações ou confederações nacionais ligadas ao CPB que regem as respectivas modalidades. A execução do projeto seria realizada através da emissão de edital específico pelo CPB. Não encontramos dados sobre a efetivação ou não deste projeto. Efetuamos buscas no site do CPB, e também em um site de buscas na internet, assim como no livro lançado pelo CPB “Comitê Paralímpico Brasileiro: quatro anos de vitórias” (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, [s.d.]). Nas entrevistas realizadas com os gestores do CPB, os mesmos também não citaram o projeto quando indagados sobre as ações desenvolvidas em cada uma de suas áreas de atuação.

5.1.1.1.2 Projeto Universitário de Capacitação Paralímpica

Este projeto teria como foco tanto a qualificação de recursos humanos, quanto a produção de conhecimento acerca do esporte paralímpico. O mesmo era desmembrado em dois grandes objetivos, o primeiro deles propõe a formação técnica-científica de professores, técnicos e demais profissionais que atuem no campo esportivo para pessoas com deficiência; e o segundo busca incentivar a produção de conhecimento técnico-científico também na área do esporte paralímpico.

O programa seria direcionado a universitários e profissionais que atuem na área de formação e desenvolvimento do esporte paralímpico para pessoa com deficiência. Os integrantes do programa participariam de capacitações (cursos, simpósios, seminários) em nível nacional e internacional, e após o término desses, os participantes deveriam repassar o conhecimento adquirido a demais pessoas envolvidas na área, através de mecanismos instituídos pelo CPB. Como a realização deste projeto ficou sob a responsabilidade da Academia Paralímpica Brasileira (APB), através de editais específicos, trataremos do mesmo no subcapítulo específico da APB.

5.1.1.1.3 Paralimpíadas Escolares

Contemplado dentro da área de desenvolvimento, o projeto “Paralimpíadas Escolares” teve sua primeira edição em 2009. O projeto foi implantado em substituição ao “Campeonato Paralímpico Escolar Brasileiro”, o qual teve duas edições, uma em 2006 e a outra em 2007. O objetivo do atual projeto é fomentar e ampliar a participação de crianças e adolescentes no esporte, a fim de aumentar a área de desenvolvimento de destaques no esporte paralímpico no país, além de propiciar um ambiente favorável ao intercâmbio cultural, social e esportivo para estudantes com deficiência. A competição é direcionada a pessoas com deficiência que estejam regularmente matriculadas e frequentando escolas do ensino fundamental, médio ou especial, tanto das redes públicas como particulares. A idade limite para participação era de 12 a 20 anos até 2014, passando então para 12 a 17, variando de acordo com a modalidade do participante (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, [s.d.]).

O evento é tido como um instrumento do Comitê Brasileiro para estimular o surgimento de novos talentos do esporte paralímpico. O recrutamento dos participantes das Paralimpíadas Escolares se dá através de contato direto estabelecido entre o CPB e as secretarias de esporte e lazer, e em alguns casos de educação, de cada estado. As seletivas estaduais ficam a cargo dessas secretarias, que deverão indicar os atletas classificados para participar da edição nacional que ocorre sempre no final do ano.

Durante o período de 2010 a 2014, as Paralimpíadas Escolares eram realizadas através de uma parceria firmada entre o CPB e o governo do estado de São Paulo, através das secretarias municipais da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, Transportes, Saúde, Esportes Lazer e Recreação, Educação e também de Cultura. Nesse período o governo em questão custeava 50% do valor total do evento, que girava em torno de R\$ 7 milhões. Em 2015 a parceria não teve continuidade, pois conforme explicou o entrevistado nº 01, o governo do estado passou a investir na construção do Centro de Treinamento Paralímpico, sediado na cidade de São Paulo, interrompendo o repasse de recursos para o evento. Dessa forma, no final do ano de 2014, por iniciativa do então secretário de esportes do Rio Grande do Norte, o CPB firmou parceria com o governo do estado para realização do evento na cidade de Natal em 2015. A tabela 10, a seguir, apresenta os números relativos as realizações das Paralimpíadas Escolares de 2009 a 2015.

TABELA 10- EDIÇÕES DAS PARALIMPÍADAS ESCOLARES DE 2009 A 2015.

ANO	Nº ESTADOS	Nº MODALIDADES	Nº ATLETAS	LOCAL
2009	20	8	525	DF
2010	22	10	821	SP
2011	24	10	958	SP
2012	25	10	1164	SP
2013	26	10	1182	SP
2014	25	7	585	SP
2015	25	7	703	RN

Fonte: Departamento Técnico CPB.
Elaboração: autora.

No ano de 2014, houve uma mudança na faixa etária dos atletas participantes do evento, reduzindo-a para a faixa de 12 a 17 anos. Segundo o entrevistado nº 01, tal redução foi necessária por questões orçamentárias, uma vez que o evento estava congregando um número elevado de alunos, e conseqüentemente, exigia um alto valor de recursos. Dessa forma, como pode ser observado na tabela, o número de atletas praticamente caiu pela metade no ano de 2014. Importante salientarmos que no período analisado, o CPB não sofreu corte nos recursos destinados ao esporte escolar, pelo contrário, o repasse de recursos foi maior do que no ano anterior. O número de modalidades que compunham o programa do evento também decaiu em virtude do menor número de atletas, uma vez que para que haja a competição de determinada modalidade, a mesma precisa ter ao menos 5 equipes inscritas. Ainda segundo o entrevistado nº 01, algumas modalidades, principalmente as coletivas, encontram dificuldades de formar equipes. Essa questão se deve ao fato de que algumas deficiências, como as causadas por acidentes (amputações, paraplegia, etc.), são mais comuns em pessoas mais velhas.

Como um dos objetivos finais do projeto é a ampliação do ambiente para o desenvolvimento de novos talentos para o esporte paralímpico nacional, a cada edição do evento o CPB leva técnicos de todas as modalidades para selecionarem crianças e jovens com resultados expressivos e encaminhá-los a locais de treinamento específico. Segundo o entrevistado nº 01, os atletas paralímpicos, recordistas mundiais e atletas de destaque internacional dentro do cenário paralímpico foram participantes das Paralimpíadas Escolares, que ao se destacarem, foram convidados a integrar as Seleções Paralímpicas do Brasil. São exemplos dessa realidade Alan Fonteles (atletismo), Thiago Paulino (atletismo) e Petrucio Ferreira (atletismo).

O projeto Paralimpíadas Escolares conta também com uma parceria com o ME, através do programa Bolsa Atleta. Este programa foi instituído no ano de 2004, através da Lei nº 10.891, e em seu artigo 2º, inciso I determina quem pode se beneficiar da bolsa:

- I. Na categoria atleta estudantil, o atleta que tenha participado dos jogos estudantis organizados direta ou indiretamente pelo Ministério do Esporte, no ano anterior ao do pleito, e tenha obtido o primeiro, segundo ou terceiro

lugar nas modalidades individuais ou tenha sido selecionado entre os vinte e quatro melhores atletas nas modalidades coletivas.

Considerando a lei acima, os três primeiros colocados de cada modalidade das Paralimpíadas Escolares têm direito a bolsa na categoria estudantil no valor de R\$ 370,00 mensais. Reis (2014) mapeou o número de bolsas distribuídas por categoria para o esporte paralímpico desde o ano de criação do programa até 2012, e identificou que de 2005 a 2009 apenas quatro bolsas foram destinadas à categoria estudantil. Já no ano de 2010, o número saltou para 87 bolsas, mantendo-se próximo a esse número.

Podemos inferir que o aumento substantivo no número de bolsas repassadas para a categoria estudantil do esporte paralímpico está ligado ao início das atividades do projeto Paralimpíadas Escolares. Como o projeto iniciou no ano de 2009, as crianças que participaram da 1ª edição dos jogos e atenderam os critérios especificados acima puderam pleitear e receber o benefício no ano subsequente, 2010. Segundo o entrevistado nº 01, o programa de bolsas tem uma grande adesão, pois grande parte das crianças que participam do projeto Paralimpíadas Escolares é de baixa renda e necessita do auxílio.

A partir das entrevistas realizadas com os gestores dos diferentes departamentos do Comitê, foi possível identificar que de forma geral, este programa é tido como uma oportunidade de se identificar possíveis novos talentos nacionais do esporte paralímpico. Segundo o entrevistado 02, o evento “é um celeiro de talentos” e permite a identificação de atletas para o alto rendimento. Ainda conforme afirmou o entrevistado, o projeto se configura como um evento de grande importância no cenário nacional, pois durante a realização das Paralimpíadas Escolares é possível identificar “grandes talentos para poder lapidar”. Esses atletas são então convidados a treinarem em cidades que oferecem infraestrutura para o seu desenvolvimento, para que futuramente eles possam representar o país em competições internacionais e nos JP. É possível identificar através das falas dos entrevistados que existe uma preocupação do CPB quanto a identificação e formação de futuras gerações de atletas de alto rendimento para o esporte paralímpico no país.

O projeto “Paralimpíadas Escolares” está contemplado na área de desenvolvimento do esporte paralímpico, dentro do programa “Estudantil

Paralímpico” e é desenvolvido através dos 10% provenientes da Lei Agnelo/Piva para o esporte escolar. A legislação vigente relacionada ao tema, a Lei Pelé (Lei 9.615/1998), regulamentada pelo decreto 7.984/2013, institui em seu capítulo III, artigo 3º que:

I “desporto educacional”, ou esporte-educação, praticado na educação básica e superior e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a competitividade excessiva de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer. [...]

§ 1º O desporto educacional pode constituir-se em:
I - esporte educacional, ou esporte formação, com atividades em estabelecimentos escolares e não escolares, referenciado em princípios socioeducativos como inclusão, participação, cooperação, promoção à saúde, co-educação e responsabilidade; e
II - esporte escolar, praticado pelos estudantes com talento esportivo no ambiente escolar, visando à formação cidadã, referenciado nos princípios do desenvolvimento esportivo e do desenvolvimento do espírito esportivo, podendo contribuir para ampliar as potencialidades para a prática do esporte de rendimento e promoção da saúde.

§ 2º O esporte escolar pode ser praticado em competições, eventos, programas de formação, treinamento, complementação educacional, integração cívica e cidadã, realizados por:
I - Confederação Brasileira de Desporto Escolar - CBDE, Confederação Brasileira de Desporto Universitário - CBDU, ou entidades vinculadas, e instituições públicas ou privadas que desenvolvem programas educacionais;
II - instituições de educação de qualquer nível. (BRASIL, 2013, art. 3º).

A partir da leitura do decreto acima citado, podemos inferir que a lógica apontada pelos entrevistados que se referiram às Paralimpíadas Escolares, de se buscar identificar talentos para as futuras gerações de atletas paralímpicos para o país, é respaldada por lei. Quando essa faz menção ao desporto educacional, estão inclusos o esporte escolar e o esporte universitário, os quais deverão evitar a seletividade e a competitividade excessiva. Porém ao tratar especificamente do esporte escolar, a lei preconiza que esse deverá ser praticado por estudantes com talento esportivo, e ainda, que possuam potencial para ampliar a prática do esporte de rendimento no país. Ou seja, a própria Lei é contraditória ao indicar que aspectos como seletividade e competitividade deveriam ser evitados dentro do esporte educacional, porém que o esporte escolar deverá ser praticado por estudantes com talento esportivo. Se o aluno para praticar algum esporte a priori deve apresentar talento, este já está sendo selecionado desde o início.

Frizzo (2013), ao analisar o calendário dos Jogos Escolares de uma rede municipal de ensino, aponta para o caráter competitivo e meritocrático que os jogos escolares apresentam. O autor reconhece que ainda que nos planos de gestão desses jogos apareçam valores como a sociabilização, cooperação e o respeito, o que se vê na prática, são ações que promovem a exclusão da grande maioria dos escolares, em benefício daqueles que possuem talento esportivo. Seron (2013) corrobora com tais apontamentos argumentando que o Decreto 7.984/2013 prioriza o caráter competitivo do esporte de alto-rendimento dentro da escola, deixando de lado os aspectos educacionais, sociais e formativos do esporte. Em um estudo de caso realizado em um colégio estadual do estado de Santa Catarina, Bassani, Torri e Vaz (2007) identificaram nos discursos de técnicos e professores uma ideia contraditória entre esporte e educação física escolar, onde no primeiro, o prestígio dado à vitória e às conquistas esportivas acabam por banalizar o ensino de valores, disciplina e o caráter formativo que deveria ser agregado ao ensino da educação física. Ou seja, os professores analisados na pesquisa em questão, priorizam a formação e o treinamento de escolares que participam de competições, a fim de atingirem resultados positivos para o colégio, para eles a conquista da vitória acarreta em reconhecimento para o professor, a escola e o aluno.

O objetivo final do projeto Paralimpíadas Escolares parece contraditório quando propõe fomentar e ampliar a participação de crianças e adolescentes no esporte, porém tendo como finalidade a identificação de novos talentos esportivos através da promoção de um evento que prioriza a participação de escolares que possuem um potencial para tornarem-se atletas de alto rendimento, a priori. A configuração apresentada por esse projeto tem base legal na Lei citada acima, a qual também exprime um paradoxo na medida em que busca fomentar o esporte escolar, porém tem como foco o investimento dos recursos na promoção do esporte de alto rendimento.

As Paralimpíadas Escolares são desenvolvidas com recursos públicos destinados ao esporte escolar. A legislação referente ao repasse desses recursos assegura que os mesmos poderão ser utilizados em competições escolares destinadas a escolares que possuam talento esportivo. Ainda que o projeto seja o maior evento esportivo mundial para crianças e jovens com deficiência, este possui um caráter meritocrático e excludente, quando promove e busca a identificação de possíveis talentos esportivos, priorizando o esporte de alto rendimento.

5.1.1.1.4 Clube Escolar Paralímpico

Lançado no ano de 2009, implantado no ano de 2010 e extinto no ano de 2013, o projeto “Clube Escolar Paralímpico” está contemplado dentro da área de desenvolvimento do esporte paralímpico no planejamento estratégico do CPB, fazendo parte do programa “Estudantil Paraolímpico”. O objetivo do projeto era o de promover a prática esportiva formal a crianças e jovens com deficiência, matriculados em instituições de ensino formais (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2010a). As iniciativas eram voltadas às seguintes modalidades: atletismo, basquetebol em cadeira de rodas, bocha, ciclismo, esgrima em cadeira de rodas, futebol de 5, futebol de 7, goalball, halterofilismo, hipismo, judô, natação, remos, rugby em cadeira de rodas, tênis de mesa, tênis em cadeira de rodas, tiro com arco, vela e voleibol sentado. Segundo o entrevistado 01, a instituição oferecia um apoio de R\$60.000 para cada clube, sendo que o projeto contava com cerca de 20 clubes a cada ano. A verba total destinada à execução do projeto era de aproximadamente R\$ 1,2 milhão por ano. Os projetos contemplados não recebiam o repasse da verba. O CPB aplicava a mesma diretamente na contratação de pessoal, aquisição de material e equipamento, locação de espaços, uniformes e transporte para alunos de cada um dos projetos (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, [s.d.]).

TABELA 11- PROJETO CLUBE ESCOLAR PARALÍMPICO- 2010 a 2013

ANO	Nº PROJETOS	Nº ESTADOS	Nº MODALIDADES	Nº ALUNOS	VALOR TOTAL INVESTIDO
2010	18	7	13	687	1.080.000
2011	21	8	16	921	1.260.000
2012	21	10	14	958	1.260.000

Fonte: Revista Brasil Paraolímpico, ed. nº34
Elaboração: autora.

A partir do ano de 2014, o projeto deixou de ser implantado no país, não sendo possível encontrar mais repasses para tal ação nos dados financeiro do CPB. De acordo com o entrevistado 01, do departamento técnico do CPB, este projeto se

extinguiu por falta de verbas. Os recursos empregados no projeto em questão eram advindos dos 10% do total de recursos recebidos pelo CPB através da Lei Agnelo/Piva. Entretanto, é importante lembrar que durante esse mesmo período o repasse feito ao CPB através da Lei supracitada, sofreu um aumento de R\$ 6 milhões de reais, aumentando conseqüentemente o repasse também para a área escolar. Dessa forma, de acordo com esse entrevistado, há previsão de que o projeto volte a acontecer no próximo ano, devido ao aumento no repasse recebido através da Lei Agnelo/Piva, decorrente da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência sancionada em 2015.

Para a implementação da nova fase do projeto Clube Escolar Paralímpico são previstos dois novos projetos. Segundo o entrevistado nº 03, houve uma reformulação do projeto dando origem ao Clube Equipar Paralímpico e ao Clube Formador paralímpico. O primeiro projeto teria como objetivo fornecer equipamentos necessários à prática do esporte paralímpico nas escolas e clubes. Já o segundo teria como objetivo formar novos líderes para atuar junto aos praticantes de modalidades paralímpicas. Ainda segundo a gestora, esses novos líderes, devem ser os professores de escolas públicas e privadas que ainda não possuem qualificação profissional para atuar junto a minorias, como no caso das pessoas com deficiência.

É interessante ressaltar que no objetivo do projeto Clube Escolar descrito acima, conforme encontrado nos registros do PE do CPB, não há menção a formação ou qualificação de profissionais para a atuação nas escolas junto à crianças com deficiência. Entretanto, a formação e capacitação de recursos humanos para atuarem no desenvolvimento esportivo de pessoas com deficiência (crianças, jovens e adultos) é previsto no projeto “Universitário de Capacitação Paraolímpica”, também contemplado no programa “Estudantil Paraolímpico”, na área de desenvolvimento. De acordo com o PE do CPB, essas capacitações ficariam a cargo da Academia Paralímpica Brasileira. Estas ações serão discutidas no próximo capítulo.

Um dos fatores que pode ter influenciado a decisão pela extinção do projeto Clube Escolar Paralímpico nas escolas e clubes, pode ter sido falta de capacitação dos profissionais ligados à execução do projeto. A falta de qualificação profissional dos professores que atuam nas escolas públicas e privadas no país junto a crianças e jovens com deficiência já foi evidenciada por diferentes autores. Shmitt *et.al.*

(2015), por exemplo, concluíram que os professores de educação física participantes de sua pesquisa possuem dificuldade em elaborar e implementar práticas pedagógicas que incluam crianças e jovens com algum tipo de deficiência, devido a falta de atualização e especialização profissional na área. Tal evidência também foi verificada em âmbito internacional. Exemplo disto foi o trabalho de Lieberman, Houston-Wilson e Kozub (2002) que verificaram que a principal barreira encontrada por professores para a inclusão de crianças com deficiência visual nas aulas de educação física é a sua falta de preparo para lidar com as mesmas.

Outro fator que pode ter sido uma barreira para a efetivação do projeto Clube Escolar foi a falta de materiais e equipamentos necessários à prática das modalidades propostas pelo mesmo (LIEBERMAN; HOUSTON-WILSON; KOZUB, 2002). Ainda que no projeto original os gastos com a compra de material estivesse prevista, o orçamento total disponibilizado para a execução do projeto durante um ano (R\$ 60 mil) não permitiu grandes investimentos em uma única área, como a compra de equipamentos específicos. Esse total deveria ser dividido entre o pagamento de recursos humanos, local para implementação do projeto, compra de uniformes, transporte dos alunos e a compra dos materiais necessários.

É possível ainda, que ambas as hipóteses citadas acima tenham acontecido durante a implementação das ações de alguns projetos. Um caso de sucesso identificado através de um estudo de caso, foi a implementação do Clube Escolar na cidade de Maringá-PR, através da União Metropolitana Paradesportiva de Maringá, em parceria com a Universidade Estadual de Maringá (PICULLI; MEDEIROS; CALEGARI, 2010). A universidade, através de um projeto de extensão do curso de Educação Física, chamado Programa de Atividade Física Adaptada, já possuía materiais específicos para a prática de esportes adaptados, assim como estagiário e profissionais capacitados para atender ao público do projeto. Dessa forma, as barreiras identificadas na literatura (LIEBERMAN; HOUSTON-WILSON; KOZUB, 2002; SHMITT et al., 2015) seriam neutralizadas através da parceria entre o meio acadêmico e a ação profissional.

5.1.1.2 Programa Renovar Paralímpico

O objetivo do Programa Renovar Paralímpico era o de ampliar o número de atletas paralímpicos no país nas mais diversas modalidades do quadro paralímpico. Para tanto, o CPB comprometeu-se a incluir no planejamento técnico das modalidades das quais o mesmo administra (atletismo, esgrima em cadeira de rodas, halterofilismo, natação e tiro esportivo), ações que tenham como foco a identificação de potenciais atletas. Ele comprometeu-se também a ampliar o número de participantes por modalidades e recomendou as instituições filiadas que fizessem o mesmo. Para a execução deste projeto, o CPB comprometeu-se a emitir um regulamento específico e detalhado segundo os objetivos do programa (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, [s.d.]).

Nas buscas realizadas no portal do CPB na internet, e também em um site de buscas da internet (GOOGLE, 2016) não foi possível encontrar dados sobre a efetivação ou não deste programa. Também não foi possível encontrar informações adicionais sobre o mesmo via entrevistas ou através de outros meios.

5.1.1.3 Programa de Classificação Paralímpica

A proposta do Programa de Classificação Paralímpica foi a de estruturar formalmente o processo de classificação funcional, oftalmológica e intelectual do esporte paralímpico no país. Dessa forma, o objetivo do programa se constituiu em, juntamente com as instituições filiadas ou vinculadas, elaborar ações para a normatização do processo de classificação dos atletas paralímpicos. Essas ações seriam efetivadas através da formação de profissionais capacitados, criação de equipes de classificação de nível nacional e internacional, nas mais diversas modalidades e também através do desenvolvimento de pesquisas científicas na área. A apresentação dos projetos que iriam compor o referido programa ficaria a cargo da Coordenação de Classificação Paralímpica do CPB.

Da mesma forma que o programa exposto acima, não encontramos maiores informações sobre este programa. Os entrevistados da pesquisa não mencionaram o programa quando perguntados sobre as ações desenvolvidas pelos seus respectivos departamentos. No site do CPB também foram identificadas notícias ou informações com respeito a este tema.

5.1.2 Área de Alta Performance

Na área destinada às ações ligadas ao Alto Rendimento das modalidades paralímpicas foram previstos seis programas. Pudemos identificar nos documentos analisados e nas entrevistas realizadas, que quatro desses programas foram implementados de acordo com o que consta nos registros do PE, a saber: (1) seleções paralímpicas permanentes, (2) projeto ouro, (3) centros de treinamento e (4) formação técnica internacional. Os outros dois projetos intitulados “Medalha Londres 2012” e “Futuro Rio 2016”, apresentaram uma descrição semelhante aos projetos implementados com os nomes de “Time São Paulo” e “Time Rio”. Dessa forma, agrupamos as descrições e o detalhamento dos mesmos. Tratamos cada um deles na sequência.

5.1.2.1 Seleções Paralímpicas Permanentes

O programa intitulado “Seleções Paralímpicas Permanentes” teve como objetivo oferecer preparação específica e de alto nível às seleções permanentes, visando os Jogos Paralímpicos Rio 2016. As seleções foram compostas por atletas entre 14 e 20 anos que se destacaram e mostraram resultados expressivos em competições como Paralimpíadas Escolares e etapas regionais e nacionais dos Circuitos Loterias Caixa. Os recursos deste programa foram aplicados na compra de material e equipamentos de ponta, formação da equipe técnica, equipe multidisciplinar e também financiamento de viagens para competições e intercâmbio dos atletas. O CPB comprometeu-se em desenvolver o projeto para as modalidades administradas pela entidade (natação, atletismo, halterofilismo, esgrima em cadeira de rodas e tiro esportivo) e recomendou às federações e confederações que fizessem o mesmo.

Segundo o entrevistado nº 02, as seleções paralímpicas permanentes são as seleções adultas que representam o Brasil em competições internacionais em cada uma das modalidades paralímpicas. Esses eventos podem ser competições preparatórias para os JP, mundiais, copas do mundo ou então qualificatórias. Para a participação nessas competições, os atletas que compõem as seleções são contemplados com os recursos necessários, tais como passagens aéreas,

hospedagem e alimentação. As seleções permanentes contam também com uma estrutura contínua de atendimento e preparação dos atletas, focando no desenvolvimento do potencial da equipe.

Entre os anos de 2010 e 2012, o CPB firmou convênios com o Ministério do Esporte visando a preparação das seleções paralímpicas permanentes, de forma individual por modalidade. O valor total desses convênios foi de aproximadamente R\$ 5 milhões, e foi distribuído entre sete modalidades paralímpicas, conforme tabela abaixo. Os convênios tiveram vigência de 2010 até 2012.

TABELA 12- CONVÊNIOS FIRMADOS ENTRE CPB E ME PARA PREPARAÇÃO DAS SELEÇÕES PARALÍMPICAS PERMANENTES

MODALIDADE	VALOR	ANO INICIO	ANO FIM	CONVENENTE
ATLETISMO	R\$ 1.345.882,08	2011	2012	CPB
NATAÇÃO	R\$ 1.422.391,76	2011	2012	CPB
TIRO ESPORTIVO	R\$ 426.511,04	2011	2012	CPB
GOALBALL	R\$ 876.541,55	2011	2012	CPB
FUTEBOL DE 5	R\$ 723.237,28	2011	2012	CPB
JUDO	R\$ 810.391,88	2011	2012	CPB
HIPISMO	R\$ 207.358,52	2011	2012	CPB
TOTAL	R\$ 5.812.314,11	2011	2012	CPB

Fonte: SICONV
Elaboração: autora.

A partir de 2012, o CPB firmou um convênio único com o ME, a fim de angariar recursos para a preparação das seleções paralímpicas permanentes de 16 modalidades. O convênio teve a vigência do ano de 2012 até 2015, e um valor total de R\$ 38 milhões de reais, contemplando as seguintes modalidades: atletismo, basquete em cadeira de rodas, bocha, ciclismo, esgrima, futebol de 5 (cegos), futebol de 7 (paralisados cerebrais), goalball (cegos), halterofilismo, judô, natação, rugby em cadeira de rodas, remo adaptado, vela, tiro esportivo e voleibol sentado.

Nos dados apresentados na tabela 12, podemos verificar que há uma diferença significativa entre os valores dos convênios das diferentes modalidades. Por exemplo, ao passo que os convênios firmados para as seleções de atletismo e natação receberam em média R\$ 1.400.000,00, a seleção de hipismo ficou na casa dos R\$ 200.000,00. Essa diferença no investimento entre as modalidades

paralímpicas pode ter sido resultado de uma opção estratégica do CPB em investir em modalidades que poderiam apresentar uma vantagem competitiva em obter sucesso nos JP, em detrimento de outras. Conforme Houlihan e Zeng (2013) há uma tendência nos sistemas esportivos contemporâneos, na qual os países concentram seus recursos nas modalidades esportivas em que se consideram mais capazes de obter sucesso. Essa estratégia busca maximizar o retorno do investimento feito no esporte de alto rendimento, através da conquista de medalhas em JO, por meio da vantagem histórica em determinadas modalidades, assim como pela busca de modalidades nas quais a competição a nível mundial ainda está em desenvolvimento. Dessa forma, ao analisarmos os resultados apresentados pelas modalidades de atletismo e natação nos JP anteriores aos convênios firmados, é possível verificar que essas foram as modalidades que mais conquistaram medalhas para o país (6 e 10 respectivamente nos Jogos de 2008). O hipismo, por sua vez, conquistou uma única medalha de bronze na mesma edição dos Jogos. A partir desses números, podemos inferir que o Brasil apresenta uma tradição nas modalidades de atletismo e natação, o que dá uma vantagem competitiva ao país nessas modalidades, e portanto, apresentam um maior retorno de investimento dos recursos à elas repassados. Entretanto esta lógica adotada pelo CPB acaba por reforçar um ciclo onde as modalidades que já apresentam um bom desempenho continuarão a desenvolver-se de forma satisfatória, ou então conquistando medalhas em competições internacionais, enquanto aquelas que possuem dificuldade de desenvolvimento e baixa expressão em nível internacional continuarão sendo prejudicadas pelo baixo investimento de recursos. Esta estrutura também compromete a missão do CPB de desenvolvimento das diversas modalidades paralímpicas, uma vez que as modalidades mais conhecidas e divulgadas socialmente tendem a monopolizar os recursos financeiros em detrimento daquelas com menor apelo midiático e social.

A questão da exposição midiática das modalidades paralímpicas também pode influenciar o aporte financeiro destinado à elas. Como citamos acima, as modalidades de atletismo e natação são as modalidades com mais vitórias em JP dentre a delegação brasileira. Como consequência essas são também as modalidades que mais aparecem na mídia. Para Marques e Gutierrez (2014) essa configuração está atrelada ao fato de que no ambiente esportivo, a ênfase está no resultado, ou seja, na vitória. É a vitória que possibilita ao atleta ou a equipe ser

noticiado, e conseqüentemente possuir um valor de mercado junto à patrocinadores. Esse ciclo garante aos atletas mais vitoriosos captar um maior volume de recursos, e a partir de então possuir melhores condições de treinamento.

Ao analisarmos os JP subsequentes ao investimento realizado nas seleções paralímpicas permanentes, verificamos que a modalidade de atletismo conquistou um total de 18 medalhas e a natação 14. Dessa forma, o investimento feito nas referidas modalidades apresentou um retorno satisfatório em termos de conquistas de medalhas para o país. As modalidades continuaram sendo as que mais conquistaram medalhas desde 1984, e em 2012 praticamente dobraram os resultados obtidos em 2008. No presente caso, a estratégia adotada pelo CPB, de focar o investimento de recursos em modalidades mais propensas a obter sucesso, foi bem sucedida. Entretanto, é importante salientarmos que os resultados obtidos por essas, e outras modalidades, não são responsabilidades exclusiva do projeto Seleções Paralímpicas Permanentes, nem tão pouco frutos do investimento realizado apenas através dos convênios apresentados na tabela 9. Esses resultados são decorrentes do planejamento estratégico do CPB como um todo. Ou seja, os resultados alcançados são derivados dos diversos programas e projetos que o PE engloba, os quais foram implantados desde o ano de 2010, assim como recebem recursos de outras fontes de financiamento.

Pudemos constatar que algumas modalidades paralímpicas não apareceram no quadro de convênios de 2011 a 2012. Algumas hipóteses podem ser elencadas: as confederações das respectivas modalidades podem ter firmados convênios diretamente com o M.E, os convênios submetidos não foram aprovados, ou não houve interesse da confederação responsável em elaborar e submeter o projeto ao M.E. As modalidades de Halterofilismo e Esgrima em Cadeira de Rodas também não apresentaram nenhum convênio no período de 2011 a 2012. Entretanto, estas modalidades são geridas pelo próprio CPB. Nesse caso, nos indagamos sobre qual o critério adotado pelo CPB na elaboração de convênio para algumas modalidades e para outras não, das quais o mesmo é confederação? Podemos novamente relacionar isto com a estratégia utilizada pelos sistemas esportivos contemporâneos, de priorização das modalidades com reais chances de sucesso (HOULIHAN; ZHENG, 2013). Ambas as modalidades não conquistaram medalhas nas duas edições do JP anteriores ao ano em que os convênios foram firmados. Entretanto, vale lembrar que uma das metas traçadas em seu PE é a “gerar o desenvolvimento

de todas as modalidades paralímpicas no país”. Considerando o que dissemos até então, pode-se inferir que a entidade não tem priorizado esta meta, em função de seu objetivo de conquistar o maior número de medalhas de ouro em JP paralímpicos. Para finalizar, gostaríamos de ressaltar que embora o convênio único firmado em 2013 com o ME tenha possibilitado a inserção de novas modalidades no programa, os recursos investidos em cada uma delas não foi disponibilizado ao público em seu site ou documentos online.

5.1.2.2 Projeto Ouro Paralímpico- Londres 2012

O programa Ouro foi lançado no ano de 2010 pelo CPB, com o objetivo de dar melhores condições de treinamento aos atletas brasileiros com potencial de conquistar medalhas nos JP de Londres 2012. Os atletas selecionados para participarem do programa eram indicados pelas respectivas confederações de cada modalidade e passaram por uma análise crítica do departamento técnico do CPB, para que pudessem participar do mesmo. Durante essa etapa, se faziam análises quanto aos resultados ou índices obtidos pelos atletas nos últimos JP, campeonatos mundiais e copas mundiais. Também foram realizadas análises subjetivas do perfil do atleta e seu potencial de sucesso em relação ao país e ao cenário mundial.

O quadro inicial de contemplados no programa contava com 11 atletas de modalidades individuais, sendo elas: atletismo, bocha, ciclismo, judô e natação. Posteriormente o número de atletas subiu para quinze, e a modalidades de remo foi incluída. Os atletas contemplados pelo programa supostamente recebiam suporte de profissionais como técnicos, fisiologistas, psicólogos, nutricionistas, além de estrutura física esportiva e equipamentos de ponta para treinamento. O CPB também proporcionava a esses atletas viagens internacionais para competições, intercâmbios para treinamento, avaliações médicas e fisiológicas. Esperava-se que dessa forma, os atletas que faziam parte do programa tivessem acesso aos recursos necessários para manter-se no mais alto nível de treinamento (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, [s.d.]).

Os repasses feitos para a execução do projeto eram feitos diretamente do CPB à entidade ou profissional que prestava os serviços, como técnicos, fisioterapeutas ou então, no caso de locação de instalações ou equipamento, diretamente à empresa. Os atletas não recebiam bolsa ou qualquer outro incentivo

financeiro durante a participação no programa, pois todos os benefícios eram oferecidos em forma de serviço (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2010b). Para cada atleta que integrou o Projeto Ouro, o CPB destinava até R\$100 mil por ano (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, [s.d.]).

A primeira convocação de atletas para comporem o projeto contou com dez nomes, divididos em quatro modalidades paralímpicas. Alguns meses depois mais quatro atletas foram incluídos no projeto, que passou a contar com seis modalidades paralímpicas, conforme pode ser visualizado na tabela 13.

TABELA 13- PROJETO OURO

MODALIDADE	ATLETA
Atletismo	Jonathan Santos
	Lucas Prado
	Odair dos Santos
	Shirlerne dos Santos Coelho
	Terezinha Guilhermina
	Yohansson do Nascimento
Bocha	Dirceu Pinto
	Eliseu dos Santos
Ciclismo	Soelito Gohr
Judô	Antonio Tenório
	Daniele Bernardes
Natação	André Brasil
	Daniel Dias
Remo	Claudia Santos

Fonte: Comitê Paralímpico Brasileiro: quatro anos de vitórias 2009 – 2012
Elaboração: autora (2016)

Dos 14 atletas que compuseram o Projeto Ouro, apenas dois deles não conquistaram medalhas em JP, e metade conquistou ao menos uma medalha de ouro. Pudemos verificar assim que o projeto cumpriu com seu objetivo de preparar os atletas brasileiros que possuíam potencial de conquistar medalhas de ouro no JP de Londres. É importante ressaltar que todos os atletas do projeto também compuseram ou o Time São Paulo ou o Time Rio, programas do CPB que serão detalhados no próximo tópico. Ao analisarmos a tabela 13, verificamos que metade das modalidades contempladas no programa teve também convênios aprovados com o ME para as Seleções Paralímpicas Permanentes. Ou seja, o Projeto Ouro não foi o único responsável pelo sucesso desses atletas. O investimento no

treinamento desses contou com mais de um projeto do PE do CPB para o período, além de patrocínios privados de forma individual para cada atleta e também incentivos em forma de bolsa do ME. Exemplo dessa configuração é o atleta de natação André Brasil, participante do Projeto Ouro, do Time São Paulo, patrocinado pelas Loterias Caixa e bolsista pódio do programa Bolsa Atleta do ME.

O investimento financeiro para que um atleta atinja o mais alto nível de rendimento esportivo e conquiste uma medalha de ouro em uma competição olímpica ou paralímpica é elevado. Hogan e Norton(2000) realizaram uma pesquisa na Austrália a fim de mapear qual foi o custo de cada medalha de ouro para o país, constatando que no ciclo olímpico de Pequim- 2000, cada medalha dourada conquistada pelo país custou em média \$ 36 milhões aos cofres públicos. Embora esse dado reflita a realidade de outro país há 16 anos atrás, ele revela a dimensão do volume de investimentos necessários para um país ter êxito em competições internacionais. Nos JP de Londres o Brasil conquistou 21 medalhas de ouro, e teve através do CPB um orçamento de cerca de R\$ 160 milhões para a preparação dos atletas para ciclo 2009/2012. Como citado anteriormente, a maior fonte de recursos do Comitê é a Lei Agnelo/Piva. Isto significa que existe um grande investimento de recursos públicos no esporte paralímpico de alto rendimento. A esse valor ainda podem ser somados os investimentos diretos feitos através do ME, assim como a distribuição de bolsas aos atletas que é feito diretamente do ME aos mesmos . Esses repasses são também oriundos de recursos públicos.

De Bosscher; Bottenburg e Bingham (2009), propõem um modelo conceitual para explicar quais os fatores preponderantes para a obtenção do sucesso esportivo, no caso medalhas em Jogos Olímpicos/ Paralímpicos. Para os autores o pilar fundamental para o sucesso de uma nação no esporte é o financiamento. O investimento de recursos em treinamento de atletas, técnicos, profissionais da saúde e instalações esportivas é a entrada para um sistema esportivo bem sucedido. No caso do esporte paralímpico brasileiro podemos concluir que o sistema implantado foi bem sucedido, pois o investimento financeiro resultou no 7º lugar no quadro de medalhas no JP de 2012. Entretanto questionamos aqui o investimento maciço de recursos públicos na manifestação esportiva de alto rendimento, sobretudo em uma instituição privada, que poderia ter outras fontes de recursos para implementar seus projetos e ações.

5.1.2.3 Programa Medalha Londres 2012 e Programa Futuro Rio 2016

O programa Medalha Londres 2012 seria dividido em projetos específicos para cada modalidade paralímpica. O objetivo de cada um desses projetos seria o de oferecer condições de treinamento para que os atletas de modalidade coletivas e individuais atingissem o seu rendimento máximo na busca por medalhas nos JP de Londres 2012.

Os atletas seriam selecionados para participarem do programa de acordo com critérios estabelecidos pelo Departamento Técnico do CPB, tais como: resultados ou índices obtidos em competições internacionais (Jogos Paralímpicos, Campeonatos Mundiais), análise do potencial dos referidos atletas e análise do panorama mundial da modalidade. A participação de atletas ou de modalidades no quadro do programa não seria permanente, esta dependeria da evolução e do potencial apresentados por aqueles durante a execução do projeto (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, [s.d.]).

Já o Programa Futuro Rio 2016 tinha por objetivo identificar possíveis jovens talentos paralímpicos para o JP Rio 2016, para que esses pudessem ter acesso a uma estrutura de treinamento completa e atingissem a excelência nos Jogos de 2016. O público-alvo do programa eram crianças e jovens que se destacassem nas respectivas modalidades paralímpicas nas quais competiam. Tanto as modalidades participantes, quanto o número de atletas em cada uma delas, poderiam variar periodicamente, conforme se enquadrassem ou não nos critérios estabelecidos pelo Departamento Técnico do CPB (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2009a).

Ao analisarmos a execução do programas “Time São Paulo” e “Time Rio”, pudemos identificar similaridades entre a proposta dos programas apresentados acima, e os objetivos desses. Portanto, optamos por agrupar esses projetos dentro da mesma área.

Time São Paulo

O projeto Time São Paulo teve início em 2011, por meio de uma parceria entre o Comitê Paralímpico Brasileiro e o governo do estado de São Paulo, através da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SE/SP). O convênio firmado no final do ano de 2011 teve inicialmente vigência até os JP de

Londres em 2012. O objetivo do projeto era o de preparar atletas de destaque em suas modalidades, com chances de conquistar medalhas nas paralimpíadas. Para tanto, os atletas recebiam plano de saúde, seguro de vida, suporte para treinamento e aquisição de materiais e também benefício em dinheiro. Além de beneficiar atletas, o convênio também previa a contratação de uma equipe multiprofissional com técnicos, fisioterapeutas, médicos e demais profissionais da área da saúde, para oferecer suporte aos atletas durante os treinamentos (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2011).

Para o primeiro ciclo do projeto, o qual visava a preparação dos atletas para os JP de Londres 2012, vinte e cinco atletas foram selecionados para compor o programa. Os atletas selecionados, as modalidades nas quais competiram e os resultados obtidos por esses atletas podem ser visualizados na tabela 08.

TABELA 146- TIME SÃO PAULO 2011/2012

Nº	MODALIDADE	ATLETA	OURO	PRATA	BRONZE
1	Atletismo	Alan Fonteles	1		
2		Daniel Mendes da Silva		1	
3		Odair dos Santos		1	
4		Shirlene Coelho	1		
5		Terezinha Guilhermina	2		
6		Thierb Siqueira			
7		Yohansson do Nascimento	1	1	
8	Atleta-guia	Carlos Antônio dos Santos			
9		Guilherme Santana			
10		Leonardo Souza Lopes			
11		Samuel do Nascimento			
12	Bocha	Dirceu Pinto	2		
13		Eliseu dos Santos	1		1
14	Canoagem	Fernando Fernandes			
15	Ciclismo	Soelito Gohr			
16	Judô	Antônio Tenório da Silva			1
17		Daniele Bernardes da Silva			1
18		Lúcia da Silva Teixeira		1	
19	Natação	Andre Brasil	3	2	
20		Carlos Farrenberg			
21		Daniel Dias	6		
22	Remo	Claudia Cícero dos Santos			
23		Bruna Costa Alexandre			
24	Vela Adaptada	Bruno Landgraf das Neves			

25		Elaine Pedroso da Cunha			
-	-	TOTAL	17	6	3

Fonte: Comitê Paralímpico Brasileiro e Portal Brasil 2016
Elaboração: autora

Os atletas selecionados para participarem do programa dividiram-se entre sete modalidades paralímpicas. Dessas, apenas a modalidade de canoagem não fazia parte do programa dos JP no ano de 2012, sendo incluída apenas nos Jogos do Rio em 2016. Do total de atletas contemplados no programa, 24 foram classificados para participarem dos JP de Londres 2012.

A análise da tabela apresentada demonstra que apenas modalidades individuais foram contempladas pelo programa. Dessas, as que tiveram o maior número de representantes foram o atletismo, a natação e o judô. Dessa forma, podemos aqui retomar a hipótese discutida no item sobre as seleções paralímpicas permanentes, onde identificamos uma predisposição do CPB em oferecer melhores condições de treinamento às modalidades paralímpicas que possuíam maiores chances de alcançar sucesso nos JP, assim como apresentavam uma maior tradição em conquistas de medalhas em Jogos anteriores. Essa predisposição parece também se aplicar no programa Time São Paulo. Outro fator que pode ter contribuído para a priorização das modalidades individuais no presente programa é o fato de que as conquistas e os resultados atingidos por atletas individuais são facilmente mensuráveis, ou seja, quando um atleta sagra-se campeão é o seu nome que é exposto para toda a nação e recebe o reconhecimento social. Assim como a obtenção de um recorde paralímpico ou mundial torna-se amplamente divulgado pela mídia. Além disto, investimento financeiro necessário para ao treinamento desses atletas é inferior ao necessário a modalidades coletivas (MARQUES; GUTIERREZ, 2014). Marques e Gutierrez (2014) apontam que essa configuração é uma consequência da realidade brasileira, onde as competições nacionais (principalmente o Circuito Loterias Caixa) nas modalidades de atletismo e natação, evidencia atletas dessas modalidades. Como consequência, os resultados obtidos por esses passam a ter maior visibilidade no cenário do alto rendimento no esporte paralímpico, assim como maiores chances de competir e melhorar seu desempenho.

Os atletas que compuseram o Time São Paulo no período de 2011 a 2012, conquistaram 81% das medalhas de ouro da delegação brasileira nos JP de 2012 (17 das 21). Entretanto, esses atletas somaram apenas 13% do total de esportistas

que formaram a delegação paralímpica brasileira nos referidos Jogos (24 de 183). Podemos concluir dessa forma, que os atletas selecionados para compor o Time foram aqueles que apresentavam um grande potencial para conquistar medalhas de ouro, reafirmando a ideia de que o CPB embasou sua estratégia no modelo apresentado por Houlihan e Zheng (2013) de maximização do retorno sobre o investimento feito nos atletas. Outro dado extraído a partir da tabela, que confirma essa teoria, são as modalidades nas quais o Brasil conquistou as medalhas: atletismo, bocha, judô e natação. Em todas elas o Brasil já havia conquistado medalhas de ouro nas edições anteriores dos JP, o que corrobora com os autores supracitados, que apontam que há uma tendência em financiar modalidades já bem estabelecidas no país e que possuem supremacia no âmbito mundial.

Após o sucesso dos resultados conquistados no JP de Londres 2012, o convênio entre o CPB e a SE/SP para a continuidade do trabalho realizado no Time São Paulo foi renovado no início do ano de 2013, visando o ciclo paralímpico Rio 2016. Nessa nova fase do projeto, o número de atletas aumentou, assim como o número de modalidades contempladas (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2013). Os atletas selecionados para integrarem o Time São Paulo, assim como as modalidades e os resultados obtidos no JP do Rio 2016, podem ser visualizados na tabela 15.

TABELA 15- TIME SÃO PAULO 2013-2016

	MODALIDADE	ATLETA	OURO	PRATA	BRONZE
1	ATLETISMO	Claudiney Batista dos Santos	1		
2		Daniel Mendes da Silva	1		1
3		Francisco Jefferson de Lima			
4		Jerusa Geber dos Santos			
5		Odair Ferreira dos Santos		2	
6		Shirlene Santos de Souza Coelho	1	1	
7		Silvania Costa de Oliveira	1		
8		Terezinha Aparecida Guilhermina		1	1
9		Veronica Silva Hipólito		1	1
10		Yohansson do Nascimento		1	1
11	ATLETAS - GUIA	Carlos Antonio dos Santos			
12		Eriton de Aquino			
13		Guilherme Soares de Santana			
14		Heitor de Oliveira Sales			
15		Luiz Henrique Barboza da Silva			
16		Wendel de Sousa Silva			

17	BOCHA	Bruna Satie Yamazaki			
18		Dirceu Jose Pinto		1	
19		Eliseu dos Santos			
20		Maciel Sousa Santos			
21	CANOAGEM	Fernando Fernandes de Pádua			
22		Luis Carlos Cardoso da Silva			
23	JUDÔ	Antônio Tenório da Silva		1	
24		Daniele Bernardes Milan			
25		Lucia da Silva Teixeira		1	
26	NATAÇÃO	Andre Brasil Esteves		1	2
27		Carlos Alonso Farrenberg		1	
28		Daniel de Faria Dias	4	2	1
29		Matheus Henrique da Silva			
30		Talisson Henrique Glock		1	1
31		Vanilton A. do Nascimento Filho			
32	REMO	Claudia Cicero dos Santos			
33	TÊNIS DE MESA	Bruna Alexandre da Costa			2
34		Carlos Alberto Carbinatti Junior			
35		Joyce Fernanda de Oliveira			
36		Paulo Sergio Salmin Filho			
37	TÊNIS EM CADEIRA DE RODAS	Mauricio Pomme			
38		Natalia Mayara Azevedo da Costa			
39	VELA ADAPTADA	Bruno Landgraf das Neves			
40		Marinalva de Almeida			
-		TOTAL	8	14	10

Fonte: CPB Quatro anos de vitórias 2009-2012

Elaboração: autora (2016)

No segundo ciclo de execução do programa Time São Paulo, a modalidade de ciclismo foi extinta, e foram incluídas as modalidades de Tênis de Mesa e Tênis em Cadeira de Rodas. O programa continuou atendendo apenas as modalidades individuais, porém o número de atletas que passaram a integrar o Time quase dobrou. Dos dezoito atletas que foram mantidos no programa de um ciclo para o outro, apenas três deles não haviam medalhado nos JP de 2012. Na edição dos JP do Rio 2016, os atletas que integraram o Time não foram tão bem sucedidos quanto na edição anterior. Do total de medalhas de ouro conquistadas pela delegação brasileira, os integrantes da equipe conquistaram 57% delas. Já o percentual de atletas que compunha a delegação e que foram integrantes do Time São Paulo ficou em 13,8%, próximo dos resultados da edição dos JP de 2008. As modalidades que se sobressaíram em relação a conquista de medalhas, continuaram sendo as

mesmas: atletismo, bocha, judô e natação, com o aparecimento do tênis de mesa, conquistando uma medalha de ouro.

Durante o período de 2011 à 2016, a Secretaria de Estado da Pessoa com Deficiência firmou um convênio com o CPB, no valor total de R\$ 19.520.691,12, para o desenvolvimento e manutenção do projeto Time São Paulo. Entretanto, na página do projeto online (SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2016), as modalidades de esgrima em cadeira de rodas, halterofilismo, hipismo, tiro com arco e tiro esportivo também constam como beneficiadas do mesmo, embora não tenham sido implantadas durante o período aqui analisado. Essa informação reforça a hipótese de que o CPB, durante a implementação do Time São Paulo, priorizou as modalidades paralímpicas que tinham maior chance de sucesso. Não encontramos informações referentes ao investimento financeiro do próprio CPB no projeto. Dessa forma, não podemos afirmar o valor total investido neste durante os cinco anos aqui investigados.

TIME RIO

Assim como o Time São Paulo, o Time Rio surgiu por meio de uma parceria entre o CPB e a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência. O convênio foi firmado em janeiro de 2012, e visava a preparação dos atletas paralímpicos para os JP de 2012 e 2016. O formato de execução do projeto também foi bastante similar ao do Time São Paulo. Os atletas recebiam salário, que variava de acordo com o desempenho e os resultados alcançados por eles em competições internacionais, plano de saúde e assistência nutricional e psicológica. Eles também tinham acesso a toda a estrutura necessária para treinamento (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2012a). Os atletas selecionados para integrarem o Time Rio podem ser visualizados na tabela 16, assim como as modalidades contempladas e as medalhas conquistadas pelos mesmos nos JP 2012 e 2016.

TABELA 16- TIME RIO 2012 A 2016

	MODALIDADE	ATLETA	JP LONDRES 2012			JP RIO 2016		
			OURO	PRATA	BRONZE	OURO	PRATA	BRONZE
1	Atletismo	Alice Correa*						
2		Diogo Ualisson Jeronimo da				1		

		Silva						
3		Felipe Gomes	1		1		3	
4		Jhulia Karol dos Santos			1			
5		Jonathan Santos			1			
6		Lucas Prado		2				
7		Marivana Oliveira da Nóbrega						1
8		Mary Nobrega*						
9		Táscitha Oliveira*						
10		Roseane dos Santos						
11		Viviane Soares						
12	Atleta- Guia	Diogo Cardoso da Silva						
13		Jonas Alexandre*						
14		Jorge Luiz Silva de Souza						
15		Justino Barbosa						
16		Laércio Martins						
17		Paula Nascimento Carrijo Bento						
18	Canoagem	Caio Ribeiro*						1
19	Judô	Karla Cardoso						
20		Roberto Julian Santos da Silva						
21		Wilians de Araújo					1	
22	Natação	Caio Amorim*						
23		Caio Oliveira						
24		Camille Rodrigues						
25		Clodoaldo Silva						
26		Débora Benevides*						
27		Edênia Nogueira*						
28		Phelipe Rodrigues		1			2	2
29		Roberto Alcade*						
30	Susana Ribeiro*							
31	TOTAL		1	3	3	1	6	4

Fonte: Comitê Paralímpico Brasileiro: quatro anos de vitórias 2009-2012

Elaboração: autora

*: atletas que foram incluídos no programa após os JP de 2012.

As quatro modalidades contempladas pelo programa Time Rio, todas individuais, foram as mesmas apresentadas no Time São Paulo, com exceção da bocha, remo, tênis de mesa, tênis em cadeira de rodas e a vela adaptada. Apesar de a equipe do Time Rio não ter apresentado um desempenho tão satisfatório quanto o Time São Paulo, é visível que os critérios utilizados para a inclusão dos beneficiados em ambos os programas foram os mesmos..

Com relação ao financiamento deste projeto, não encontramos dados que informassem o volume de recursos financeiros repassados para a execução do mesmo nos balanços financeiros do CPB. Já no site do Portal da Transparência da

cidade do Rio de Janeiro¹⁵, verificamos que entre os anos de 2012 e 2015 essa prefeitura repassou um total de R\$ 5,6 milhões de reais ao CPB. Porém, a discriminação de identificação dos projetos encontrados não remetiam ao projeto Time Rio. No que se refere a repasses ao CPB constam apenas os Melhorias da Educação Carioca (2015 e 2014) e Espaço de Desenvolvimento Infantil (2013 e 2012). Esses projetos não foram mencionados nos documentos do CPB assim como também não foram citados nas entrevistas. Dessa forma, não é possível afirmarmos se os recursos em questão foram destinados a projetos educacionais, como os nomes podem sugerir, ou se esses foram os recursos repassados ao Time Rio.

A execução do projeto Time Rio mostra que o CPB continuou seguindo a estratégia de beneficiar as modalidades que possuíam um maior potencial de conquistar medalhas no JP. A estratégia adotada tanto nos Times Rio e São Paulo quanto nas Seleções Paralímpicas Permanentes privilegia o esporte de alto rendimento, em detrimento da missão que o CPB instituiu em seu planejamento estratégico de propiciar o desenvolvimento de todos os esportes paralímpicos no país.

Até aqui, apresentamos três programas que fazem parte do planejamento estratégico do CPB vinculados com a área de performance esportiva. Ao analisarmos esses programas pudemos verificar que não há uma uniformidade nos serviços ofertados às modalidades paralímpicas. Pelo contrário, as modalidades nas quais o país já possui uma estrutura de desenvolvimento consolidada, apresentando resultados expressivos a nível internacional, são aquelas que receberam uma maior oferta de programas e serviços, assim como de financiamento. Para autores como Green e Oakley (2001) e Green e Houlihan (2005), essa forma de gestão busca a otimização do uso de recursos para a obtenção de resultados no esporte de alto rendimento. E de fato, o CPB vem conquistando resultados expressivos em JP e outras competições internacionais do esporte paralímpico. Entretanto, essa configuração acaba deixando de lado modalidades que ainda não têm expressão no cenário nacional, e que por consequência têm maior dificuldade para se desenvolverem devido a falta de recursos.

¹⁵ Link para o site do Portal da Transparência da cidade do Rio de Janeiro: <http://riotransparente.rio.rj.gov.br/>, acessado em 10 de set de 2016.

5.1.2.4 Centros de Referência e Centro Paralímpico Brasileiro

O objetivo proposto pelo PE para esse programa foi o de identificar e estabelecer as modalidades paralímpicas que precisariam de um local para treinamento permanente e/ou temporariamente para os atletas selecionados para comporem as seleções paralímpicas permanentes. Os treinamentos visariam a excelência na preparação desses atletas para competições internacionais como Mundiais e JP.

O projeto de maior destaque dentro desse programa foi o Centro de Treinamento Paralímpico, construído na cidade de São Paulo. O projeto foi apresentado pelo CPB ao governo federal, através do então ministro de esportes e ao governo do Estado de São Paulo em novembro de 2012, sendo que o acordo para a implementação do mesmo foi feito em janeiro de 2013.

Inicialmente o projeto previa a construção de um Centro de Treinamento Paralímpico que comportaria 14 modalidades, alojamentos, refeitório, lavanderia e setor administrativo com salas e auditórios. O orçamento para as obras era de aproximadamente R\$ 290 milhões, sendo que o governo federal participaria com R\$ 170 milhões, e o governo do estado de SP com R\$ 120 milhões. Além do investimento financeiro o governo do estado de SP também cedeu o terreno para a construção do Centro. O CPB ficaria a cargo de realizar a gestão administrativa e técnica do local após sua inauguração, que estava prevista para o final do ano de 2015 (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2013).

A inauguração do projeto foi efetivada apenas em maio de 2016, e com ajustes em sua configuração final. O Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro possui estrutura para o treinamento de 15 modalidades paralímpicas, sendo elas: atletismo, basquete em cadeira de rodas, bocha, natação, esgrima em cadeira de rodas, futebol de 5, futebol de 7, goalball, halterofilismo, judô, rugby em cadeira de rodas, tênis de mesa, tênis em cadeira de rodas, triathlon e vôlei sentado. Além das facilidades esportivas para treinamento, o Centro ainda conta com hotel exclusivo e adaptado para receber pessoas com deficiências, centro de convenções e laboratórios de pesquisa. O investimento final no projeto foi de R\$ 305 milhões. O mesmo é considerado pelo CPB como o maior legado para o esporte paralímpico, dos Jogos Rio 2016 (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2016a; SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2016).

Durante o período analisado, outros centros de treinamento paralímpico foram instalados pelo país. O primeiro deles foi o Centro de Treinamento de Halterofilismo, inaugurado em 2010 na cidade de Uberlândia- MG. O centro foi fruto de uma parceria estabelecida entre o CPB, a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Fundação Uberlandense de Turismo, Esporte e Lazer (FUTEL). Os atletas brasileiros que participaram dos JP de Londres-2012 na modalidade, tiveram parte de seu treinamento realizado no centro (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2010c). A decisão pela parceria entre o CPB e a universidade foi em decorrência da tradição que esta instituição acadêmica possui no esporte paralímpico. O centro de treinamento conta com orientador técnico; fisiologista; especialistas em treinamento esportivo; fisioterapeuta; nutricionista esportivo, biomecânico do movimento e monitores de Halterofilismo da própria UFU. Ele conta também com o espaço e equipamentos cedidos pela instituição. O CPB colaborou com os dois bancos oficiais de halterofilismo, legados do Parapan do Rio de Janeiro 2007 (DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL- UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 2010).

O Judô também recebeu um Centro de Treinamento específico, esse na cidade de São Paulo. A inauguração do espaço foi no ano de 2013, e teve origem através de uma parceria entre CPB, Secretaria de Esporte, Lazer e Recreação da Cidade de São Paulo e a INFRAERO, então patrocinadora da modalidade paralímpica. O local escolhido para abrigar o centro foi o Centro Educacional Esportivo da Mooca, espaço que já possuía tradição no treinamento do judô olímpico e paralímpico (CASQUEIRA, 2013). A natação paralímpica recebeu um centro de treinamento específico no ano de 2014, na cidade de São Caetano do Sul. A parceria para a efetivação do projeto foi firmada entre o CPB e a prefeitura do município. Tanto o Centro de Treinamento de judô quanto o de natação contavam com uma equipe multidisciplinar para atendimento dos atletas, essa formada por técnicos, fisioterapeutas, biomecânicos, nutricionistas, médicos e enfermeiros.

Green e Oakley (2001) apontam que as instalações para treinamento esportivo de alto rendimento são itens essenciais para o sucesso esportivo dos países. Em uma pesquisa que avaliou o sucesso esportivo de países com base na conquista de medalhas olímpicas, os autores verificaram que tanto os países do bloco oriental (representados na pesquisa pela extinta União Soviética e Alemanha), assim como pelos países do eixo central (representados no estudo pelos Estados Unidos, Canadá, Austrália e países da Europa Ocidental), elencaram as instalações

de treinamento esportivo como fatores indispensáveis ao desenvolvimento de atletas de alto rendimento. O mesmo foi encontrado em uma pesquisa de De Bosscher (2006) que buscou elencar os componentes primordiais para o sucesso esportivo internacional de diferentes países (DE BOSSCHER et al., 2006).

Os centros de treinamento voltados especificamente para atletas de alto rendimento possuem um alto custo de implementação e manutenção de suas estruturas (GREEN; OAKLEY, 2001). Assim como ocorreu no Brasil com o Centro de Treinamento Paralímpico, em países como Austrália, Canadá e Reino Unido, o investimento de recursos na construção desse tipo de instalações é feito pelo governo (GREEN; HOULIHAN, 2005). Entretanto, como citamos, o CPB utilizou também um outro modelo de implementação de centros de treinamento esportivos no Brasil, o qual consiste em convênios com universidades. Esse mesmo recurso é adotado por países como Canadá e pelo Reino Unido. Green e Oakley (2005) afirmam que esta estratégia possui um custo significativamente menor do que a primeira. Porém, tende a não se focar totalmente no treinamento do atleta de alto nível, e, portanto, não oferece tantos benefícios e resultados quanto os centros de treinamento específicos para o alto rendimento. Se por um lado as parcerias com as universidades não permitem que os locais de treinamento sejam voltados unicamente para os atletas de ponta, por outro estas oportunizam o contato da comunidade de uma forma mais ampla com instalações esportivas aptas a receberem pessoas com deficiência.

Nos dados referente aos centros de treinamento específicos de cada modalidade e ao Centro de Treinamento Paralímpico aqui apresentados, pudemos verificar que os recursos destinados à implementação dessas instalações foram disponibilizados via fundo público, seja pelo ME, ou então pelas Secretarias Estaduais e/ou Municipais de Esporte. É válido lembrar que a Lei Agnelo/Piva prevê a aplicação dos recursos da loteria destinados ao CPB, para a construção ou manutenção de centros de treinamento, inclusive nos recursos que são repassados do CPB para as confederações filiadas. Não encontramos dados nos balanços financeiros do CPB disponibilizados no site da instituição que identificassem a construção ou reforma desses centros. Esta também não disponibilizou em seu site na internet informações acerca dessas ações.

Podemos inferir que o CPB usou como estratégia a criação de convênios e parcerias com outras instituições para o desenvolvimento do projeto de Centros de

Treinamento proposto em seu PE. O financiamento dessas ações foi bancado não só pelo Comitê, mas também por órgãos públicos. Novamente citamos aqui o Centro de Treinamento Paralímpico como exemplo claro de tal situação, onde o CPB abriu uma parceria com o Ministério do Esporte. A parceria foi possível através do “Plano Brasil Medalhas” criado em 2012, o qual previu a destinação de R\$ 45,2 milhões de reais para a construção e reforma de instalações esportivas para o treinamento de atletas de alto rendimento. O objetivo do projeto era o de alcançar resultados positivos nos Jogos Rio 2016 (BRASIL 2016, [s.d.]).

5.1.2.5 Programa de Formação Técnica Internacional

O objetivo do presente projeto era a formação qualificada de profissionais brasileiros de arbitragem e de classificação para atuarem nos JP Rio 2016. Para tal foram previstas as participações de profissionais com potencial para exercerem tais funções em cada uma das modalidades paralímpicas no país. A execução do programa se deu de acordo com a análise do CPB a fim de determinar quais seriam as ações de médio e longo prazo em cada uma das modalidades paralímpicas (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, [s.d.]).

Ao analisarmos as notícias encontradas no site do CPB, detectamos a realização de alguns cursos de capacitação de árbitros para determinadas modalidades paralímpicas promovidos via Comitê. As modalidades contempladas, e o número de cursos realizados podem ser verificados na tabela 8, abaixo. Ressaltamos que as notícias que foram encontradas por nós, não faziam menção sobre o caráter internacional dos cursos oferecidos.

TABELA 177- CURSOS PARA FORMAÇÃO DE ÁRBITROS REALIZADOS NO PERÍODO DE 2010 A 2015

ANO	LOCAL	CURSO	MODALIDADE	RESPONSÁVEL
2010	São Paulo	I Curso de Arbitragem de Halterofilismo	Halterofilismo	CPB
2010	São Paulo	II Curso de Arbitragem em Atletismo	Atletismo	CPB
2010	Rio de Janeiro	III Curso de Arbitragem em Atletismo	Atletismo	CPB
2012	São Paulo	Curso de Arbitragem de Natação Paralímpica	Natação	CPB

2012	Ceará	II Curso de Arbitragem em Halterofilismo	Halterofilismo	CPB
2013	São Paulo	I Curso de Arbitragem de Esgrima em Cadeira de Rodas	Esgrima	CPB
2013	Rio Grande do Sul	II Curso de Arbitragem de Esgrima em Cadeira de Rodas	Esgrima	CPB
2014	Rio de Janeiro	Curso de Arbitragem de Halterofilismo	Halterofilismo	CPB
2015	São Paulo	Formação de Árbitros de Esgrima em Cadeira de Rodas	Esgrima	CPB

Fonte: Comitê Paralímpico Brasileiro

Elaboração: autora (2016)

Os cursos realizados via CPB para a formação de árbitros de modalidades paralímpicas ficaram restritos às modalidades de Halterofilismo, Atletismo, Natação e Esgrima. Essas são modalidades geridas pelo CPB enquanto confederação paralímpica. Dessa forma, é de responsabilidade do Comitê o desenvolvimento e o planejamento das atividades referentes a essas. A modalidade de Tiro Esportivo é também dirigida pelo CPB, porém para essa não encontramos informações a respeito de cursos para profissionais de arbitragem.

Ao elaborar o programa, o CPB apresentou uma proposta que englobaria todas as modalidades paralímpicas do país. Porém, ao analisarmos os dados encontrados referentes a este programa, verificamos que apenas 4 modalidades foram de fato atendidas via Comitê. Talvez essa configuração esteja atrelada ao fato de que o CPB possa ter trabalhado em parceria com as confederações das demais modalidades paralímpicas, transferindo a responsabilidade pela realização dos cursos para estas. Não encontramos maiores informações sobre a realização de cursos para outras modalidades paralímpicas.

5.1.3 Área de serviços para a performance

Esta é a área responsável pela implementação das ações propostas no programa de Alta Performance “Seleções Paralímpicas Permanentes” exposta anteriormente. Dentro dessa sessão foram previstos quatro programas.

O primeiro é o Programa de Orientação Anti-Doping, o qual objetivava proporcionar aos atletas e técnicos brasileiros maior acesso à informações e

orientação sobre o doping no esporte paralímpico. Identificamos algumas ações realizadas via CPB durante o período de 2010 a 2015, que foram desenvolvidas nesse sentido. A primeira delas, foi a implementação de um jogo interativo, onde os atletas e técnicos participantes das Etapas do Circuito Caixa Loterias podiam testar seus conhecimentos acerca das substâncias e métodos de dopagem. O material utilizado nessa ação foi cedido pela World Anti-Doping Agency (WADA). Uma segunda ação, também desenvolvida nas competições paralímpicas nacionais, foi a distribuição de panfletos e cartilhas informativas aos participantes dos eventos, contendo informações acerca de substâncias e métodos proibidos pela WADA, assim como apontando os riscos da dopagem no esporte. A terceira ação que pudemos verificar dentro desse programa, foi a realização de palestras informativas nos congressos técnicos dos Circuitos Caixas, antes do início das competições (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2012b). Marques e Gutierrez (2014) relatam a preocupação do CPB em realizar o controle e combate ao doping entre as equipes brasileiras. Os autores verificaram por meio de entrevistas que a entidade tem realizado um trabalho educacional com técnicos e atletas, assim como incluído nas equipes multiprofissionais que acompanham as seleções brasileiras, um médico encarregado do tema.

O CPB possui em sua página na internet, um local específico para tratar de assuntos sobre dopagem no esporte paralímpico. Essa página contém documentos como a listagem de substâncias e métodos proibidos, o código mundial antidoping e formulários para solicitação de uso terapêutico das substâncias (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2016b). O Código Anti-Doping divulgado via CPB foi elaborado pelo IPC, a fim de instituir as diretrizes gerais do programa antidoping para o esporte paralímpico a nível mundial. O mesmo declara que “o doping é fundamentalmente contrário ao espírito esportivo” (INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE, 2015b, p. 5). Esse documento tem passado por constantes atualizações, tendo em vista que esse é um campo dinâmico no qual novas substâncias e métodos surgem todos os anos.

O doping é um assunto que vem preocupando e recebendo atenção dos órgãos de administração do esporte paralímpico. Um dos fatores que tem contribuído para isto é o aumento da comercialização dos JP e das competições do esporte paralímpico enquanto manifestação esportiva de alto rendimento (MARQUES, 2016). Ao passo que os JP recebem maior cobertura por parte da

mídia, as recompensas destinadas aos atletas vitoriosos também aumenta, assim como a pressão que esses recebem por parte de patrocinadores e do próprio país pelo qual eles competem, para se tornarem bem sucedidos nas competições das quais participam (BRITAIN, 2010). Isso acarreta em uma perspectiva de vitória a qualquer custo para alguns atletas e equipes, que acabam por utilizar o doping (BRITAIN, 2010; MARQUES et al., 2009).

O segundo programa da área de “Serviços para a Performance” é o “Programa Nacional de Desenvolvimento e Tecnologia”. Este buscava fazer um mapeamento das modalidades paralímpicas no país que careciam de equipamentos e tecnologias de ponta, para que fosse possível fazer a implementação de tais sistemas em centros nacionais de tecnologia. O tema do terceiro programa desta área é a Saúde, e contempla ações da Medicina e da Fisioterapia. O objetivo central desse programa era o de oferecer assistência aos atletas nas avaliações “clínica, traumatológica, cardiológica entre outros procedimentos”(COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, [s.d.], p. 56) e também o de prover as seleções paralímpicas com profissionais capacitados pra orientar, prevenir e detectar lesões nos atletas. Por fim, o quarto programa da área de “Serviço para a Performance” é o de Ciências do Esporte, o qual tem por finalidade proporcionar aos atletas de todas as modalidades paralímpicas avaliações físicas que possibilite a estes o máximo rendimento esportivo.

5.1.4 Área de Suporte aos Atletas

Os dois projetos desenvolvidos na área de Suporte aos Atletas- Projeto de acompanhamento estudantil e profissional e o Projeto de acompanhamento financeiro- são voltados aos atletas que integram ou integraram as Seleções Paralímpicas Permanentes. Essas ações buscam o acompanhamento e auxílio aos atletas no decorrer de suas carreiras, e no pós-carreira, para a promoção do desenvolvimento global desses (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, [s.d.]

5.1.4.1 Projeto de acompanhamento estudantil e profissional

Este projeto está inserido no âmbito da formação educacional, profissional e também na inserção de ex-atletas no mercado de trabalho. O objetivo deste, era o

de prestar assistência aos atletas, durante o processo de transição de carreira. O funcionamento do programa se dá para os componentes das seleções paralímpicas permanentes (projeto apresentado anteriormente nesse capítulo), de forma que os participantes recebem um acompanhamento de profissionais qualificados durante sua formação estudantil e posterior projeção no mercado de trabalho (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, [s.d.]). O CPB estabeleceu o projeto para as modalidades das quais o mesmo é confederação, e instruiu as demais associações e confederações a fazer o mesmo.

Pudemos identificar a efetivação deste projeto através de uma de nossas entrevistas. O entrevistado nº 03 se referiu ao projeto como “Programa de Transição de Carreira-CPB”. A partir de então realizamos buscas no portal do CPB e em portais de busca da internet para levantarmos informações acerca do programa. O mesmo foi instituído em setembro de 2015, e conta com a parceria de uma universidade, uma escola de idiomas e uma empresa especializada em recursos humanos (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2015a). Essas instituições prestam serviços aos atletas que estão realizando a transição para o pós carreira, como formação em cursos de terceiro grau, aulas de inglês, assim como assessoram os ex atletas na busca por oportunidades no mercado de trabalho. Segundo o entrevistado citado acima, os atletas elegíveis para participarem do programa até então são atletas que já tenham participado de uma edição das paralimpíadas, representando o Brasil.

O tema da aposentadoria ou da transição para o pós carreira dos atletas é amplamente debatido no mundo acadêmico. Taylor e Ogilvie (1994) propuseram um modelo conceitual buscando identificar as principais etapas desse processo composto pelos seguintes itens: motivos para a aposentadoria, fatores relacionados à adaptação do ex atleta ao processo, disponibilidade de recursos para essa adaptação, qualidade da adaptação na aposentadoria e a intervenção para dificuldades encontradas pelos atletas no processo de adaptação a aposentadoria. De acordo com os autores estas são as fases pelas quais os atletas geralmente passam ao decidirem se aposentar. Pesquisas vêm sendo desenvolvidas em cada um dos tópicos apresentados, a fim de buscar entender as diferentes maneiras com que os atletas respondem ao processo de aposentadoria. Os motivos para a aposentadoria, assim como se essa foi planejada ou não, afetam diretamente o modo com que o atleta vai responder e lidar com esse processo (ALFERMANN;

STAMBULOVA; ZEMAITYTE, 2004). O uso de variadas formas de terapia (reestruturação cognitiva, gerenciamento de stress, psico-terapia) são indicadas para auxiliar os atletas que apresentam dificuldades em aceitar o fato de não estarem mais atuando de forma profissional no esporte (WYLLEMAN; ALFERMANN; LAVALLEE, 2004). Essas dificuldades podem se manifestar através do abuso de substancias como álcool e drogas, problemas de relacionamento com familiares e problemas psicológicos (TAYLOR; OGILVIE, 1994). Para Agresta, Brandão e Barros Neto (2008) abandonar a carreira de atleta tende a ser uma etapa difícil para os indivíduos, sendo que tal ação requer uma readaptação da vida social e profissional desses.

Analisando a proposta do programa apresentado pelo CPB para auxiliar o processo de transição de carreira dos atletas paralímpicos brasileiros, notamos que tais ações podem ser ligadas à terceira etapa do modelo proposto por Taylor e Ogilvie (1994). Dessa forma, o CPB estaria oferecendo recursos para que esses atletas tenham uma maior adaptação a pós carreira. Essa estratégia já vem sendo adotada por outras instituições no caso do esporte olímpico, onde são oferecidos aos atletas *workshops*, seminários, cursos de orientação e outras atividades que buscam preparar e auxiliar eles para o final de suas carreiras (STAMBULOVA et al., 2009). O assessoramento oferecido aos desportistas, tanto para o gerenciamento de suas carreiras quanto para o período de transição para a aposentadoria é elencado por De Bosscher et al (2006), como um dos nove pilares que predispõe o sucesso de uma determinada nação em JO. O “Programa de Transição de Carreira- CPB” ainda que em um estágio de desenvolvimento bastante inicial, é condizente com o que a literatura acerca do tema tem apresentado.

5.1.4.2 Projeto de acompanhamento financeiro

O objetivo do presente projeto é o de identificar entre os atletas que compõe as seleções paralímpicas permanentes das quais o CPB é confederação, quais recebem apoio financeiro proveniente das atividades desenvolvidas enquanto atletas (ex: bolsa atleta, patrocínio). E a partir de então oferecer uma sistematização de acompanhamento desses apoios recebidos, aos atletas (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, [s.d.]). Realizamos buscas no site do CPB, e também em um site de buscas na internet (GOOGLE, 2016) com o nome do projeto, porém não

encontramos maiores informações sobre a efetivação ou não do Projeto de acompanhamento financeiro do CPB. Os entrevistados da presente pesquisa também não mencionaram este, quando indagados sobre as ações e projetos desenvolvidos em suas respectivas áreas.

5.1.5 Área de eventos esportivos

A área de “Eventos Esportivos” é composta por cinco ações, e tem por finalidade a participação da delegação brasileira em eventos esportivos internacionais. A primeira ação elencada para a mesma no PE é o “Planejamento e Desenvolvimento Técnico das Competições Esportivas Promovidas pelo CPB”. Dentro desse tópico, pudemos identificar um evento desenvolvido pelo CPB denominado “Circuito Brasil Caixa Loterias” o qual será melhor detalhado e discutido adiante.

A segunda ação instituída para a área de “Eventos Esportivos” é o Planejamento e Preparação das Missões (Campeonatos Mundiais) das Modalidades do CPB. Essa ação é desenvolvida através de um setor que faz parte do Departamento Técnico do Comitê. Segundo o entrevistado nº 02, cada confederação é responsável pelo planejamento e organização da participação de suas respectivas modalidades em campeonatos internacionais e competições qualificatórias para os JP. O CPB enquanto confederação das modalidades de Atletismo, Esgrima em Cadeira de Rodas, Halterofilismo, Natação e Tiro Esportivo é o responsável por organizar a participação destas em competições preparatórias para os Jogos Paralímpicos, como campeonatos mundiais e copas do mundo dessas modalidades.

A Missão Brasileira aos Jogos Parapan-Americanos e JP é a terceira ação dentro da área de eventos esportivos. Segundo a entrevistado nº 02 de nossa pesquisa, a organização da missão para os JP, inicia até três anos antes dos Jogos. Para a organização dessa missão, é inicialmente estabelecido o contato com o Comitê Organizador dos Jogos, e a partir de então, são estabelecidos critérios de qualificação das equipes, classificação dos atletas e coordenadores. Ainda segundo a entrevistada, o Comitê Brasileiro vem se destacando na organização das missões aos Jogos Paralímpicos, sendo uma das maiores delegações em números de pessoas em termos de participação nos Jogos.

A quarta ação seria a de acompanhar e supervisionar os eventos internacionais por modalidades, oferecendo apoio às confederações e associações. Segundo a entrevistada nº 02, o CPB estabelece um calendário de competições das modalidades e no caso de algumas competições, arca com os custos da participação das equipes nas mesmas.

Por fim, a quinta ação da área é a de estabelecer contato com os comitês organizadores locais para as competições internacionais das quais o CPB irá participar. Nesse sentido, a entrevistada relatou que o CPB possui uma posição de destaque no cenário mundial, sendo uma referência em termos de organização da instituição e relacionamento internacional. A gestora inclusive afirmou que o CPB vem firmando contratos de parceria com outros Comitês Paralímpicos da América Latina, a fim de oferecer auxílio na organização dos mesmos.

A participação de atletas em competições esportivas de alto rendimento é tido como um dos pilares que predispõe o êxito esportivo de um país em JO (DE BOSSCHER et al., 2009; GREEN; HOULIHAN, 2005; GREEN; OAKLEY, 2001). A formulação de um calendário de competições para os atletas de alto rendimento que vise os JO tem deixado de lado as competições com um menor nível esportivo em países como Austrália, Canadá e Reino Unido (GREEN; HOULIHAN, 2005). Nesse caso, as competições internacionais têm nível competitivo maior do que as competições nacionais, portanto possuem certa vantagem em termos de preparação dos atletas do que as competições nacionais (GREEN; OAKLEY, 2001). Entretanto, De Bosscher et al. (2006) atentam para o fato de que um sistema de competição esportivo bem estruturado a nível nacional é importante para que os jovens atletas do país desenvolvam suas habilidades, oportunizando a eles competir com outros atletas do mesmo nível, para que dessa forma eles atinjam o alto rendimento e possam ter sucesso em competições internacionais. Nesse sentido, o CPB através da realização das Paralimpíadas Escolares e também dos Circuitos Caixa (projeto detalhado a seguir), oferece aos jovens atletas brasileiros a oportunidade de aperfeiçoamento dentro de suas modalidades e preparação para competições de nível internacional.

O Circuito Loterias Caixa é uma competição em nível nacional realizada via CPB, para as modalidades de atletismo, halterofilismo e natação. Segundo o entrevistado nº 02 essa competição é uma ferramenta para a identificação dos

melhores atletas nacionais em cada uma dessas modalidades, e para classificá-los para a participação em competições internacionais.

Circuito Brasil Caixa Loterias.

O programa que recebe o nome de Circuito Brasil Loterias Caixa é uma competição oficial das modalidades de atletismo, natação e halterofilismo, e acontece desde 2005. A organização do evento é feita através do CPB, sendo dividida em três etapas nacionais e quatro regionais. O patrocínio da competição é das Loterias Caixa, que arca com todos os custos das diferentes etapas. Na tabela 18 estão representados os números de atletas, clubes e valores referentes às etapas do Circuitos Caixa desde 2010 até 2015.

TABELA 18- CIRCUITO BRASIL LOTERIAS CAIXA DE 2010 A 2015

ANO	Nº de ATLETAS	Nº de CLUBES	VALOR
2010	1379	153	3.000.000,00
2011	2176	206	4.855.000,00
2012	1997	210	4.855.000,00
2013	1780	231	6.300.000,00
2014	2095	255	6.300.000,00
2015	2271	263	6.300.000,00

Fonte: CPB Quatro ano de vitórias 2009-2012.

Elaboração: autora.

No recorte temporal analisado, os valores investidos no evento tiveram um aumento do ano de 2010 para 2011 e de 2012 para 2013. Entretanto o número de atletas sofreu uma deflexão do ano de 2011 para 2012, ainda que o número de clubes participantes continuasse a subir. Segundo o entrevistado nº 01, do departamento técnico do CPB, essa diminuição no número de atletas nesse período foi reflexo da própria ação do CPB, para melhorar o nível da competição. De acordo com ele, a cada ano o departamento técnico do CPB vem aumentando o índice que o atleta tem de alcançar para conquistar uma vaga na competição.

A competição passou a ser mais elitizada a partir do ano de 2011, excluindo atletas que, pelos seus resultados, aparentemente não possuíam potencial para o alto rendimento. Do total de atletas participantes por ano da competição apresentado

na tabela 18, apenas uma média de 300 deles chegam a competir nas etapas nacionais. Esses são os atletas que atingiram o índice técnico estipulado pelo regulamento da competição. Segundo entrevistado nº02, esses são os atletas com a mais alta performance no esporte paralímpico do país.

Através dos resultados alcançados por esses atletas no Circuito, o CPB estabelece um ranking dos atletas brasileiros das modalidades de atletismo, halterofilismo e natação. De acordo com o entrevistado nº 01 esse ranking é utilizado pelo Ministério do Esporte para a distribuição do Bolsa Atleta no nível nacional para os atletas paralímpicos. De acordo com a Lei nº 10.891 /2004, lei que instituiu o Bolsa Atleta no país, o valor da bolsa nesse nível é de R\$ 950,00, e é destinada aos atletas que tenham conquistado uma das três primeiras colocações na competição máxima da modalidade ou no ranking anual da modalidade na qual está pleiteando a bolsa (BRASIL, 2004).

Os Circuitos Caixa são também um instrumento do CPB para a identificação de possíveis talentos paralímpicos. Segundo o entrevistado nº 01, nas diferentes etapas do circuito, sempre estão presentes comissões técnicas das modalidades de atletismo, halterofilismo e natação, com a função de identificar possíveis talentos esportivos. Caso sejam identificados atletas com potencial para ao alto rendimento, as comissões entram em contato com o clube ao qual o atleta pertence, ou então o técnico, para que o atleta possa ser convidado a participar de semanas de treinamento através do CPB.

5.2 ACADEMIA PARALÍMPICA BRASILEIRA

A Academia Paralímpica Brasileira (APB) surgiu em 2010 com o objetivo de fomentar e produzir conhecimento científico na área do esporte paralímpico (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2014). São atribuições dessa organização:

TABELA 19- ATRIBUIÇÕES DA APB

I. Capacitar recursos humanos na área do EP	VIII. Promover a troca de informações entre pesquisadores brasileiros e internacionais na área do EP
II. Disseminar o conhecimento científico acerca do EP	IX. Procurar desenvolver projetos em parceria com academias paralímpicas de outros países e órgãos correlatos

III. Buscar parcerias com IES, institutos de pesquisa e agências de fomento do país e do exterior	X. Dar suporte científico às seleções brasileiras de jovens e permanentes paralímpicas
IV. Formar e apoiar pesquisadores na área do EP	XI. Dar suporte científico às avaliações fisiológicas, psicológicas, nutricionais, físicas e técnico-táticas dos atletas paralímpicos
V. Desenvolver pesquisas em diversas áreas das ciências do esporte envolvendo o tema EP	XII. Dar suporte científico ao desenvolvimento do EP escolar e universitário
VI. Realizar cursos e eventos de informação e formação de profissionais para atuarem no EP	XIII. Prestar serviços na área acadêmico-científica a todos os órgãos, instituições, secretarias, confederações, associações e demais entidades que envolvam o EP.
VII. Publicar livros, artigos científicos, manuais e outros materiais científicos	

Fonte: Regimento Interno da APB
Elaboração: autora (2016)

De acordo com o seu regimento interno, a estrutura técnico-científica da APB está baseada em duas grandes áreas: educação e formação, e ciência e tecnologia. A primeira visa à formação e a capacitação dos profissionais ligados ao esporte paralímpico nos diferentes campos de atuação: gestão, comunicação e marketing, arbitragem, treinamento e classificação funcional. Cabe à área de educação e formação coordenar a elaboração e execução de projetos de capacitação profissional, assim como promover eventos científicos sobre o EP. Já a segunda área está voltada à elaboração e execução de programas e projetos na área de ciência e tecnologia do esporte paralímpico, tendo como objetivos firmar parcerias com pesquisadores, IES e institutos de pesquisa, visando o intercâmbio de conhecimento e o desenvolvimento de pesquisas na área do EP, e também incentivar a divulgação da ciência no desporto paralímpico (ACADEMIA PARALÍMPICA BRASILEIRA, 2012).

Segundo o coordenador da área de educação e formação da APB, Alberto Costa, em entrevista concedida ao projeto Garimpando Memórias da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE, 2002), os cursos para capacitação profissional, oferecidos através da área de educação e formação da instituição buscam não só atender aos técnicos e profissionais ligados ao esporte de alto rendimento nas diversas modalidades paralímpicas, mas também oferecer aos professores das redes públicas de ensino, subsídios para que eles possam atuar nas escolas e na comunidade junto às pessoas com deficiência, oportunizando a prática de esportes para essa população. De acordo com o diretor

técnico do CPB, Edilson Alves da Rocha (Tubiba), em sua palestra no V Congresso Paradesportivo Internacional, a APB realizou entre os anos de 2011 e 2016, 91 cursos de capacitação profissional, atendendo um total de 3.852 profissionais entre professores de educação física escolar e técnicos do EP. De acordo com o diretor técnico, esses cursos foram ministrados em 24 estados brasileiros. Realizamos buscas no portal do CPB na internet, também na página da APB, assim como nas edições da Revista Brasil Paraolímpico e em um site de buscas na internet, e pudemos encontrar informações sobre a realização de 18 cursos de formação para treinadores no período de 2010 a 2015. A distribuição dos cursos por local e modalidade pode ser vista na tabela 20:

TABELA 20- CURSOS PARA FORMAÇÃO DE TREINADORES 2010-2015

Atletismo I	2012	Terezina
	2013	São Paulo
	2014	São Paulo
	2014	São Paulo
Atletismo II	2013	Fortaleza
	2015	Uberlândia
Esgrima em Cadeira de Rodas	2012	Belo Horizonte
	2013	Goiânia
Goalball	2014	São Paulo
Halterofilismo	2010	Porto Alegre
	2015	Uberlândia
Natação I	2012	Teresina
	2013	São Paulo
	2014	São Paulo
	2014	São Paulo
Natação II	2015	Uberlândia
	2013	Fortaleza
Voleibol Sentado	2012	Uberlândia

Fonte: www.cpb.org.br/noticias

Elaboração: autora (2016)

Solicitamos a APB maiores informações sobre os cursos noticiados pelo diretor técnico do CPB no Congresso supracitado, porém não tivemos sucesso em obter tais informações. No entanto, considerando os dados explicitados na tabela 20 podemos concluir que o APB concentrou as ações para formação de técnicos do esporte paralímpico nas modalidades das quais o mesmo é confederação, com exceção do goalball e do voleibol sentado. Ao analisarmos os dados apresentados,

chegamos a hipótese de que essa configuração pode estar ligada ao fato de que o CPB utilizava os Circuitos Caixa para realizar os cursos, pois o evento congregava os técnicos das modalidades de atletismo, halterofilismo e natação em um mesmo local, durante o mesmo período, facilitando o acesso dos mesmos aos cursos.

Além dos cursos para treinadores, a área de educação e formação da APB também ofereceu alguns cursos para professores de educação física que atuam nas escolas. Os cursos aconteceram no estado do Mato Grosso e no estado de Tocantins, no ano de 2015 (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2015b).

A área de ciência e tecnologia da APB foi responsável pela realização de quatro Congressos Paradesportivos desde o ano de 2010, até o ano de 2016. O primeiro deles foi realizado na cidade Campinas/SP em 2010; em 2011 aconteceu o segundo Congresso Paradesportivo em Uberlândia/MG; Natal/RN foi a cidade sede do terceiro Congresso; o quarto foi realizado na cidade de Florianópolis/SC, e partir de então a realização do mesmo passou a ser bienal, com sua última edição na cidade de Belo Horizonte/ MG em 2016 (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2016). Os anais de cada uma das edições do congresso estão disponíveis no site da APB (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2016c)

Além dos congressos, a área de ciência e tecnologia da APB em parceria com pesquisadores da área do EP também lançou o livro “Esporte Paralímpico” dos professores Ciro Winckler e Marco Túlio de Mello (MELLO; WINCKLER, 2012), o Guia de Suplementação Nutricional no Esporte Paralímpico (JUZWIAK; MIRANDA, 2013) e o Guia de Orientações para a Saúde de Cadeirantes (ACADEMIA PARALÍMPICA BRASILEIRA, [s.d.]). Esses documentos reúnem informações acerca da história do esporte paralímpico no país, peculiaridades sobre a suplementação nutricional para pessoas com deficiência e também informações sobre os cuidados requeridos por pessoas cadeirantes.

De forma geral, a APB vem buscando fortalecer o EP no país através da capacitação de profissionais para atuarem junto aos atletas e pessoas com deficiência, assim como através de incentivos à produção e publicação do conhecimento científico na área, via Congressos Paradesportivos. Inferimos, a partir dos dados coletados, que as ações da instituição ainda no sentido de formação profissional, são restritas a um determinado público que atua junto às modalidades paralímpicas das quais o CPB é confederação. Porém, no que diz respeito aos Congressos Paralímpicos, estes estão a cada edição buscando ampliar as áreas de

discussão dentro do EP. Em sua primeira edição em 2010, o Congresso contou com quatro áreas temáticas, sendo elas: avaliação em EP; treinamento em EP; formação de recursos humanos para EP; e classificação funcional em EP. Já no ano de 2011, foram incluídas três outras área temáticas: administração e organização em EP; formação de jovens atletas paralímpicos; e lesões e reabilitação em EP. Na terceira edição do Congresso as áreas mantiveram-se as mesmas das de 2011. No ano de 2014 a área de Classificação Funcional no EP ficou de fora, e entraram no programa duas novas temáticas: inovação tecnológica no EP; e psicologia no EP. Em sua quinta edição em 2016, 10 áreas temáticas foram discutidas, a saber: avaliação no EP; classificação funcional no EP; detecção de talentos e formação de jovens atletas paralímpicos; formação de profissionais para o EP; gestão no EP; Inovações tecnológicas no EP; lesões e reabilitação no EP; psicologia no EP; recursos ergogênicos e doping no EP; treinamento de Alto Rendimento no EP. Faz-se interessante ressaltar que até então os congressos do CPB não têm contemplado discussões relacionadas com aspectos sócio culturais do esporte paralímpico. Discussões nesta área temática poderiam ajudar no fomento desta manifestação esportiva e maior inserção da mesma na sociedade brasileira.

5.3 AÇÕES DE MARKETING E COMUNICAÇÃO

As ações de comunicação e de marketing expostas abaixo foram identificadas a partir de entrevistas realizadas com os gestores do CPB, de cada uma dessas áreas, assim como através de consultas ao site da instituição. Ressaltamos que outras ações além das que aqui serão citadas podem ter sido implementadas, porém não foram relatadas pelos gestores durante a pesquisa, assim como também não foram veiculadas pelo site da instituição, ou relatadas nos documentos analisados.

O primeiro projeto elencado pela área de marketing é o “Embaixadores”. Segundo o entrevistado nº 03, o mesmo tem como objetivo projetar a marca do Comitê Paralímpico Brasileiro e o esporte paralímpico através de personalidades brasileiras. O entrevistado explicou que o projeto consiste em selecionar pessoas que possuem uma grande visibilidade na sociedade brasileira, e também em nível internacional, para que esses possam divulgar o esporte paralímpico no país através de suas redes sociais (*Facebook, Instagram, Twitter*). Essas personalidades também

participam de eventos promovidos pelo CPB. Nomes de ex atletas aparecem no quadro do programa, como é o caso de Flavio Canto, Romário, Ronaldinho Gaúcho, Gustavo Kuerten. Também atores famosos são embaixadores do esporte paralímpico brasileiro, como é o caso de Fernanda Lima e Rodrigo Hilbert. O projeto foi lançado em julho de 2015, na cidade do Rio de Janeiro (JORNAL DO BRASIL, 2015), com o intuito de intensificar a divulgação do esporte paralímpico brasileiro, no Brasil e no mundo (RIO 2016, 2015a). Segundo o gestor entrevistado, as informações veiculadas por essas personalidades em suas redes sociais atingem um grande público no país, e até mesmo fora dele. Dentre os 12 embaixadores paralímpicos no país, não há nenhum atleta ou ex-atleta paralímpico, conforme pode ser verificado na página na internet do programa¹⁶.

O programa “Embaixadores”, é bastante similar a um programa lançado pelo IPC no ano de 2008, denominado *Paralympian Ambassadors Programme*. O objetivo deste programa era o de criar um grupo de atletas e ex-atletas paralímpicos que pudessem servir como modelos de inspiração para pessoas com deficiência (atletas ou não), bem como funcionar como ferramentas de comunicação para divulgar o Movimento Paralímpico. Os atletas que compõem o quadro de Embaixadores Paralímpicos do IPC são de diferentes nacionalidades, totalizando um quadro de 11 representantes¹⁷. A seleção dos mesmos se dá através da indicação feita pelos respectivos Comitês Paralímpicos Nacionais (CPN’s). Para serem elegíveis os atletas e ex-atletas devem ter participado de ao menos uma edição das paralimpíadas de inverno ou de verão, terem conquistado ao menos uma medalha paralímpica, não possuírem registros positivos em testes anti-doping e serem considerados modelos positivos para os seus países e para o Movimento Paralímpico (INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE, 2008). Segundo Brittain (2010), este programa faz parte de uma série de estratégias adotadas pelo IPC, a fim de que o Movimento Paralímpico atinja reconhecimento global. Podemos assim inferir que o CPB, na busca também por reconhecimento da marca paralímpica, tenha seguido as ações adotadas pelo órgão máximo do esporte paralímpico.

¹⁶ Informação consultada no site sobre o programa do CPB “Embaixadores”: <http://www.cpb.org.br/web/guest/embaixadores-paralimpicos>, acessado em 20 de julho de 2016.

¹⁷ O nome dos atletas que compõem o programa, a nacionalidade e a modalidade dos mesmos, pode ser visualizado no link: <https://www.paralympic.org/press-release/paralympian-ambassadors-announced>

Ainda que os programas “Embaixadores Paralímpicos” do CPB e do IPC tenham certa similaridade quanto ao seu objetivo, enquanto o IPC tem como base de sua campanha os próprios atletas e ex-atletas paralímpicos, o CPB se utiliza de celebridades nacionais para veicular a imagem do esporte paralímpico na mídia nacional. Ou seja, enquanto o IPC busca enaltecer atletas e ex-atletas que são exemplos para outras pessoas com ou sem deficiência, por seus feitos atléticos e por seu engajamento social (BRITAIN, 2012), o CPB tem como objetivo do programa aumentar a projeção do esporte paralímpico na mídia, através da imagem dessas celebridades e ex-atletas famosos. Uma hipótese que pode explicar essa configuração, é a de que no Brasil o esporte paralímpico, e conseqüentemente, seus atletas, não são ainda muito conhecidos no país.

Para Jaarsma (2014), os embaixadores paralímpicos podem agir como facilitadores para a participação da população no esporte paralímpico. Isto porque o sucesso alcançado por esses atletas pode influenciar a percepção de outras pessoas com ou sem deficiência sobre o seu esporte, assim como também aumentar o conhecimento do público acerca dessa manifestação esportiva, e também atrair mais patrocinadores. Darcy (2015) em um estudo realizado na Austrália, também aponta que o programa “Embaixadores Paralímpicos” foi uma importante ferramenta na promoção da mídia sobre o esporte paralímpico, atraindo patrocinadores e melhorando a venda dos direitos de transmissão midiática dos JP de 2000. Dessa forma, seria interessante se o CPB gradualmente começasse a utilizar a imagem de atletas paralímpicos brasileiros para promover e valorizar o esporte paralímpico no país, ao invés de utilizar a imagem de outras pessoas (como atores, atletas de modalidades olímpicas e empresários) que já possuem sua imagem associada a outras manifestações culturais e esportivas, que não o esporte paralímpico.

Outro projeto agora da área de comunicação do CPB, que foi citado pelo gestor do setor durante a entrevista realizada para essa pesquisa, foi o “Hino Todo Dia”. O programa foi criado para o Mundial de Natação, que aconteceu em agosto de 2016 no Canadá, e consistia na divulgação da *hashtag* “hinotododia” nas redes sociais. A *hashtag* fazia menção ao fato de que todos os dias da competição, competidores brasileiros ganhariam medalhas, e conseqüentemente o hino brasileiro iria tocar. Segundo o entrevistado, a campanha foi um sucesso e, portanto o CPB resolveu levar a campanha adiante, para os Jogos Parapan-Americanos que

aconteceram um mês após o mundial, também no Canadá. A equipe brasileira ganhou 257 medalhas nos Jogos, aumentando ainda mais o sucesso da campanha “#hinotododia”. No *Instagram* a campanha atingiu o número de 1.040 compartilhamentos, sendo que o primeiro foi feito pelo próprio CPB, no dia 2 de junho de 2015, e o último por nós verificado, foi no dia 18 de junho de 2016¹⁸.

O projeto “Coração Paralímpico” lançado em dezembro de 2015 é uma campanha institucional, que visa mobilizar o público no sentido de uma maior aproximação com os atletas paralímpicos do Brasil (RIO 2016, 2015b). O entrevistado nº 01 explicou que a campanha teria três fases: a primeira que foi lançada no final do ano de 2015, denominada “Na mesma batida do coração paralímpico”. Esta convidou o público a vibrar na mesma sintonia que os atletas da delegação brasileira paralímpica nos jogos Rio 2016. O vídeo de lançamento da campanha¹⁹ mostra a relação entre a torcida e os atletas paralímpicos brasileiros através da expressão numérica dos batimentos cardíacos de cada um dos participantes do vídeo, fazendo alusão então ao lema da campanha, que seriam todos na mesma batida do coração paralímpico. A campanha também esteve presente nas mídias digitais do CPB, como *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*, através do uso da *hashtag* “#namesmabatida” em notícias, fotos e vídeos compartilhados nas redes sociais citadas. A segunda etapa da campanha “Coração Paralímpico” foi lançada em março de 2016 e é denominada “#guerreiros”. Essa etapa da campanha busca enfatizar o espírito guerreiro, a força e a determinação dos atletas que participarão do JP em 2016 (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2016d). O vídeo da campanha²⁰ mostra atletas das modalidades de Judô, Natação, Vôlei Sentado e Tiro com Arco competindo e defendendo suas respectivas modalidades na busca por medalhas nos JP Rio 2016. Ao final do vídeo os atletas expressam o orgulho de serem atletas paralímpicos. Essa etapa da campanha, assim como a primeira também está presente nas diversas mídias sociais do CPB. A terceira e última etapa da campanha foi lançada no dia 14 de junho de 2016, e ganhou o nome de #CarregoNo Peito. Segundo a diretora de Marketing do CPB, Ana Bacellar, em entrevista a assessoria de imprensa do CPB, a campanha tem o objetivo de

¹⁸ A hashtag pode ser acompanhada através do ícone de pesquisa no Instagram, pela palavra-chave: #hinotododia. Os dados referentes a essa busca, apresentados nesta pesquisa, foram coletados no dia 20 de junho de 2016.

¹⁹ O vídeo pode ser visualizado no link: <https://www.youtube.com/watch?v=E6H0veE2bg4>.

²⁰ O vídeo da campanha #guerreiros pode ser visualizado no link: <https://www.youtube.com/watch?v=y9z86PQ2Bic>.

despertar o orgulho de ser brasileiro nos torcedores que estarão acompanhando os JP Rio 2016 (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2016e). O vídeo de lançamento da campanha²¹ mostra as muitas conquistas dos atletas paralímpicos brasileiros, através do número de medalhas conquistadas em JP, mundiais e os prêmios recebidos por esses atletas. O intuito desse vídeo é o de mostrar a capacidade e o talento desses atletas e inspirar o público a torcer pela delegação brasileira nos jogos do Rio/2016.

Outro programa elencado nessa subárea de marketing e comunicação é o “Prêmio Paralímpicos”. De acordo com a entrevistada nº 02, responsável pela área de marketing, o evento é realizado sempre no final do ano, e busca homenagear os melhores atletas paralímpicos de cada modalidade. No ano de 2015, o evento elegeu destaques de todas as vinte e duas modalidades que compõem o programa dos JP, assim como técnicos, atletas revelação no ano e também atletas campeões pelo voto popular. A escolha dos vencedores de cada uma das modalidades foi feita por um grupo formado por diretores técnicos do CPB e representantes do Conselho de Atletas do CPB. Atletas já conhecidos do público que acompanhava o esporte paralímpico foram homenageados como melhores atletas em suas modalidades, como é o caso de Daniel Dias (natação), Jovane Guissone (esgrima em cadeira de rodas) e Ricardinho (futebol de cinco). Já na votação popular de melhores atletas do ano, nomes novos surgiram no quadro de homenageados: Silvania Costa (salto em distância) e Luís Carlos Cardoso (atletismo). O prêmio de atleta revelação do ano ficou com Daniel Tavares, também do atletismo (BRASIL 2016, 2015; RIO 2016, 2015c)

O uso das mídias digitais, segundo o entrevistado nº 01, vem se tornando um grande aliado do CPB, pois permite atingir um público considerável e fiel ao esporte paralímpico. Dessa forma, redes como o *Facebook*, o *Instagram*, o *Twitter*, e o próprio site do CPB são locais aonde tanto o segmento de Marketing quanto o de Comunicação da instituição, vêm atuando exaustivamente. O site da instituição foi criado no ano 2000 e conta com informações sobre a estrutura organizacional do CPB, atividades desenvolvidas, competições, legislação referente ao esporte paralímpico no país, e dados sobre a gestão financeira. De acordo com a instituição, o site recebe cerca de 150 mil visitas por mês (COMITÊ PARALÍMPICO

²¹ O vídeo da última etapa da campanha “Coração Paralímpico” pode ser visualizado no link: <https://www.youtube.com/watch?v=EtHieKEXcCk>.

BRASILEIRO, [s.d.]). Já o canal do CPB no *Youtube* é usado para divulgar competições internacionais e nacionais em que atletas brasileiros participam, assim como as campanhas de marketing da instituição. No ar desde agosto de 2010, o canal já teve mais de 812 mil visualizações²². A página do CPB no *Facebook*, ativa desde o ano de 2011, acumula atualmente cerca de 390 mil seguidores²³. Já o *Instagram* da instituição possui mais de 3 mil postagens e conta com cerca de 46 mil seguidores²⁴. Conforme apontam Menezes e Firmino (2016), o esforço do CPB em divulgar o esporte paralímpico através das diferentes mídias digitais tem contribuído para com a ampliação da visibilidade dessa manifestação esportiva no país.

Desde a sua criação, o CPB tem demonstrado uma preocupação no sentido de tentar aproximar o esporte paralímpico da mídia (MIRANDA, 2011). Segundo João Batista Carvalho e Silva, primeiro presidente da instituição, em entrevista concedida a Miranda (2011), o CPB comprou pela primeira vez os direitos de transmissão dos JP de Atlanta- 1996, assim como também convidou e custeou a ida de 2 repórteres e dois fotógrafos para fazerem a cobertura jornalística do evento. O Comitê continuou seguindo a estratégia de comprar os direitos de transmissão dos Jogos e de convidar jornalistas durante as edições dos JP de Sidney - 2000, Atenas-2004 e Pequim - 2008 (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, [s.d.]). O esforço do CPB em aproximar o movimento paralímpico da mídia no Brasil está associado ao fato de que essa manifestação esportiva ainda não se encontra consolidada no país, e dessa forma, não recebe atenção satisfatória dos veículos midiáticos. Para exemplificar, apenas nos JP de Londres 2012 foi que uma transmissora de TV comprou os direitos de transmissão dos Jogos Paralímpicos no país (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, [s.d.]). Marques e Gutierrez (2014) apontam que a cobertura midiática dos JP ainda é inferior a dos JO, e relacionam esse fato com possíveis causas como, por exemplo, o desconhecimento do público acerca dessa manifestação, ou então, ao preconceito que ainda existe por parte de certas empresas em associar seus nomes a atletas com deficiência. Figueiredo e Novais (2010) também verificaram em seu estudo que a mídia brasileira dá maior importância ao JO do que aos JP, associando essa realidade ao fato de que os JP

²² Dados retirados do canal do youtube: <https://www.youtube.com/user/cpboficial/about>, acessado em 30 de set de 2016.

²³ Dados retirados da página na internet do CPB: <https://www.facebook.com/ComiteParalimpico/likes/> acessado em 20 de out de 2016.

²⁴ Dados retirados da conta @ocpboficial, no aplicativo *Instagram*, acessado em 10 de out de 2016.

são vistos ainda como um evento paralelo as Olimpíadas, e portando, de menor importância.

O problema de inserção midiática do esporte paralímpico não é uma questão apenas da mídia brasileira. Brittain (2010) discorre sobre as dificuldades do IPC em comercializar a Marca Paralímpica e torna-la mundialmente conhecida. Nesse sentido, o autor aborda estratégias utilizadas pelo órgão a fim de aproximar o esporte paralímpico do consumidor esportivo. Exemplos destas estratégias são: o site do IPC, o canal da instituição no *Youtube*, uma revista da instituição disponibilizada mensalmente no site do IPC, entre outras estratégias. Para DePauw (1997) e Hardin (2012), o problema da inserção midiática do esporte paralímpico está associado ao fato de que os corpos de pessoas com deficiência não correspondem à construção social que existe acerca do corpo atlético. Ou seja, os atletas com deficiência não são vistos pela sociedade em geral, como atletas de alto rendimento. Hardin (2012), Howe (2008), Golden (2003) em suas pesquisas com diferentes mídias, apontam ainda que o fato de os corpos dos atletas paralímpicos não corresponderem aos ideais de força e potência dos atletas vistos como “normais” é um dos fatores que contribui para a baixa cobertura dessa manifestação esportiva pela mídia.

A baixa visibilidade midiática do esporte paralímpico acarreta em um baixo número de patrocinadores interessados em investir nessa manifestação esportiva. Isto ocorre devido ao fato de que as empresas e marcas optam por investir em atletas ou equipes que possuem uma imagem já consolidada perante ao público consumidor, ou seja, que possuem fãs fiéis e que liguem as marcas que patrocinam seus atletas ou equipes preferidos a ideias positivas. O trabalho tanto do IPC, quanto do CPB em aproximar o esporte paralímpico da mídia visa fortalecer essa manifestação esportiva e torna-la um produto comercialmente valioso.

6. AS PRIORIDADES DO CPB FRENTE AO SEU PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E À LEGISLAÇÃO ESPORTIVA VIGENTE

Ao analisarmos o CPB como uma instituição privada, dotada de autonomia para a execução de suas ações, identificamos por meio do seu estatuto que a mesma tem como finalidade representar, coordenar e dirigir o segmento esportivo paralímpico brasileiro nos níveis nacional e internacional. Esta finalidade está alinhada com o que propõe o IPC, instituição máxima do esporte paralímpico, a qual determina que os comitês paralímpicos nacionais e ele filiados contribuam para o desenvolvimento do movimento paralímpico mundialmente (INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE, 2003). Dessa forma, o IPC, juntamente com os comitês nacionais, buscam permitir que os atletas paralímpicos alcancem excelência esportiva e possam “inspirar e excitar o mundo”, tendo como aspiração tornar a sociedade mais inclusiva à pessoas com deficiência, através do esporte.

Alinhado com a proposta do IPC, o CPB delineou sua missão através de quatro tópicos, os quais buscam nortear o desenvolvimento das ações da instituição. Esses quatro tópicos são divididos em dois eixos norteadores: o primeiro está concentrado nos aspectos relacionados ao desenvolvimento e representação do movimento paralímpico enquanto marca da excelência esportiva do alto rendimento no campo do esporte paralímpico; e o segundo está voltado à promoção e ao desenvolvimento dos diversos esportes paralímpicos no país e ao fomento da universalização do acesso ao esporte para pessoas com deficiência (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2011) .

Ao analisarmos os dados apresentados até então, concluímos que o CPB tem privilegiado, através de suas ações, o primeiro eixo, o qual engloba aspectos relacionados à organização e representação da delegação brasileira em JP e competições internacionais do EP. Esta área teve uma constante evolução no período analisado, a julgar pelos resultados positivos obtidos nos JP e nas competições mundiais nos quais as delegações brasileiras participaram. Como exemplos dessas competições, podemos citar os JP de Londres/2012, no qual a delegação brasileira conquistou a sétima posição, os Jogos Parapan-Americanos de Toronto/2015 onde o Brasil conquistou o 1º lugar, e também os JP do Rio 2016, onde o país ficou com a oitava colocação.

As conquistas da delegação brasileira no decorrer dos cinco anos, de acordo com o que analisamos, estão ligadas à implementação do PE 2010-2016 do CPB. Isto porque dos 12 projetos implantados, 10 deles estavam voltados ao treinamento e ao atendimento de atletas de alto rendimento do EP. A finalidade destes era a preparação de atletas de ponta, ou então a provisão de condições de treinamento para os mesmos e para a participação nos JP de Londres 2012 e do Rio 2016. As premissas sob as quais esses projetos foram elaborados e executados seguem o que a literatura internacional aponta como itens indispensáveis ao bom desempenho esportivo de países em competições internacionais. Dentre esses itens podemos citar as instalações esportivas para o treinamento de atletas, elencado por De Bosscher *et. al.* (2009) como um dos nove pilares indispensáveis para o sucesso esportivo, e apontado por Green e Houlihan (2005) como fator relevante para as nações que pretendem conquistar bons resultados internacionais no esporte. Outro item são as competições de alto nível organizadas no país, onde os atletas podem aprimorar suas habilidades e se habituarem a competição (DE BOSSCHER *et al.*, 2009; GREEN; OAKLEY, 2001; HOULIHAN; ZHENG, 2013). A preocupação com o pós carreira é também um item verificado na literatura internacional como indispensável ao sucesso esportivo (DE BOSSCHER *et al.*, 2006).

De Bosscher *et. al.* (2006) propuseram um modelo onde nove pilares são elencados como itens indispensáveis para que uma nação obtenha bons resultados em competições esportivas internacionais. Neste modelo, a porta de entrada para a efetivação de projetos e programas são os recursos financeiros dos quais o esporte dispõe. No caso do CPB, em que a fonte dos recursos financeiros é majoritariamente pública, há uma certa estabilidade na entrada desses recursos. Isso porque, o que garante o repasse de verba pública de forma regular ao CPB, é a Lei Pelé, a qual designou o CPB como entidade matriz e instituição responsável por elaborar e executar as atividades referentes ao esporte paralímpico e aos subsistemas específicos²⁵ desse, no Brasil (BRASIL, 1998). A lei permite que o CPB utilize a maior parte desses recursos em atividades voltadas ao alto rendimento, desde que os recursos sejam aplicados em fomento ao treinamento, em viagens para competições ou treinamentos, em preparação de recursos humanos para atuar

²⁵ São consideradas instituições componentes do subsistema do esporte paralímpico brasileiro as entidades filiadas ou vinculadas ao CPB (associações, federações, confederações, ligas).

junto ao EP e na manutenção das entidades de administração do EP no Brasil. Traduzindo essas informações em valores numéricos, dos R\$ 333 milhões de reais recebidos pelo CPB durante o período analisado, 60% deles foram provenientes das Leis Pelé e Lei Agnelo/Piva. Como a única ressalva para a utilização desses recursos são os 15% que deverão ser utilizados no esporte escolar e universitário, podemos inferir então que cerca de R\$ 170 milhões de reais, provenientes dos cofres públicos, foram utilizados no desenvolvimento de projetos de alto rendimento para o esporte paralímpico no Brasil. A esse valor, ainda podemos somar os convênios firmados com o ME, os quais visaram também a preparação das equipes de alto rendimento brasileiras, e transferiram ao CPB durante esses cinco anos cerca de R\$ 60 milhões de reais.

Além de financiar projetos de forma direta, o CPB também repassa parte dos recursos recebidos via Lei Agnelo Piva às confederações a ele filiadas de acordo com o estabelecido por esta lei. Verificamos que algumas confederações recebem repasses significativamente maiores do que outras, o que compromete o desenvolvimento das diferentes modalidades paralímpicas de forma igualitária, no país. Esta configuração compromete o desenvolvimento do segundo eixo da missão estabelecida pelo CPB, no qual a entidade se propõe a promover os diversos esportes paralímpicos. Isto porque as confederações que receberam os menores repasses no período analisado são justamente as confederações que possuem pouca tradição no EP brasileiro, e conseqüentemente aquelas que recebem menor atenção por parte da mídia, e também possuem poucos ou nenhum patrocinador. Verificamos que possivelmente essa condição está atrelada ao fato de que o CPB investe mais recursos em modalidades que já apresentam tradição em conquistar medalhas em JP, e que segundo o que apontam Green e Houlihan (2005), têm mais chances de obter sucesso nas competições internacionais. Esse panorama constitui um círculo vicioso, onde as confederações e os esportes que possuem maior tradição e reconhecimento tendem a mantarem-se no topo, enquanto as novas instituições que surgem no contexto paralímpico, continuam anônimas e recebendo poucos recursos financeiros para o seu desenvolvimento.

No que diz respeito à missão do CPB de oportunizar a universalização do acesso das pessoas com deficiência à prática a esportiva em seus diversos níveis, verificamos que o CPB desenvolveu dois projetos na área de desenvolvimento de seu planejamento estratégico, sendo que um deles perdurou durante todo o período

analisado: as parolimpíadas escolares, e o outro foi executado somente durante os três primeiros anos: Clube Escolar Paralímpico. Ambos foram destinados a atenderem crianças e adolescentes em idade escolar. Durante a nossa pesquisa, com ressalva ao Projeto Clube Escolar Paralímpico que trabalhou com a iniciação esportiva para crianças e jovens com deficiência, não detectamos o desenvolvimento de nenhum outro programa ou projeto que visasse atender pessoas com deficiência em idade adulta e que praticassem o EP fora do ambiente de alto rendimento.

Os projetos realizados na área de desenvolvimento do PE analisado foram implementados com recursos advindos dos 10% do total de recursos repassados ao CPB via Lei Agnelo/Piva, que por força de Lei devem ser utilizados obrigatoriamente com o esporte escolar. Durante os primeiros três anos analisados, esse total foi dividido entre os dois projetos desenvolvidos na área, porém a partir do ano de 2013, as Parolimpíadas Escolares passaram a ser o único projeto beneficiado com tais recursos. O projeto Clube Escolar foi suspenso nesse mesmo ano por falta de recursos financeiros. Entretanto, o repasse de recursos via Agnelo Piva sofreu incremento de cerca de R\$ 3 milhões de reais nesse mesmo período, quase o dobro do valor que o projeto custava ao CPB anualmente (cerca de R\$ 1,2 milhões). A partir do exposto, entendemos então que o CPB passou a priorizar a efetivação de um projeto escolar onde era possível identificar crianças e jovens que pudessem desportar no alto rendimento. Essa configuração é prevista no decreto de lei nº 7.984/2013, o qual regulamenta a Lei Pelé e prevê a destinação de recursos para o esporte escolar onde estudantes com talento esportivo possam desenvolver suas habilidades (BRASIL, 2013). Esta ação do CPB revela mais uma vez a propensão desta entidade em atender a demanda do esporte de alto de rendimento em detrimento das demais manifestações esportivas.

Entendemos que, o desenvolvimento do esporte paralímpico de alto rendimento é legítimo e previsto na constituição federal, sendo uma das possibilidades de manifestação esportiva passível de financiamento público, em casos específicos. Entretanto, no presente caso, a exceção tornou-se regra, uma vez que a Lei Pelé oficializou o CPB como entidade matriz do segmento paralímpico brasileiro, e garantiu ao mesmo o repasse de recursos públicos em maior parte (85%) ao alto rendimento. . Desta forma, deixou-se desamparada grande parte da população brasileira com alguma deficiência que, ao não ter interesse no alto

rendimento esportivo, acaba por não ter uma opção para a prática esportiva adaptada. O ME não tem ações voltadas especificamente para oferecer atividades esportivas para pessoas com deficiência. O Programa de Esporte e Lazer e Lazer na Cidade (PELC), prevê a participação de pessoas com deficiência em suas atividades, entretanto um estudo desenvolvido por Teixeira e Noronha (2015) verificou que apenas 2% das pessoas atendidas pelo programa afirmam ter algum tipo de deficiência. O Programa Segundo Tempo (PST), em suas diretrizes (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2016), nem sequer menciona em seu público-alvo crianças e jovens com deficiência.

Em relação ao direito das pessoas com deficiência de acesso ao esporte e lazer, foi promulgada no Brasil em 2009, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, por meio do decreto nº 6.949/2009 (BRASIL, 2009). No referido documento, em seu Artigo n. 30 – “Participação na vida cultural e em recreação, lazer e esporte” - são elencadas medidas para a promoção da participação de pessoas com deficiência, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, em atividades de esporte, lazer e recreação. Entre tais medidas podemos citar o incentivo e a promoção de participação das pessoas com deficiência nas atividades esportivas comuns em todos os níveis; assegurar às pessoas com deficiência a oportunidade de organizar, desenvolver e participar de atividades esportivas, de recreação e lazer; assegurar às crianças com deficiência a participação em jogos e atividades recreativas, esportivas e de lazer, inclusive no sistema escolar, em igualdade de condições com as demais. Entretanto, conforme os apontamentos feitos até então neste trabalho, tais ações não estão sendo colocadas em prática até onde pudemos verificar. No ano de 2015, outra lei foi instituída no país, buscando garantir os direitos da pessoa com deficiência. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, conhecida também como Estatuto da Pessoa com Deficiência. Esta lei se destina a “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015). No tocante à garantia do esporte para pessoas com deficiência, a Lei no seu capítulo IX assegura o direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Conforme discutido no capítulo sobre as fontes de financiamento do CPB, esta Lei garantiu um aumento significativo no repasse de recursos via Lei Agnelo/Piva à instituição. Porém novamente a

legislação brasileira reforça o fomento ao esporte de alto rendimento por meio de uma instituição privada autointitulada de OSCIP, e omite a responsabilidade do estado, de garantir o direito de acesso ao esporte das pessoas com deficiência.

Ao analisarmos especificamente a Lei Agnelo/ Piva nos deparamos com uma contradição entre o que esta instituí e com o que a constituição brasileira prevê. Conforme mencionado anteriormente, o uso de recursos públicos para a promoção do esporte de alto rendimento é previsto na Constituição Federal, porém para casos específicos, conforme o Artigo 217, inciso II dispõe “a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento” (BRASIL, 1988). Já a Lei Agnelo/Piva institui que apenas 15% do total de recursos públicos, advindos das loterias federais que são repassados ao CPB, devem ser obrigatoriamente utilizados nessa manifestação esportiva (BRASIL, 2001). Para Bueno (2008), a Lei Agnelo/Piva inverteu as determinações da CF de 1988, dando prioridade para o esporte de rendimento, que deveria ser atendido apenas em casos específicos. Castro e Souza (2016), apontam que a referida Lei regulamentou o repasse permanente de recursos públicos para o esporte de alto rendimento, deixando de priorizar o esporte educacional. A contradição entre esta Lei e a Constituição Federal também é levantada por Veronez (2005). De acordo com o autor, o investimento de recursos públicos prioritariamente no esporte de alto rendimento é inconstitucional.

Outro ponto onde o que é previsto por Lei e o que é colocado em prática pelo CPB apresenta uma contradição, é o caso de a instituição receber o título de OSCIP, e ser designada entidade matriz do segmento paralímpico brasileiro pela legislação desportiva do país. O artigo 3º da Lei das OSCIP's instituí que no âmbito de atuação dessas organizações, deve ser observado o princípio da universalização dos serviços. Isto, ao nosso ver, não se consolida nas ações do CPB, uma vez que as suas ações priorizam o desenvolvimento atletas de alto rendimento em detrimento do atendimento a cidadãos comuns. Violin (2010, p. 277) aponta que ao delegar às OSCIP's a prestação de serviços que deveriam ser prestados pelo Estado, esse “abstém-se de fazer uma política social universal compulsória, não-contributivista e gratuita”. Essas instituições, por sua vez, prestam serviços que tendem a não atender uma demanda social abrangente. Tais instituições executam programas e projetos com um foco restrito a pequenos segmentos da sociedade,

gerando uma exclusão em massa de certas populações (VIOLIN, 2010). Veronez (2005) também problematiza o repasse de recursos públicos a instituições privadas, pois o investimento desses recursos nas atividades fins, fica a critério das instituições, não havendo nenhum tipo de intervenção do Estado no planejamento ou implementação das mesmas. Entendemos assim que o CPB faz parte dessa parcela de instituições que restringe o público alvo de suas ações à uma pequena parcela de indivíduos brasileiros, ou seja, àqueles que tem o potencial para serem atletas de alto rendimento no esporte paralímpico.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito do presente trabalho foi o de **investigar as prioridades do CPB frente ao seu planejamento estratégico 2010- 2016 e à legislação desportiva vigente**. Para respondermos esse objetivo, iniciamos a apresentação de nossos dados com a descrição da instituição, sua finalidade e as bases legais que lhe cabem. Passamos então para os dados financeiros da instituição, as fontes de recursos financeiros dessa e a utilização desses pelo Comitê. A partir de então iniciamos a apresentação e análise do PE 2010-2016, com a descrição dos projetos implementados pela instituição. Finalizamos esboçando as relações existentes entre o que CPB institui como sua missão, o que a legislação brasileira prevê que a instituição faça, e qual o produto final apresentado nesses cinco anos de desenvolvimento de atividades do PE analisado. Ressaltamos que tivemos algumas dificuldades de acesso aos dados financeiros da instituição, decorrentes da falta de transparência e inconsistência apresentadas nos diferentes documentos analisados, referentes ao financiamento desta. Uma vez que a mesma recebe recursos públicos, é sua obrigação disponibilizar estas informações ao público de forma clara e acessível.

O Comitê Paralímpico Brasileiro é o responsável por elaborar e coordenar as ações do esporte paralímpico no país, de acordo com o estipulado pela Lei Pelé. De acordo com o estatuto da instituição, esta tem como finalidade a representação e coordenação do segmento esportivo paralímpico brasileiro tanto em nível nacional quanto internacional. No tocante a missão da instituição, essa desdobra-se em duas linhas centrais: 1) representar o desporto paralímpico no país e organizar a participação das delegações paralímpicas brasileiras em competições internacionais; e 2) promover tanto o desenvolvimento dos diversos esportes paralímpicos no país assim como a universalização do acesso das pessoas com deficiência à prática esportiva em seus diversos níveis.

O volume de recursos captados pela instituição ao longo do período analisado foi crescente, saindo de um total de R\$ 35 milhões em 2010, para R\$ 79 milhões em 2015. O aumento no volume de recursos repassados ao CPB foi resultado de um valor sempre crescente advindo da Lei Agnelo/Piva e também do patrocínio da

Caixa Econômica Federal. Com exceção dessa última, os demais patrocinadores não tiveram uma relação duradoura com o Comitê. A partir da análise dos balanços financeiros da instituição concluímos que esta é dependente de recursos estatais para desenvolver suas ações.

Não pudemos verificar a destinação dos recursos do CPB de acordo com os itens estipulados pelo decreto de lei nº 5.139/2004 devido a falta de detalhamento nos dados apresentados pela instituição em seus balanços financeiros. Pudemos verificar, no entanto, que o CPB repassou às confederações a ele filiadas anualmente, cerca de 32% do total de recursos captados via Lei Agnelo/Piva. Este total não foi distribuído de forma igualitária entre as confederações. As confederações que gerenciam mais de uma modalidade receberam um volume de recursos maior do que as demais, como foi o caso da Associação Nacional de Desporto para Deficientes, Confederação Brasileira de Deficientes Visuais e Associação Brasileira de Desportos para Deficientes Mentais. Essas confederações também são instituições tradicionais dentro do esporte paralímpico, o que confere a elas uma estabilidade administrativa, assim como maior domínio do meio no qual estão inseridas. As confederações criadas mais recentemente, como a Associação Brasileira de Rugby em Cadeira de Rodas e a Confederação Brasileira de Canoagem, receberam anualmente apenas cerca de 1% do total dos recursos repassados às confederações. Isto denota que o CPB não tem priorizado a meta instituída por ele de promover o desenvolvimento de todos os esporte paralímpicos, uma vez que o fomento financeiro é um dos, se não o principal, meio pelo qual uma instituição pode desenvolver-se.

Com relação ao Planejamento estratégico do CPB para os anos de 2010 a 2016, verificamos que este priorizou a preparação e o treinamento de atletas para os JP de Londres 2012 e Rio 2016. Dos 18 projetos propostos inicialmente no documento, a instituição implementou 12. Desses, 10 focaram em ações relativas ao atendimento das necessidades de treinamento de atletas classificados pelo CPB e pelas confederações do esporte paralímpico como atletas com potencial de ganhar medalhas nos JP. Entre esses projetos, destacam-se o Projeto Ouro, o Time São Paulo ou Time Rio e as Seleções Paralímpicas Permanentes.

A estratégia elaborada e executada pelo CPB, através de seu PE, trouxe resultados expressivos para as delegações paralímpicas dos Jogos de Londres 2012 e do Rio 2016. No primeiro, foram 43 medalhas conquistadas, sendo 21 dessas de

ouro. Esse desempenho levou o país ao 7º lugar no ranking de medalhas dos Jogos. Já na edição do Rio 2016, o Brasil conquistou um número ainda maior de medalhas (72 medalhas), obtendo também medalhas inéditas nas modalidades de canoagem, ciclismo, halterofilismo e vôlei sentado. Esses resultados levaram o CPB a atingir quase que 100% das metas instituídas para a área de alto rendimento do PE, para os dois ciclos paralímpicos.

Durante a implementação dos projetos propostos, pudemos verificar conforme discutido ao longo do trabalho, que as ações do CPB estão em consonância com alguns elementos do que a literatura internacional aponta como essenciais para a obtenção de sucesso esportivo internacional. A captação de recursos financeiros, a abordagem multiprofissional oferecida aos atletas durante seus treinamentos, os centros de treinamento e a preocupação com a situação pós-carreira esportiva desses atletas são exemplos de como o PE estratégico do CPB esteve voltado ao sucesso dos atletas paralímpicos no mais alto nível de rendimento.

Com relação à área de desenvolvimento do esporte paralímpico, os resultados não são mensuráveis pelo número de conquistas, ou então pela implementação ou não de projetos. Podemos afirmar a partir dos dados aqui analisados, que apenas um projeto, dos 07 propostos na área de desenvolvimento do EP foi implementado e teve perenidade nos 5 anos analisados. O outro projeto implementado foi o Clube Escolar Paralímpico, em 2010, porém esse foi extinto no ano de 2013, por falta de verbas. A falta de comprometimento do CPB com a área de desenvolvimento denota que a instituição realizou uma política emergencialista com relação ao EP brasileiro, focando suas ações no treinamento de atletas que poderiam trazer resultados para o país no ciclo dos JP Rio 2016. Até mesmo o Projeto Paalímpiadas Escolares que se propõe a atender escolares praticantes de modalidades paralímpicas possui um viés meritocrático e competitivo, tendo como finalidade a detecção de possíveis talentos esportivos para representarem o país nas próximas competições mundiais do EP. Com relação aos investimentos financeiros na área, verificamos que o CPB destinou à mesma apenas o mínimo exigido por lei, que eram os 10% do total do repasse recebido via Lei Agnelo/Piva.

A partir das análises realizadas neste trabalho, podemos concluir que o CPB apresentou um bom desempenho no desenvolvimento de suas atividades ligadas ao primeiro eixo de sua missão: o esporte de alto rendimento. Os resultados apresentados pela instituição demonstraram que o investimento de recursos

financeiros aliado a uma gestão de qualidade e comprometida resultaram no posicionamento do Brasil entre as 8 maiores potências do esporte paralímpico mundial. Entretanto, o investimento da quase que totalidade de recursos da instituição no esporte de alto rendimento comprometeu o desenvolvimento do segundo eixo da missão do CPB: o desenvolvimento dos diversos esportes paralímpicos e a promoção do acesso da população com deficiência à prática esportiva. Estes itens também não recebem atenção por parte de outras entidades de administração do esporte em nível nacional, como por exemplo o ME. Ou seja, a legislação desportiva brasileira delega ao CPB a função de entidade matriz do segmento paralímpico no país e omite-se de oferecer a população com deficiência o direito à prática esportiva, em outras manifestações que não a do alto rendimento. Infelizmente, essa mesma legislação desportiva permite que a quase que totalidade de recursos públicos repassados ao CPB sejam utilizados no esporte de alto rendimento, contrariando o que a própria constituição brasileira aponta.

O CPB é uma instituição privada, mantida majoritariamente por recursos públicos. Portadora do título de OSCIP, a instituição matriz da manifestação esportiva paralímpica brasileira, direciona a quase que totalidade de suas ações ao esporte paralímpico de alto rendimento. Tal ação contraria o que a CF prevê quanto ao repasse prioritário de recursos públicos à manifestação do esporte educacional. Ao aplicar a maior parte do montante de seus recursos no alto rendimento, a instituição restringe o público atendido por seus projetos a uma parcela ínfima da população. A corrida desenfreada em buscas de medalhas exige das nações a cada ciclo olímpico/ paralímpico um investimento de recursos crescentes, o que acaba por deixar desamparada a população que busca no esporte uma maior qualidade de vida/ lazer/ saúde. Entendemos que o investimento de recursos públicos no esporte de alto rendimento não é em si um problema. Porém a priorização do esporte de alto rendimento por parte do Estado em detrimento das demais manifestações esportivas fere um direito dos cidadãos brasileiros: o acesso a prática esportiva.

Este estudo debruçou-se sobre as ações de uma única entidade de administração do esporte paralímpico no país. Porém destacamos que esta é a entidade matriz deste segmento a nível nacional, e que cabe a ela a elaboração e coordenação das ações deste. Reconhecemos ainda que o período analisado precedeu os JP Rio 2016, e portanto, foi marcado por ações que visaram o bom desempenho da delegação paralímpica brasileira nos Jogos dos quais esta foi

anfitriã. Porém iniciando agora uma nova etapa, pós jogos, seria necessário que o ME e os órgãos competentes repensassem a estrutura esportiva paralímpica brasileira, na qual uma única entidade é responsável pelo desenvolvimento de todo o sistema dessa manifestação esportiva. Esperamos que o CPB, ao delinear o seu próximo PE, estenda a sua gestão à projetos que visem não apenas o alto rendimento, e sim a população brasileira de forma ampla e democrática.

Apontamos por fim, a necessidade de mais estudos que investiguem gestão do EP no país e aprofundem análises sobre as ações desenvolvidas em prol desta manifestação esportiva nas diferentes instancias governamentais (estados e municípios). Também são necessários estudos que busquem analisar a gestão das diferentes instituições que ofertam esporte e lazer para pessoas com deficiência no país, a fim de identificar quem são os beneficiados por tais ações e os mecanismos de financiamento destas instituições. Sinalizamos ainda a possibilidade de avanço das análises aqui propostas, para o novo ciclo de gestão do CPB que se iniciou após o encerramento dos JP Rio 2016.

8. REFERÊNCIAS

ACADEMIA PARALÍMPICA BRASILEIRA. **Orientações de Saúde para Cadeirantes.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/documents/20181/32567/Saude_Cadeirante.pdf/9f612a93-d30f-4fcf-93c5-3611056734d8>.

ACADEMIA PARALÍMPICA BRASILEIRA. **Regimento interno da academia paralímpica brasileira.** Brasília, Brasil: [s.n.]. Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/web/guest/apresentacao>>.

AGRESTA, M. C.; BRANDÃO, M. R. F.; NETO, T. L. DE B. Causas e consequências físicas e emocionais do término de carreira esportiva. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 14, n. 6, p. 504–508, 2008.

ALFERMANN, D.; STAMBULOVA, N.; ZEMAITYTE, A. Reactions to sport career termination: A cross-national comparison of German, Lithuanian, and Russian athletes. **Psychology of Sport and Exercise**, v. 5, n. 1, p. 61–75, 2004.

ALMEIDA, B. S. DE. **Financiamento do Esporte Olímpico e suas relações com a política no Brasil.** [s.l.] Universidade Federal do Paraná, 2010.

ALMEIDA, B. S. DE; MARCHI JÚNIOR, W. Comitê olímpico Brasileiro e o financiamento das confederações brasileiras. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte (Impresso)**, v. 33, n. 1, p. 163–179, 2011.

ARAÚJO, P. F. DE. **Desporto Adaptado no Brasil: origem , institucionalização e atualidade.** [s.l.] Universidade Estadual de Campinas, 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTES PARA DEFICIENTES MENTAIS. **Associação Brasileira de Desportos para Deficientes Mentais.** Disponível em: <<http://www.abdem.com.br/sobre/>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS PARA CEGOS. **Associação Brasileira de Desportos para Cegos.** Disponível em: <<http://www.deficientesemacao.com/entidades-esportivas/108-associacao-brasileira-de-desportos-para-cegos-abdc>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA DEFICIENTES. **Associação Nacional de Desporto para Deficientes.** Disponível em: <<http://www.ande.org.br/>>. Acesso em: 7 set. 2015.

AZEVEDO, P. H. ARTIGO DE REVISÃO O nível de participação do Estado na gestão do esporte brasileiro como fator de inclusão social de pessoas portadoras de deficiência as a factor of social inclusion for handicapped individuals. p. 77–83, 2004.

BASSANI, J. J.; TORRI, D.; VAZ, A. F. Sobre a presença do esporte na escola: paradoxos e ambigüidades. **Movimento (ESEF/UFRGS)**, v. 9, n. 2, p. 89–112, 2007.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência** BrasilDiário Oficial da República Federativa do Brasil, , 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>

BRASIL 2016. **O Brasil entre os melhores do mundo em 2016**. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/incentivo-ao-esporte/plano-brasil-medalhas>>. Acesso em: 20 set. 2016.

BRASIL 2016. **Prêmio Paralímpicos 2015 homenageia melhores atletas do ano**. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/noticias/premio-paralimpicos-2015-homenageia-melhores-atletas-do-ano>>.

BRASIL 2016. **Medalhistas do Brasil nos Jogos Paralímpicos Rio 2016**. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/paraolimpiadas/medalhistas-do-brasil-nos-jogos-paralimpicos-rio-2016>>. Acesso em: 20 out. 2016.

BRITTAI, I. Media, Marketing and Disability Sport. In: **The Paralympic Games Explained**. Abingdon: Routledge, 2010. p. 72–90.

BRITTAI, I. The Paralympic Games as a force for peaceful coexistence. **Sport in Society**, v. 15, n. 6, p. 855–868, 2012.

BUENO, L. **Políticas Públicas do Esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento**. [s.l.] Fundação Getúlio Vargas, 2008.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Fundo de Desenvolvimento das Loterias**. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/informacoes-financeiras/processo-de-contas-anuais/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

CARDOSO, U. C. **OSCIPI: organização da sociedade civil de interesse público**. Brasília: SEBRAE, 2014.

CASQUEIRA, T. **Judô Paralímpico recebe Centro de Referência pensando nos Jogos Rio-2016**. Disponível em: <<http://cbd.org.br/noticia/judo-paralimpico-recebe-centro-de-referencia-pensando-nos-jogos-rio-2016>>. Acesso em: 18 set. 2016.

CASTRO, S. E. B. DE; SOUZA, D. L. DE. Os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 : propostas para o esporte educacional , de participação e de rendimento. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 29, n. 3, p. 507–518, 2016.

CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE. **Projeto Garimpando Memórias** Escola de Educação Física- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, , 2002.

CHIAVENATO, I.; SAPIRO, A. **Planejamento Estratégico: fundamentos e aplicações**. 3ª ed ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

COAKLEY, J. Age and ability: barriers to participation and inclusion? In: **Sports in society: issues and controversies**. [s.l.] McGraw-Hill Higher Education, 2014. v. 11p. 720.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. **Planejamento estratégico do esporte paraolímpico brasileiro 2010 - 2016** 1BrasiliaComitê Paralímpico Brasileiro, , [s.d.]. Disponível em: <http://gestaorecursos.cpb.org.br/outras_planos.php>

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. **Comitê Paralímpico Brasileiro: quatro ano de vitórias 2009-2012**. Brasília: Comitê Paralímpico Brasileiro, [s.d.].

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. **Planejamento Estratégico 2010-2016** Brasília, 2009a. Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/wp>>

content/uploads/Planejamento-Estrategico-2010-2016.pdf>

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. **Regulamento de prestação de contas de convênios**Brasil, 2009b.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. Brasil Paraolímpico. **Clube Escolar Paraolímpico**, p. 25, 2010a.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. Brasil Paraolímpico. **Planejamento em busca do ouro.**, p. 25, 2010b.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. **CPB inaugura em Uberlândia a sede do primeiro centro paraolímpico de referência da modalidade.**

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. O Comitê Paralímpico Brasileiro e seus 15 anos. **34**, p. 6–7, jun. 2010d.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. **Estatuto Social**Brasil, 2011.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. **Time Rio.**

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. **CPB TESTA CONHECIMENTO DE ATLETAS POR GAME.**

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. **Obras.**

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. **Institucional.** Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/>>. Acesso em: 16 out. 2015.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. **Comitê Paralímpico Brasileiro lança programa de Transição de Carreira para atletas.** Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/>>. Acesso em: 27 jun. 2016a.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. **Curso para Professores.**

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. **Seleção Brasileira de atletismo realiza o primeiro treino no CT Paralímpico Brasileiro, em São Paulo.** Disponível em: <http://www.cpb.org.br/web/guest/noticias/-/asset_publisher/4F5HH8UM8HYf/content/selecao-brasileira-de-atletismo-realiza-o-primeiro-treino-no-ct-paralimpico-brasileiro-em-sao-pau-1?inheritRedirect=false&redirect=http%3A%2F%2Fwww.cpb.org.br%2Fweb%2Fguest%2F>. Acesso em: 17 jul. 2016a.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. **Antidopagem.** Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/web/guest/legislacao1>>. Acesso em: 20 set. 2016b.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. **Acadêmia Paralímpica Brasileira.** Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/web/guest/apresentacao>>. Acesso em: 20 out. 2016c.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. **Campanha exalta o “espírito guerreiro” dos atletas paralímpicos.** Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/noticias/cpb-lanca-nova-fase-da-campanha-rumo-aos-jogos-paralimpicos-rio-2016>>.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. **CPB lança nova fase da campanha Coração Paralímpico com ênfase no orgulho brasileiro.** Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2016e.

COMITÊ PARAOLÍMPICO BRASILEIRO. **Estatuto- Comitê Paraolímpico Brasileiro**Rio de Janeiro, Brazil, 1995.

COMITÊ PARAOLÍMPICO BRASILEIRO. **Estatuto Comitê Paraolímpico Brasileiro** Brasília, 2008.

COTTINGHAM, M.; GEARITY, B.; BYON, K. A Qualitative Examination of Disability Sport Executives' Perceptions of Sport Promotion and the Acquisition of Sponsors. **Sport Marketing Quarterly**, v. 22, p. 92–100, 2013.

CRESSWELL, J. W. et al. An Expanded Typology for Classifying Mixed Methods Research Into Designs. In: **Handbook of Mixed Methods in Social and Behavioral Research**. Thousand Oaks: [s.n.]. p. 209–240.

DARCY, S. Paralympic Legacy: Learning from Sydney 2000 to Prepare for Tokyo 2020. **Journal os the Nippon Foundation Paralympic Research Group**, v. 4, p. 43–64, 2015.

DAVID, F. R. **Strategic Management: concepts e cases**. 7ª ed ed. Upper Saddle River: Prentice Hall Inc., 1999.

DE BOSSCHER, V. et al. A Conceptual Framework for Analysing Sports Policy Factors Leading to International Sporting Success. **European Sport Management Quarterly**, v. 6, n. 2, p. 185–215, 2006.

DE BOSSCHER, V. et al. Explaining international sporting success: An international comparison of elite sport systems and policies in six countries. **Sport Management Review**, v. 12, n. 3, p. 113–136, 2009.

DEPAUW, K. P. The (In)Visibility of DisAbility: Cultural Contexts and “Sporting Bodies”. **Quest**, v. 49, p. 416–430, 1997.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL- UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **UFU inaugura o primeiro Centro de Treinamento de Halterofilismo Paraolímpico**. Disponível em: <<http://www.historicodirco.ufu.br/content/ufu-inaugura-o-primeiro-centro-de-treinamento-de-halterofilismo-paraol%25C3%25ADmpico>>. Acesso em: 18 set. 2016.

FERRAREZI, E. R. **A Reforma do marco legal do Terceiro Setor no Brasil: a criação da Lei das Oscip (Lei 9 . 790 / 99)**. [s.l.] Universidade de Brasília- UNB, 2007.

FIGUEIREDO, T. H.; NOVAIS, R. A. A visão bipolar do pódio: olímpicos versus paraolímpicos na mídia on-line do Brasil e de Portugal. **Logos**, v. 17, n. 2, p. 78–89, 2010.

FRIZZO, G. Os jogos escolares como mecanismos de manutenção e eliminação: Uma crítica à lógica esportiva na escola. **Movimento**, v. 19, n. 4, p. 163–180, 2013.

GOLDEN, A. V. An Analysis of the Dissimilar Coverage of the 2002 Olympics and Paralympics: Frenzied Pack Journalism versus the Empty Press Room. **Disability Studies Quarterly**, v. 23, n. 3, p. 81–87, 2003.

GREEN, M.; HOULIHAN, B. **Elite Sport Development: Policy Learning and Political Priorities**. Abingdon: Routledge, 2005.

GREEN, M.; OAKLEY, B. Elite sport development systems and playing to win: uniformity and diversity in international approaches. **Leisure Studies**, v. 20, n. 4, p. 247–267, 2001.

HARDIN, M. Marketing the acceptably athletic image: Wheelchair athletes,

sport related advertising and capitalist hegemony. **Disability Studies Quarterly**, v. 23, n. 1, p. 1–15, 2003.

HARDIN, M. Disability and Sport: (Non)Coverage of an Athletic Paradox. In: ANDERSON, W. B.; RUSSELL, K. M. (Eds.). . **Journalism History**. [s.l.] Routledge Online Studies, 2012. v. 33p. 625–634.

HOGAN, K.; NORTON, K. The “price” of Olympic Gold. **Journal of science and medicine in sport / Sports Medicine Australia**, v. 3, n. 2, p. 203–218, 2000.

HOULIHAN, B.; ZHENG, J. The Olympics and Elite Sport Policy: Where Will It All End? **The International Journal of the History of Sport**, v. 30, n. 4, p. 338–355, 2013.

HOWE, P. D. From Inside the Newsroom: Paralympic Media and the ‘Production’ of Elite Disability. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 43, n. 2, p. 135–150, 2008.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE. Paralympic vision Paralympic mission. In: **IPC Handbook**. Bonn: International Paralympic Committee, 2003. p. 1–3.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE. **Paralympian Ambassadors Announced**. Disponível em: <<https://www.paralympic.org/press-release/paralympian-ambassadors-announced>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE. **Strategic Plan 2015 to 2018**Bonn, 2015a. Disponível em: <https://www.paralympic.org/sites/default/files/document/150619133600866_2015_06+IPC+Strategic+Plan+2015-2018_Digital.pdf>

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE. **Anti-Doping Code**Alemanhã, 2015b. Disponível em: <https://www.paralympic.org/sites/default/files/document/151211113107941_2015_11+IPC+Anti-Doping+Code_FINAL_0.pdf>

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE. **IPC Governing Board Biography Sheet**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://www.paralympic.org/sites/default/files/document/140115155819170_2014_01+IPC+Governing+Board+biography+sheet_Andrew+Parsons.pdf>.

JAARSMA, E. A. **Sports participation and physical disabilities : Taking the hurdle ?!** Groningen: Gildeprint, 2014. v. 24

JORNAL DO BRASIL. **CPB apresenta time de embaixadores paralímpico**. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/esportes/noticias/2015/07/30/cpb-apresenta-time-de-embaixadores-paralimpico/>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

JUZWIAK, C. R.; MIRANDA, A. J. **Guia de suplementação nutricional no Esporte Paralímpico**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/documents/20181/32567/Manual+de+Suplementação+Nutricional+no+Esporte+Paralímpico.pdf/622de1d0-e88b-497d-9917-a4fd1906deee>>.

LIEBERMAN, L. J.; HOUSTON-WILSON, C.; KOZUB, F. M. Perceived Barriers to including students with a Visual Impairment in general physical education. **Adapted Physical Activity Quarterly**, v. 19, p. 364–377, 2002.

MARQUES, R. D.; FLEURY, F. A. **A ESTRATÉGIA DE GESTÃO DO COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO: IMPACTO NOS RESULTADOS DAS**

MISSÕES BRASILEIRAS NOS JOGOS PARALÍMPICOS DE 1996 A 2012. XVI SemeAd- Seminários em Administração. **Anais...**São Paulo: 2013

MARQUES, R. F. R. et al. Esporte olímpico e paraolímpico: coincidências, divergências e especificidades numa perspectiva contemporânea. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte (Impresso)**, v. 23, n. 4, p. 365–377, 2009.

MARQUES, R. F. R. A contribuição dos Jogos Paralímpicos para a promoção da inclusão social: o discurso midiático como um obstáculo. **Revista USP**, n. 108, p. 87–96, 2016.

MARQUES, R. F. R.; GUTIERREZ, G. L. **O Esporte Paralímpico no Brasil: profissionalismo, administração e classificação de atletas.** 1 ed ed. São Paulo: Phorte, 2014.

MATIAS, W. B. **O Enigma olímpico : O controvertido percurso da agenda e políticas esportivas no governo Lula.** [s.l.] Universidade de Brasília, 2013.

MEIRA, T. D. B.; BASTOS, F. D. C.; BOHME, M. T. S. Análise da estrutura organizacional do esporte de rendimento no Brasil: um estudo preliminar. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 26, n. 2, p. 251–262, 2012.

MELLO, M. T. DE; WINCKLER, C. Esporte e a pessoa com deficiência- Contexto Histórico. In: MELLO, M. T. DE; OLIVEIRA FILHO, C. W. (Eds.). **Esporte Paralímpico.** São Paulo: Atheneu, 2012. p. 254.

MEZZANOTTI, G. **A disciplina da empresa: reflexos da autonomia privada e da solidariedade social.** Novo Hamburgo: FEVALLE, 2003.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Programa Segundo Tempo: Diretriz 2016.** Brasília: [s.n.].

MIRANDA, T. J. **COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO : 15 anos de história.** [s.l.] Universidade Estadual de Campinas, 2011.

MONTANA, P. J.; CHARNOV, B. H. **Administração.** 3^a ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

PICULLI, M.; MEDEIROS, C. S.; CALEGARI, D. R. **Projeto clube escolar paralímpico: o desenvolvimento da iniciação esportiva na união metropolitana paradesportiva de Maringá.** Maringá: [s.n.].

REIS, R. E. **Políticas públicas para o esporte paralímpico brasileiro.** [s.l.] Universidade Federal do paraná, 2014.

RIBEIRO, M. A. D. S. **Modelos de governança e organiza es esportivas : Uma análise das federa es e confedera es.** [s.l.] Funda o Get io Vargas, 2012.

RIO 2016. **Comitê Paralímpico Brasileiro apresenta time de embaixadores e mostra confiança em ótimos resultados.** Disponível em: <<https://www.rio2016.com/noticias/comite-paralimpico-brasileiro-apresenta-time-de-embaixadores-e-mostra-confianca-em-otimos-resultados>>. Acesso em: 13 jun. 2016a.

RIO 2016. **Comitê Paralímpico Brasileiro lança campanha de 2016.** Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/superfc/comit%25C3%25AA-paral%25C3%25ADmpico-brasileiro-lan%25C3%25A7a-campanha-de-2016-1.1188080>>. Acesso em: 13 jun. 2016b.

RIO 2016. **Prêmio Paralímpicos 2015 consagra novas estrelas de fora do eixo.** Disponível em: <<https://www.rio2016.com/noticias/premio-paralimpicos-2015-consagra-novas-estrelas-de-fora-do-eixo>>. Acesso em: 20 jun. 2016c.

SANTOS, S. M. DOS; FIRMINO, A. L. A IDENTIDADE ESPORTIVA DOS ATLETAS COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO DA COBERTURA FOTOGRÁFICA NO INSTAGRAM DO COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. **Cadernos de Educação, Tecnologia e Sociedade (CETS)**, v. 9, n. 3, p. 319–336, 2016.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Transferências Voluntárias do Governo do Estado de São Paulo.** Disponível em: <<https://www.fazenda.sp.gov.br/TransferenciaVoluntaria/Sistema/Novo/Convenio.aspx?Convenio=47010196257/11>>. Acesso em: 29 set. 2016.

SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. **Centro de Treinamento Paraolímpico Brasileiro formaliza início de atividades.** Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/ultimas-noticias/centro-de-treinamento-paraolimpico-brasileiro-formaliza-inicio-de-atividades>>. Acesso em: 18 set. 2016.

SERON, T. D. Reflexões sobre o desporto escolar a partir do decreto nº 7.984/2013. **Revista da Asociación Latinoamericana de Estudios Socioculturales del Deporte**, v. 3, n. 2, p. 31–45, 2013.

SHMITT, J. A. et al. Concepção de professores de Educação Física em relação à qualificação e atuação de alunos com deficiência. **Conexões**, v. 13, n. 1, p. 1–19, 2015.

STAMBULOVA, N. et al. International Journal of Sport and ISSP Position stand: Career development and transitions of athletes. n. December 2014, p. 37–41, 2009.

TAVARES, M. C. **Gestão Estratégica.** São Paulo: Atlas, 2000.

TAYLOR, J.; OGILVIE, B. C. A conceptual model of adaptation to retirement among athletes. **Journal of Applied Sport Psychology**, v. 6, n. 1, p. 1–20, 1994.

TEIXEIRA, D. M. D.; NORONHA, V. O sistema de monitoramento e avaliação do Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC) do Ministério do Esporte. In: SANTOS, E. S. DOS; RIOS, A. C. (Eds.). **Políticas Públicas de Esporte e Lazer: diálogos.** Petrolina: UNIVASF, 2015. p. 216.

TEIXEIRA, M. R.; MATIAS, W. B.; MASCARENHAS, F. O Financiamento Do Esporte Olímpico No Brasil: Uma Análise Do Ciclo De Londres (2009-2012). **La revista de Ciencias Sociales**, v. 31, p. 86–110, 2013.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **TC-040.359/2012-3**, 2016a.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **TCU consolida fiscalizações sobre aplicação de recursos da Lei Agnelo/Piva.** Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-consolida-fiscalizacoes-sobre-aplicacao-de-recursos-da-lei-agnelo-piva.htm>>. Acesso em: 13 mar. 2017b.

VERONEZ, L. F. C. **QUANDO O ESTADO JOGA A FAVOR DO PRIVADO: As políticas de esporte após a Constituição Federal de 1988.** [s.l.] Universidade Estadual de Campinas, 2005.

VIOLIN, T. C. **Terceiro setor e as parcerias com a Administração Pública: uma análise crítica.** 2 ed ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

WINNICK, J. P. **Adapted Physical Education and Spor.** Champaing: [s.n.].

WYLLEMAN, P.; ALFERMANN, D.; LAVALLEE, D. Career transitions in sport: European perspectives. **Psychology of Sport and Exercise**, v. 5, n. 1, p. 7–20, 2004.

9. ANEXOS

ANEXO 01- COMITÊ DE ÉTICA UFPR

 UFPR UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	Ministério da Educação Universidade Federal do Paraná Setor de Ciências da Saúde Comitê de Ética em Pesquisa	
---	---	---

Curitiba, 04 de julho de 2011

Ilmo (a) Sr. (a)
Doralice Lange de Souza

Nesta

Prezada Pesquisadora,

Comunicamos que o Projeto de Pesquisa intitulado "Legados esportivos dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos no Brasil", está de acordo com as normas éticas estabelecidas pela Resolução CNS 196/96, foi analisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR, em reunião realizada no dia 29 de junho de 2011.

Registro CEP/SD: 1148.073.11.06 CAAE: 0074.0.091.005-11

Conforme a Resolução CNS 196/96, solicitamos que sejam apresentados a este CEP, relatórios sobre o andamento da pesquisa, bem como informações relativas às modificações do protocolo, cancelamento, encerramento e destino dos conhecimentos obtidos.

Data para entrega do 1º relatório parcial ou final: 29/12/2011

Atenciosamente


Prof.ª Dr.ª Cláudia Saely Rocco
Coordenadora do Comitê de Ética em
Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde

Prof.ª Dr.ª Cláudia Saely Rocco
Coordenadora do Comitê de Ética
em Pesquisa - SDUFPR

ANEXO 02- CARTA DE ACEITE PARA PESQUISA ACADEMIA PARALÍMPICA
BRASILEIRA



Brasília, 03 de fevereiro de 2016.

CARTA DE ACEITE

Prezado,

Sabrina Furtado

Declaramos, para os devidos fins, que o Projeto de Pesquisa intitulado *"Desenvolvimento de Esporte Paralímpico no Brasil: perspectivas e ações do Comitê Paralímpico Brasileiro"*, foi aprovado por essa instituição para o desenvolvimento de atividades de pesquisa, sob a responsabilidade do Supervisor Prof^a Dra. Doralice Lange de Souza e do discente Sabrina Furtado, do Curso de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Paraná (UFPR), pelo período de execução previsto no referido Projeto.

Atenciosamente,

Alberto Martins da Costa
Coordenador Geral
Academia Paralímpica Brasileira

ANEXO 03- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Vimos por meio deste, solicitar a sua participação em uma pesquisa intitulada “Desenvolvimento de Esporte Paralímpico no Brasil: perspectivas e ações do Comitê Paralímpico Brasileiro”, aprovada pelo Comitê de Ética da Academia Paralímpica Brasileira- APB. O objetivo geral desta pesquisa é investigar quais as perspectivas e ações do Comitê Paralímpico Brasileiro para o desenvolvimento do esporte paralímpico no Brasil, frente à realização dos Jogos Paralímpicos- Rio 2016.

Selecionamos o senhor/senhora para participar de nosso estudo por ser membro do Comitê Paralímpico Brasileiro- CPB. Acreditamos que a sua experiência pode nos ajudar a gerar conhecimentos que podem contribuir para com o um melhor entendimento do esporte paralímpico no Brasil.

Caso o senhor/senhora concorde em participar da pesquisa, precisaremos entrevista-lo(a). Nesta entrevista, exploraremos, com profundidade, as seguintes questões: (1) Quais as suas expectativas em relação aos legados esportivos dos Jogos Paralímpicos que acontecerão no Rio de Janeiro em 2016? (2) Quais os principais facilitadores e barreiras para a efetivação de legados esportivos positivos para o esporte paralímpico no país? (3) Quais os programas, projetos e estratégias do CPB e/ou seu setor / área tem sido desenvolvidos para promover o desenvolvimento do esporte paralímpico frente à realização dos Jogos Rio 2016? (4) Quais tem sido as prioridades do CPB / setor / áreas para o desenvolvimento do esporte Paralímpico frente à realização dos Jogos Paralímpicos. (5) Quais as perspectivas do CPB / setor / área para o esporte paralímpico para o período pós-realização dos Jogos Paralímpicos.

A entrevista será realizada em local e horário de sua preferência e durará em torno de 50 a 90 minutos. As entrevistas com todos os participantes, incluindo com o senhor/senhora serão gravadas para que possamos transcrevê-las e garantir a qualidade das informações levantadas. O senhor/senhora terá acesso à transcrição da entrevista antes da equipe de pesquisa analisá-la, e se achar necessário, poderá editá-la. Caso o senhor/senhora decida que algum tipo de informação deva ser mantida em sigilo, a sua solicitação será respeitada. Tão logo a pesquisa termine, as gravações serão destruídas. As informações coletadas durante as entrevistas serão analisadas apenas pela equipe de pesquisa.

O senhor/senhora não terá qualquer despesa com a sua participação na pesquisa e também não receberá qualquer benefício financeiro por participar da mesma.

A pesquisadora responsável pelo projeto, professora doutora Doralice Lange de Souza pode ser contatada no Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná- UFPR, todos os dias da semana, das 7:30 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 no seguinte endereço : Rua Coração de Maria, 92, BR 116, KM 95, Curitiba, PR. Os telefones para contato são (41) 3360-4325 e (41) 9911-8714. Já a pesquisadora Sabrina Furtado, colaboradora do projeto, pode ser contatada no mesmo endereço, todos os dias da semana, das 09:00 às 12:00 e das

13:30 as 17:30hs, no mesmo endereço. O telefone para contato é (41) 9785-8206. Ambas as pesquisadoras se colocam a sua disposição para esclarecer eventuais dúvidas a respeito desta pesquisa antes e depois do estudo. Também terá acesso a todos os relatórios e publicações referentes à mesma, caso deseje.

A sua autorização para participação no estudo é voluntária. Caso durante algum momento da pesquisa queira desistir de sua participação, o(a) senhor(a) poderá solicitar de volta o termo de consentimento livre esclarecido assinado e se retirar do estudo.

Eu, _____ li o texto acima e compreendi a natureza e objetivo da pesquisa. Entendi que sou livre para participar ou não do estudo e para interromper a minha participação na pesquisa a qualquer momento, sem precisar justificar minha decisão.

Eu concordo em participar da pesquisa.

Assinatura do participante do estudo

Local e data:

Assinatura da pesquisadora responsável

Doralice Lange de Souza